

64 ANOS

Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região**Voz do Bancário**

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 16 - Nº 92 - MARÇO/2000

FILIADO À CUT

# Bancários intensificam a luta contra a privatização do Banespa

*O destino do banco vai redefinir o sistema bancário do país. Desde que o governo FHC marcou o leilão, os atos em defesa do banco se multiplicaram e receberam o apoio de diversos setores da sociedade*

O leilão, por ora suspenso, pode ter nova data marcada a qualquer momento. Por isso, a luta dos banespianos está mais intensa do que nunca. No dia 14 de março, mais de duas mil pessoas participaram do ato seguido de passeata em São Paulo. Na ocasião, os bancários colocaram na rua a campanha pela realização da consulta popular sobre o futuro do banco.

"Se cada colega da ativa e aposentado, dos grandes centros e do interior, de São Paulo e dos demais estados, fizer a sua parte, nós vamos conseguir", afirma o diretor do nosso Sindicato Ariovaldo Fillipi, depois de ter participado deste e de outros atos importantes pela defesa do Banespa.

No último dia 22, foi a vez de buscar o apoio do governador Olívio Dutra. "O nosso Governo apoia a luta pela preservação do Banco do Estado de São Paulo como instituição pública a serviço da comunidade", diz a carta que foi entregue pelo governador aos sindicalistas. Participaram da audiência também diretores dos sindicatos dos bancários de Porto Alegre, São Paulo, Caxias do Sul e São Leopoldo.

Mas, a luta ganhou reforços logo após o governo ter marcado a data do leilão. No dia 13 de janeiro, as agências do Banespa de todo o país pararam por uma hora em protesto ao leilão. Em Caxias do Sul, o ato organizado pelo Sindicato contou com a presença da vice-prefeita Marisa Dalla Vechia, na ocasião, prefeita em exercício, do deputado estadual Roque Grazziotin e de vereadores da região. Os sindicatos dos Metalúrgicos e dos Comerciantes também estiveram presentes.

Nosso sindicato buscou o apoio do prefeito Pepe Vargas, que se mostrou solidário a luta contra a venda do Banespa. Participaram da audiência realizada no dia 10 de fevereiro os diretores Arquimedes Ventura Rocco e Ademir Bellini, Ademir Wiederkehr, do sindicato de Porto Alegre, e um grupo de aposentados.

## Leilão deve ser adiado

A diretoria do Banespa já admite que o leilão, marcado para o dia 16 de maio, será adiado. Resta apenas a confirmação do Banco Central. O adiamento se deve ao fato do leilão ter sido suspenso através de três liminares obtidas por um grupo de 12 procuradores da República. Eles apuraram 22 irregularidades no processo de privatização, a partir de representações encaminhadas pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.

As irregularidades apontadas se referem à escolha do Banco Fator para avaliar o Banespa e à transferência do controle acionário do Estado para a União. O BC ingressou com um recurso para suspender as liminares. Agora, a situação do banco está dependendo da decisão do presidente do TRF - Tribunal Regional Federal da 1ª Região Plauto Ribeiro, que prometeu um parecer para os próximos dias.

S o TRF acatar o pedido dos procuradores para que o controle acionário do Banespa volte para o governo paulista, a privatização fica adiada por tempo indeterminado. A expectativa do governo, no entanto, é que o banco seja vendido até junho, conforme previsto no acordo com o FMI.

Pelo menos nove bancos já anunciaram que pretendem disputar o Banespa: Bank Boston, Safra, Itaú, Bradesco, Santander, Citibank, Unibanco, HSBC Bamerindus e BBV.

Apesar da chuva, paralisação relâmpago reuniu várias autoridades em Caxias do Sul



Foto: Mário André



Foto: AF

O ato em Brasília foi prestigiado por todos os partidos

## Ações Judiciais: FGTS - Planos Econômicos

Comunicamos aos bancários que as ações ajuizadas em 1995, relativas às diferenças provenientes dos expurgos da correção do FGTS, foram suspensas quando o Procurador Geral da República entrou com uma nova ação em nome de todos os trabalhadores. No entanto, após o julgamento desta ação movida pelo Procurador Geral da República, que foi considerada improcedente, as ações ajuizadas em 1995 tiveram intimação para complementar a documentação dos autos. Os autores foram intimados a na sua maioria estão anexando os documentos solicitados às ações, que serão julgadas pela Justiça Federal.

### O que se postula nas ações

Entre os anos de 1987 e 1991, foram editados vários planos econômicos que expurgaram índices utilizados na correção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Esta ação visa à recomposição da atualização monetária face aos expurgos praticados na-

queles planos econômicos (Bresser, Verão e Collor I e II). Os interessados que ainda não entraram com ação e desejam fazê-lo devem ser ou ter sido titular de conta vinculada ao FGTS que apresentava saldo no período de junho de 1987 a fevereiro de 1991.

### Documentos para ajuizar ação:

- Procuração com firma reconhecida em cartório
- Extratos da conta FGTS, período junho/87 a fevereiro/91
- Fotocópias autenticadas da Carteira de Identidade e CPF
- Fotocópias autenticadas das seguintes páginas da Carteira de Trabalho: número, série e fotografia, qualificação civil, registros de contrato de trabalho e opção pelo FGTS.

**Maiores informações com Dr. Luiz Carlos Mocelin - advogado: Rua Borges de Medeiros, 667, sala 72 - Caxias do Sul - RS - Fone: (54) 223 4154**

## O DEMOLIDOR

Luís Fernando Veríssimo

*É injusto dizer que o Governo Éfe Agá não tem um projeto para o país.*

*Também é injusto dizer que o projeto, seu único compromisso anunciado e honrado e sua única política coerente - a liquidação da Era Vargas - seja um projeto menor. Não é. Liquidando, ou "flexibilizando" o sistema de proteção social herdado da Era Vargas, Éfe Agá está limpando o terreno para o Brasil que lhe encomendaram, e que ele pretende entregar pronto no fim do seu mandato nem que nos mate. É o seu único projeto porque é para isso que ele está lá.*

*O projeto também tem grande interesse literário, já que é cheio de ironias. O capitalismo sem encargos, livre de exotismos sentimentais do passado, era um sonho do moderno empresariado brasileiro, louco para entrar no admirável mundo novo do lucro sem baboseira, em que o coração invisível do mercado cuidaria do social. E o empresariado brasileiro aos poucos vai se dando conta que o terreno está sendo preparado não para ele mas para os outros. Para os que chegam de fora, vão direto ao BNDES pegar seu dinheiro, e se instalam em seu lugar. O empresariado brasileiro está sendo jogado fora junto com o entulho da Era Vargas. Criaram o monstro demolidor e agora não sabem como pará-lo para dizer que deve ter havido algum engano.*

*Falta uma política industrial, falta uma política agrícola, falta qualquer idéia-mestra para o país além da pertinácia do Malan, falta qualquer sensibilidade social além da cara compungida com as enchentes - mas o desmonte da Era Vargas segue o seu organograma. Agora defende-se a "flexibilização" dos direitos sociais do trabalhador como uma forma de combater o desemprego. Como todos sabem que a causa do desemprego é a política recessiva do Governo, que só não é mais assassina porque existem os direitos sociais, por mais precários e desrespeitados que sejam, acrescenta-se o cinismo à ironia como um subproduto literário do projeto arrasador.*

Artigo publicado no jornal O Globo em 09/01/2000

### Clóvis Antônio Sperandio (1922 - 2000)

Faleceu no dia 25 de fevereiro último, aos 77 anos, Clóvis Antônio Sperandio, ex-presidente do nosso Sindicato e ativo militante do movimento dos trabalhadores. Sperandio entrou no Sindicato em 1943, como secretário. Passou pela Tesouraria, foi membro do Conselho da Federação dos Bancários e, em 1954, assumiu a presidência da entidade.

Na década de 60, como agente do antigo IAPB - Instituto dos Aposentados e Pensionistas Bancários, que antecedeu o INSS, esteve à frente de dois empreendimentos que proporcionaram casa própria a muitos bancários. São eles a Vila dos Bancários, no bairro Cruzeiro, em Caxias do Sul, onde ainda hoje vivem muitos colegas aposentados, e o Edifício dos Bancários, construído em frente ao Abrigo de Menores, no centro da cidade.

Sperandio, como vários outros companheiros de luta, também sofreu na pele a violência da ditadura militar. Em 64, foi preso na sua casa por civis e militares, e levado para o SESMI, em Porto Alegre, onde ficou preso por 36 dias.

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região deixa aqui registrado o seu pesar pela perda de tão ilustre companheiro.



#### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiação à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro Tiragem: 2.500 exemplares

Março de 2000 - Fundado em 24 de outubro de 1935

#### Salário Mínimo

## Aos credores tudo. Aos trabalhadores nada.

*O governo pagou 130 bilhões de juros no ano passado, sem fazer alarde e sem reclamar. Ao redefinir o valor do mínimo, no entanto, justificou o vergonhoso aumento de R\$ 15,00 alegando que mais do que isso estouraria as contas públicas*

O valor mínimo necessário para cobrir as despesas com as necessidades vitais básicas do trabalhador e sua família - moradia, alimentação, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como determina o artigo 7º da Constituição Federal, em fevereiro deste ano, somava R\$ 930,83. O valor, estimado pelo DIEESE a partir da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, passa muito longe dos R\$ 151,00, definidos pela Medida Provisória que o presidente FHC baixou no último dia 24.

O governo FHC definiu o novo valor do mínimo sob a ótica dos compromissos fiscais acertados com o FMI, visando contemplar os credores externos. Para estes governantes fi-

nancistas, que usaram R\$ 130 bilhões do dinheiro público para pagar juros aos credores no ano passado, elevar o salário mínimo, que atualmente já não contempla nem 20% das despesas mínimas do trabalhador e sua família, num índice um pouco menos aviltante, seria uma atitude "fiscalmente irresponsável". O que seria então uma atitude responsável? Para estes governantes, significa deixar os recursos do país entregues aos interesses do capital financeiro internacional.

#### Defasagem

A defasagem do salário mínimo é tão grande, que nem se cogita em reivindicar, de súbito, o valor mínimo necessário. A proposta das centrais sindicais - CUT, Força Sindical e

CGT, é de R\$ 177,00. Mas, paralelamente ao reajuste, elas reivindicam a manutenção da abrangência nacional e unificada do salário, item que consta na Constituição e que foi desrespeitado pelo governo, na medida em que este encaminhou ao Congresso projeto de lei complementar que permite aos governadores estabelecer pisos superiores.

As centrais sindicais também reivindicam a criação de um fórum permanente destinado a formular uma política de valorização do salário mínimo, garantindo a recuperação, através de aumentos reais acima da inflação, até atingir o valor capaz de cobrir as despesas básicas do trabalhador, conforme a Constituição.

## Defesa do mínimo será eixo do 1º de Maio

As manifestações do Dia do Trabalhador terão como eixo a defesa do salário mínimo. De acordo com o economista da Unicamp Márcio Pochmann, o Brasil poderia pagar um salário mínimo bem maior que o atual, caso houvesse uma redução de menos de um ponto porcentual na taxa de juros. "Com 0,8 de redução nos juros atuais teríamos uma economia com a dívida pública (hoje de R\$ 520 bilhões) suficiente para cobrir reajuste de 30% no salário mínimo", diz ele.

No seu estudo "Novidades do salário mínimo no Brasil",

recentemente divulgado, Pochmann sustenta ainda que a elevação real do salário mínimo pode atuar contra o desemprego e favorecer a expansão do emprego formal, a diminuição da desigualdade de renda e a pobreza. "Como o consumo agregado no país formado de baixos salários representa cerca de 82% do PIB, o adicional no valor do mínimo nacional impõe não apenas o movimento de crescimento econômico, como uma mudança no atual modelo econômico, através da valorização da produção e do emprego nacional, bem como a

redução da pobreza e da absurda concentração de renda.

O deputado Paulo Paim (PT-RS), membro da comissão especial criada para debater a questão na Câmara, também contesta as alegações do governo de que um reajuste superior aos R\$ 150,00 implicaria em um rombo maior da Previdência e a volta da inflação. "O salário mínimo só traz impactos positivos à economia nacional. Repercuta no piso das categorias e na política salarial das empresas, aumentando assim a arrecadação da Previdência Social".

## Mínimo atual tem 26,7% do valor de 1940

O salário mínimo atual equivale a 26,7% do valor de quando foi instituído em 1º de maio de 1940.

Nos últimos dez anos, a evolução do salário mínimo real foi negativa, acumulando queda no seu poder aquisitivo estimada pelo professor em 36,2%. No mesmo período, a queda no emprego formal foi menos acentuada que a diminuição do mínimo real. Para uma diminuição de 18,1% no emprego formal,

a redução do salário foi de 36,2%. "Coincidência ou não, o equivalente ao dobro da diminuição do salário ocorrida entre 89 e 99", analisa Pochmann.

O economista fez também comparações com outros paí-

ses. Em 1999, o salário mínimo equivalia a 28% da renda per capita dos brasileiros. Na Argentina, também no ano passado, a relação era de 42,9%. No Uruguai, de 47,5% e, nos Estados Unidos, de 38,7%.

### Quase metade dos trabalhadores recebe até 2 mínimos

⇒ 15,1 milhões ganham até um mínimo. Eles representam 25,6% das pessoas ocupadas com rendimentos.

⇒ 12,9 milhões são remunerados na faixa de um a dois salários mínimos e representam 21,9% das pessoas ocupadas com rendimentos.

⇒ 47,5% dos trabalhadores ganham até dois mínimos.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

## Manifestantes preparam nova investida envolvimento econômico e contra a globalização capitalista

*Depois de impedir novembro, militantes e* *undo se preparam para repetir o feito em Washington, nos dias 16 e 17 de abril, durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial*

A Mobilização por Justiça Global, uma coalizão de grupos sindicais, movimentos religiosos e militantes ecológicos de vários países, responde pela convocação do movimento, e promete levar milhares de manifestantes à capital norte-americana. A idéia é ocupar as vias públicas de Washington e mostrar aos poderosos do capitalismo que uma aliança mundial contra o neoliberalismo já não é apenas utopia.

Na Mobilização por Justiça Global convivem pessoas de diferentes origens nacional, étnica e política. A coalizão conta com a adesão de organiza-

ções importantes da Europa, Estados Unidos e América Latina, entre os quais a AFL-CIO, a combativa central sindical norte-americana, que tem vários integrantes na organização do movimento.

A Batalha de Washington, como está sendo chamada, foi anunciada pela porta-voz da organização Nadine Bloch, em coletiva para a imprensa realizada em 15 de março. As manifestações devem incluir marchas, bloqueios de rua e apresentações teatrais. A expectativa do movimento é repetir a Batalha de Seattle, quando cerca de 50 mil manifestantes perma-

neceram em protesto contra a OMC - Organização Mundial do Comércio, por três dias, levando o prefeito de Seattle a decretar estado de sítio.

Desta vez, os alvos são as instituições financeiras que impõem políticas empobrecedoras, exploram milhões de pessoas e danificam o meio-ambiente.

"Os duros programas de austeridade desqualificaram essas entidades para desempenhar qualquer papel no futuro do de-

social. Chegou a hora de acabar com elas", sentenciou Nadine Bloch.

## Mulheres iniciam Marcha Mundial contra pobreza

*Uma grande mobilização internacional contra a pobreza e contra a violência teve início no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e data de lançamento da Marcha Mundial das Mulheres - 2000. No Brasil, as atividades de lançamento da marcha aconteceram em pelo menos 10 capitais. O movimento de mulheres de Caxias do Sul também aderiu e promoveu ato no Calçadão, e nas negociações da OMC, em Seattle, Banco Mundial e o apoio às reivindicações do movimento.*

*O abaixo-assinado, que começou a circular no dia 8 nas manifestações organizadas pelas mais de 3.700 associações*

*de 149 países que participam da campanha, será levado ao secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan, no dia 17 de outubro, Dia Mundial de Luta contra a Pobreza e data de encerramento da marcha. O desfecho desta grande campanha, que estará em curso com atividades locais nacionais e mundiais até o dia 17 de outubro, prevê ainda uma manifestação em Washington, em Seattle, Banco Mundial e o FMI, no dia 15 de outubro.*

*Entre as 17 reivindicações dos grupos associados à marcha estão a adoção de leis nacionais para a eliminação da pobreza e a ratificação de con-*

*vênios internacionais para acabar com a violência contra as mulheres, o perdão da dívida dos países mais pobres e o aumento da ajuda para o desenvolvimento.*

*A idéia da Marcha Mundial de Mulheres nasceu de uma proposta do movimento de mulheres de Quebec, Canadá, e tem crescido graças à adesão de centenas de sindicatos, confederações e Organizações Não Governamentais de diversos países. Para aderir ou obter mais notícias sobre a marcha no Brasil acesse via internet o endereço: [www.geocities.com/marcha.2000.br/](http://www.geocities.com/marcha.2000.br/).*

### CEF I: concurso para terceirizar corpo gerencial

Depois dos caixas executivos, a Caixa pretende terceirizar até mesmo o corpo gerencial. No dia 21 de março, o Diário Oficial da União publicou o edital para concurso de trainee na Caixa Econômica Federal. São oferecidas 200 vagas para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, a um salário de R\$ 1.847,00. Os candidatos devem ter diploma em curso superior, domínio do inglês e conhecimento de informática. "É a primeira vez que a Caixa realiza programa para trainee, um tipo de profissional cada vez mais valorizado no mercado", diz o texto da assessoria de imprensa da empresa. As comissões de empresa da CEF devem se reunir para avaliar a nova terceirização na empresa.

### CEF II: demissões sem justa causa

Os deputados petistas Ricardo Berzoini (SP) e Wellington Dias (PI) encaminharam requerimento de informações ao ministro da Fazenda Pedro Malan, solicitando informações sobre as mudanças nos critérios de rescisão de contrato de trabalho dos funcionários da CEF. Para os deputados, as normas podem favorecer uso inescrupuloso dos novos instrumentos.

### CEF III: contratação de mão-de-obra irregular

O Seeb ABC conseguiu um parecer prévio favorável da procuradoria do trabalho contra a terceirização nos caixas de atendimento das agências da CEF. Na denúncia, feita em fevereiro, o sindicato diz que a CEF desrespeita a lei, que não permite a terceirização de caixas em bancos. A entidade resalta que o objetivo do banco é flexibilizar direitos trabalhistas, com rebaixamento de salários, mudanças na jornada e registro irregular, caracterizando fraude ao Contrato de Trabalho.

### Sai dissídio do BNB

Foi julgado no último dia 23, em Brasília, o dissídio do BNB - Banco do Nordeste do Brasil. Como ocorreu com a CEF e BB, não haverá reajuste salarial. O TST definiu que o banco terá de pagar apenas abono de R\$ 2.200,00, até o dia 28 de abril.

### BB: discriminação na distribuição de lucro

No próximo dia 10, o BB paga a PLR, mais uma vez, de forma discriminatória. A alta administração será privilegiada com a maior fatia do bolo, enquanto a grande maioria dos bancários receberá valores irrisórios. De acordo com as informações divulgadas, há ainda outro sério problema: o banco pretende excluir do pagamento funcionários que participaram de greves durante o ano.

## Greve obriga Banestado a melhorar proposta

A greve dos dias 22 e 23 no Paraná, obrigou a diretoria do Banestado a rever a proposta para o acordo específico. Em negociação realizada no dia 23 com representantes dos funcionários, a diretoria do banco fez a seguinte proposta, que os sindicatos levarão aos funcionários:

- ✱ Renovação do acordo até 28 de fevereiro de 2001.
- ✱ Manutenção de todas as cláusulas do acordo, inclusive garantia de emprego e a que trata do repasse para o Funbep, fundo de pensão dos funcionários.
- ✱ Horas-extras: mantém o acordo anterior. O banco só poderá suprimir as horas extras quando o funcionário renunciar espontaneamente ou quando houver conciliação.
- ✱ Comissão extra-judicial: acatou proposta dos funcionários, ou seja, a constituição da comissão ficou facultativa às entidades sindicais. As entidades têm 30 dias para elaborar o regulamento e mais 15 para implantar a comissão, se for aceita.
- ✱ As cláusulas econômicas serão negociadas em setembro de 2000.
- ✱ PLR: para o primeiro semestre de 2000, a ser paga na folha do mês subsequente à divulgação do balanço do primeiro semestre.
- ✱ Terceirizados: o banco fornecerá todos os informes referentes aos serviços dos terceirizados.

### Novos convênios do nosso Sindicato

**Maria Teresinha Kehl Scola (psicóloga)**

Rua Os 18 do Forte, 2000, sala 302.

Fone: 211 33 62 ou 974 89 14

**Elisângela Ledur (cirurgiã-dentista)**

Rua Sinimbu, 2211, sala 501. Fone 223 06 82

**Gente Miúda Recreação Infantil**

Rua Os 18 do Forte, 1268. Fone 221 58 95

**Alexandra Brandão Oliveira (pediatra)**

Rua Borges de Medeiros, 677, sala 22. Fone 223 8570

**Telecalcagnoto Equipamentos Telefônicos**

Rua Ida M. Zanelatto, 69, térreo. Fones: 228-19-00 e 228-43-32

**Academia Estica Vida**

Rua Irma Valiera, 143. Fone: 221 82 21

**Academia Espaço & Cia (Yoga Fitness e Tai Chi Chuan para prevenção da LER)**

Rua 20 de Setembro, 1102. Fone 228 34 15

# Quem perde com a fúria

*As multinacionais não só cessaram de criar postos de trabalho, como passaram a eliminá-los em grande quantidade*



## Bancários perdem 207 mil postos de trabalho no primeiro mandato de FHC

Com a profunda reestruturação do sistema bancário ocorrida de 1995 a 1998, somente no primeiro mandato do governo FHC, foram eliminados 207 mil postos de trabalho no país. A eliminação se deu através da demissão pura e simples, dos planos de demissão voluntária (Pdvs) e da não substituição de quem se aposenta.

Já, aqueles que permaneceram no emprego tiveram seu ritmo de trabalho aumentado, passando a desempenhar outras tarefas, com a

vos.

A terceirização do trabalho bancário também colabora para diminuir o número de trabalhadores no setor, assim como a concentração do setor bancário. Muitos empregos foram extintos com a significativa redução do número de bancos, provocada pelas fusões e pela política de privatização dos bancos públicos, que ainda longe de ser concluída.

Além disso, nos momentos de crise os banqueiros aumen-

tam a automação e implantam a reorganização dos métodos de trabalho, intensificando a exploração da mão-de-obra que ainda continua empregada. Os banqueiros chamam a isso de redução de custos, já que o seu único objetivo é manter altas taxas de lucros. Todos estes fatores que varreram do mercado 207 mil vagas de 95 a 98 continuam em curso, fazendo com que mais e mais trabalhadores sejam demitidos do setor financeiro a cada ano.

**Número de Empregados - Setor Bancário - Brasil - 1995-1998**

| 31/12 | Bancários | Redução por Ano | Redução acumulada |
|-------|-----------|-----------------|-------------------|
| 1994  | 642.918   | -               | -                 |
| 1995  | 558.691   | 84.227          | 84.227            |
| 1996  | 497.109   | 61.582          | 145.809           |
| 1997  | 463.330   | 33.779          | 179.588           |
| 1998  | 435.847   | 27.483          | 207.071           |

Fonte: Ministério do Trabalho e Febraban

realização indiscriminada de horas extras, muitas vezes não remuneradas, e o aumento das funções comissionadas, cuja consequência é a jornada de oito horas, que ajuda a reduzir ainda mais o número de bancários. ati-

Estamos assistindo a uma nova onda de fusões-aquisições iniciada em 1997, só comparável à época que precedeu a primeira guerra mundial. Esta nova onda começou nos Estados Unidos, alastrando-se para os demais países industrializados, e mais tarde aos países periféricos.

Em decorrência da ampliação da desregulamentação e da liberalização financeira e comercial, os países subdesenvolvidos são as maiores vítimas do insaciável apetite das megacorporações e da sua política expansionista para garantir a acumulação do capital.

O que se chama de fusões, aquisições ou alianças, são na verdade aquisições hostis ou capturas dirigidas a fundir os competidores, para fazê-los desaparecer (take-overs). Não são compras para ampliar a produção, mas sim para eliminar capitais excedentes do mercado.

O que se está perseguindo é o fechamento de plantas, a modificação radical das relações trabalhistas (flexibilização, terceirização) e, sobretudo, uma expulsão massiva de trabalhadores, que deixará os índices de desemprego atuais - que alcançam níveis sem precedentes em toda uma série de países - como uma recordação

## Megaempresas cortam milh

### Bancos no exterior

Nove, da lista dos dez maiores bancos do mundo, chegaram a essa posição através de megafusões recentes. Neste mês, foi anunciada a fusão dos bancos Deutsche Bank e Dresdner Bank - primeiro e terceiro - bancos da Alemanha, dando origem ao segundo grupo bancário do mundo, com ativos de US\$1,2 trilhão. Os presidentes dos mesmos anunciaram que, com a fusão, serão demitidos 16 mil bancários e sucursais serão fechadas. O presidente federal alemão Johannes Rau disse: "tenho a impressão de que nos últimos dois ou três anos, há uma certa fascinação pelas fusões, o que me parece ser perigoso". No Japão, a fusão dos bancos Asahi, Tokai e Sanwa Bank, também divulgada em março, eliminará 4,5 mil empregos num primeiro momento, bem como sucursais. O novo banco será o terceiro do mundo.

Mas, a demissão de bancários varre o mundo. A fusão do banco Union de Banques Suisses (UBS) com o Société de Banque Suisse (SBS), realizada em 1997, na Suíça, resultou na demissão de 13 mil bancários.

Nos Estados Unidos, com a fusão do BankAmerica com o Nations Bank em 1998, foram cortados oito mil postos de trabalho. A compra do Bank Boston pelo americano Fleet Financial Group, anunciado em maio do ano passado, provocou a eliminação de 8% do quadro, cerca de 5 mil empregos.

### A fusão dos bancos alemães Deutsche Bank e Dresdner Bank provocará a demissão de 16 mil bancários.

A aquisição do Citigroup pelo Travelers Group, que deu origem ao Citigroup Inc., sétimo banco no mundo, resultou no corte de 10.400 empregos. Em janeiro de 1999, o banco americano BankAmerica Corp. divulgou o corte de mais 18 mil empregos para os três anos seguintes. Na mesma data, o Wells Fargo anunciou o corte de 4,6 mil empregos, o First Union de 5,85 mil, e o Chase Manhattan comunicou que reduziu 4,5 mil empregos desde sua fusão com o Chemical Banking em 1996.

Neste mês de março, o Bank One, quarto maior banco dos EUA, deu conhecimento do corte de 5,6% da mão-de-obra, correspondente a 5,7 mil empregos. O Fleet Boston cortará mais 4 mil bancários até o final deste ano, e o U S Bank reduzirá seu quadro em 7,15 mil.

No Canadá, a compra do banco Canada Trust pelo TD Bank reverterá num corte de 4,9 mil empregos até 2001. O Royal Bank, maior banco canadense, cortará 6 mil postos de trabalho no mesmo período, e o Bank of Montreal comunicou a demissão de 2,45 mil bancários.

Na Inglaterra, o Barclays anunciou, no ano passado, o corte de 6 mil postos de trabalho, e o holandês ABN Amro o corte de 10% do quadro de pessoal, equivalentes a 2,5 mil empregos nos próximos quatro anos.

A união do banco sueco-finlandês Merita Nordbanken com o dinamarquês Unidanmark dará origem ao maior banco dos países nórdicos. A união eliminará 800 empregos.

# a predatória das fusões?

de "bons tempos".

Este é o grande objetivo das fusões, que, na maioria das vezes, são realizadas com ações da companhia adquirente, não envolvendo desembolso de dinheiro. As operações de compra e venda são a melhor forma das empresas preservarem seu domínio. Desta forma, elas conseguem crescer atendendo aos interesses de lucro dos acionistas, entrar em outros mercados, e reduzir a concorrência através da obtenção de ganhos de escala, criando colossais monopólios ou oligopólios nos respectivos setores.

É também um meio de redu-

zir a capacidade produtiva, ajustando-se à estagnação da demanda. Trata-se de destruir riquezas e forças produtivas diante de imensas necessidades insatisfeitas a escala mundial.

Se nos países centrais, o efeito devastador dos grandes conglomerados resultantes das fusões é tão expressivo, nos países periféricos assume caráter ainda mais dramático. O poder econômico e político resultante destas megafusões é superior a muitos estados, deixando seus governos impotentes e as populações à mercê dos interesses do capital.

## ares de empregos no mundo

### Outros setores

A destruição de empregos se alastra em todos os setores. A Nissan, montadora de automóveis japonesa, após associar-se com a francesa Renault, anunciou, em agosto de 1999, o corte de 21 mil empregados e o fechamento de cinco fábricas.

A anglo-holandesa Unilever, uma das empresas que mais se valeu do recurso das aquisições, anunciou este mês que promoverá a demissão de 25 mil empregados no mundo e fechará cem fábricas. A americana Procter & Gamble, em julho de 1999, anunciou o corte de 15 mil empregos.

A fusão das empresas farmacêuticas britânicas Glaxo Wellcome e SmithKline Beecham dará origem a maior fábrica de remédios do mundo. Com a fusão, serão dispensados 15 mil funcionários.

A japonesa Toshiba Corp., maior fabricante mundial de notebooks, informou que dispensará 8,8 mil empregados, equivalentes a 15% do total, até 2003. Já, a japonesa Sony, segunda empresa de produtos eletro-eletrônicos, divulgou o corte de 17 mil empregos em quatro anos, enquanto as rivais Hitachi e NEC anunciaram planos similares.

A gigante americana do setor petrolífero Exxon adquiriu no final de 1998 sua concorrente Mobil. Após a operação, refez o plano de demissões e aumentou o corte de 8 para 16 mil trabalhadores, de um total de 120 mil. A Shell, companhia petrolífera anglo-holandesa, demitiu 7 mil trabalhadores durante o último ano, a maioria no estrangeiro. E promete cortar mais. A petrolífera British Petroleum, após adquirir a americana Amoco, demitiu 14,5 mil empregados após a fusão. Agora, a BP Amoco comprou a britânica Burmah Castrol. A operação causará a dispensa de mais 1,7 mil trabalhadores.

A Deutsche Telekom cortou 40 mil empregos em função da abertura do mercado de telefonia na Alemanha, e pretende continuar com as demissões. A Nippon Telegraph & Telephone, maior empresa do Japão, e uma das maiores companhias de telefone do mundo, planeja cortar 21 mil empregos, em três anos. A Telecom Itália, após ser adquirida pela Olivetti, anunciou a aposentadoria de 9 mil empregados e a demissão de mais 4 mil. A francesa Alcatel cortou 12 mil empregos no último ano.

### A associação da Renault com a Nissan eliminará 21 mil empregos

A americana Raytheon, do segmento da tecnologia militar-aeroespacial, cortou no ano passado 15,4 mil empregos. A Levi's comunicou, em fevereiro de 1999, o fechamento de fábricas e a diminuição de seu quadro em 5,9 mil trabalhadores. A Coca-Cola divulgou, em janeiro, o corte de 6 mil empregados, que correspondem a um quinto do total.

Em março, a companhia de aviação holandesa KLM informou o corte de 2,7 mil empregados, até o final do ano. A ABB Alstom, produtos para eletricidade, comunicou o corte de 5,4 mil empregados na Europa, após a fusão. A Honeywell-Allied Signal, empresa americana, promove este ano 8.000 demissões, após fusão. A Seagate, fabricante de unidades de disco, diz que vai cortar 8 mil empregos no sudeste asiático.

Principais Fusões e Aquisições 1998-2000

| OBJETIVO                       |             | COMPRADOR                      |                 | VALOR              |
|--------------------------------|-------------|--------------------------------|-----------------|--------------------|
| Empresa                        | País        | Empresa                        | País            | Bilhões de dólares |
| Manesmann AG                   | Alemanha    | Vodafone Airtouch              | Reino Unido     | 184.0              |
| Time Warner                    | EUA         | America Online - AOL           | EUA             | 166.0              |
| Sprint                         | EUA         | MCI-World Com                  | EUA             | 129.0              |
| Warner-Lambert                 | EUA         | Pfizer                         | EUA             | 91.4               |
| GTE                            | EUA         | Bell Atlantic                  | EUA             | 85.3               |
| Mobil                          | EUA         | Exxon                          | EUA             | 85.2               |
| Ameritech                      | EUA         | SBC Communications             | EUA             | 80.6               |
| Citicorp                       | EUA         | Travelers Group                | EUA             | 72.2               |
| Airtouch                       | EUA         | Vodafone                       | Reino Unido     | 65.9               |
| SmithKline Beecham             | Reino Unido | Glaxo Wellcome                 | Reino Unido     | 65.5               |
| MediaOne                       | EUA         | AT&T                           | EUA             | 63.1               |
| BankAmerica                    | EUA         | Nations Bank                   | EUA             | 61.5               |
| Amoco                          | EUA         | British Petroleum              | Reino Unido     | 55.0               |
| Elf Aquitaine                  | França      | Total Fina                     | França          | 53.2               |
| US West                        | EUA         | Qwest                          | EUA             | 48.4               |
| TCI Telecommunications         | EUA         | AT&T                           | EUA             | 48.0               |
| Chrysler                       | EUA         | Daimler-Benz                   | Alemanha        | 40.4               |
| Telecom Italia                 | Itália      | Olivetti                       | Itália          | 34.7               |
| Wells Fargo                    | EUA         | Norwest                        | EUA             | 34.3               |
| Arco                           | EUA         | BP Amoco                       | Reino Unido     | 33.7               |
| Asahi Bank e Tokai Bank        | Japão       | Sanwa Bank                     | Japão           | 30.5               |
| Dresdner Bank                  | Alemanha    | Deutsche Bank                  | Alemanha        | 31.6               |
| First Chicago                  | EUA         | Banc One                       | EUA             | 29.6               |
| Hoechst                        | Alemanha    | Rhone-Poulenc                  | França          | 28.5               |
| Société de Banque Suisse (SBS) | Suíça       | Union de Banques Suisses (UBS) | Suíça           | 24.3               |
| Ascend                         | EUA         | Lucent Technologies            | EUA             | 21.0               |
| Bank Boston                    | EUA         | Fleet Financial                | EUA             | 19.9               |
| Promodes                       | França      | Carrefour                      | França          | 18.3               |
| YPF                            | Argentina   | Repsol                         | Espanha         | 17.4               |
| Honeywell                      | EUA         | Allied Signal                  | EUA             | 15.4               |
| Tractebel                      | Bélgica     | Suez Lyonnaise des Eaux        | França          | 14.1               |
| One 2 One                      | Reino Unido | Deutsche Telecom               | Alemanha        | 13.6               |
| Paribas                        | França      | BNP                            | França          | 13.0               |
| CWC Consumer                   | Reino Unido | NTL                            | EUA             | 12.9               |
| Marconi                        | Reino Unido | British Aerospace              | Reino Unido     | 12.8               |
| BOC Group                      | Reino Unido | Investor Group                 | França          | 12.7               |
| Frontier Corp                  | EUA         | Global Crossing                | EUA             | 12.5               |
| Union Carbide Corp             | EUA         | Dow Chemical                   | EUA             | 11.6               |
| Banco Central Hispano          | Espanha     | Banco Santander                | Espanha         | 11.3               |
| Scottish Widows                | Reino Unido | Lloyds TSB                     | Reino Unido     | 11.1               |
| TransAmerica Corp              | Reino Unido | Aegon                          | Holanda         | 10.8               |
| ASDA Group                     | Reino Unido | Wall-Mart Stores               | EUA             | 10.7               |
| Champion Int. Co.              | EUA         | UPM-Kymmene Oyj                | Finlândia       | 9.0                |
| Casa                           | Espanha     | Dasa/Aerospatiale              | França/Alemanha | -                  |
| Pharmacia & Upjohn             | Suécia      | Monsanto                       | EUA             | -                  |
| Fuji Bank e Ind. Bank Japan    | Japão       | Dai-ichi Kangyo Bank           | Japão           | -                  |
| Argentaria                     | Espanha     | Banco Bilbao Vizcaya           | Espanha         | -                  |

Fonte: Artigos de Jornais

## Precarização do Trabalho

# Governo FHC quer acabar com os direitos sociais

*Depois do contrato temporário, do banco de horas, da suspensão do contrato (demissão temporária) e das comissões de conciliação prévia, o governo FHC investe sobre a proteção legal do trabalhador, propondo, de um lado, a prevalência do negociado sobre o legislado e, de outro, a simples eliminação de direitos. Com isso, pretende consolidar a propalada "flexibilização do trabalho", pactuada com o FMI, e que não tem outro objetivo senão o de livrar os donos do capital de suas responsabilidades sociais.*

Para tanto, o governo pretende enviar ao Congresso Nacional propostas de emendas à Constituição, que mudam radicalmente a legislação trabalhista em vigor. Uma destas propostas de emenda altera o artigo 7º da Carta e acaba com o 13º salário, férias, aviso prévio e FGTS, entre outros direitos,

na medida em que estes passariam a ser "negociados", entre patrões e empregados. Outra emenda altera o artigo 8º, de modo a instituir a pluralidade sindical e o sindicato por empresa, limitando sua representação aos associados. O terceiro alvo constitucional é o artigo 179 - o governo FHC quer dar tra-

tamento privilegiado às pequenas e micro empresas às custas de seus empregados, que serão equiparados a empregados domésticos.

A reforma trabalhista pretendida por FHC inclui ainda a implementação do estudo, citado na edição de dezembro da jornal Voz dos Bancários, que diz respeito ao FGTS. Tal estudo propõe a extinção do abono salarial (PIS), da multa de 40% sobre o FGTS no ato da dispensa do empregado, a modificação na forma de levantamento do FGTS e a utilização do mesmo para pagamento do seguro-desemprego, um benefício de natureza previdenciária.

Não bastasse tudo isto, o governo está apoiando a

extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho e a eliminação da prioridade no pagamento dos direitos trabalhistas nas hipóteses de falência e concordata das empresas, conforme previsto no Projeto de Lei 4.376/93, em tramitação no Congresso.

O governo FHC elegeu as mudanças nas legislações trabalhistas e sindicais como prioridade para o ano 2000, por três fatores, de acordo com a análise do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. O primeiro é que não teria sentido modificar a Constituição antes de esgotadas as possibilidades de supressão ou eliminação de direitos no plano infra constitucional. O segundo é que a votação do

ajuste fiscal, que exigia dedicação quase exclusiva dos parlamentares, já está chegando ao fim. E, por fim, acredita o DIAP, o governo estaria contando com o apoio das centrais que mantêm parceria com o Ministério do Trabalho.

As mudanças relativas ao artigo 7º, no entanto, que poderão acabar com o 13º salário, aviso prévio, férias de 30 dias e outros direitos básicos, deve ser jogada para 2001. Afinal, 2000 é ano eleitoral e a reação das bases a tais medidas pode não ser interessante para muitos deputados e senadores.

Confira abaixo, a análise detalhada do DIAP para cada elemento da reforma pretendida por FHC.

## Flexibilização dos direitos sociais dos trabalhadores

A tática do governo - diante da falta de votos para aprovar a desconstitucionalização dos direitos sociais dos trabalhadores - é flexibilizar o artigo 7º da Constituição, tornando possível a redução ou supressão, via negociação, dentre outros, dos seguintes direitos: férias de 30 dias, acrescidas de um terço, aviso prévio proporcional, proteção contra a despedida imotivada, repouso semanal, remuneração, adicional de remuneração por exercício de atividade insalubre, penosa ou perigosa, proteção em face da automação, horas extras, os 40% de multa no ato da dispensa, e até mesmo a licença-maternidade de 120 dias, um direito de natureza previdenciária.

A proposta, apresentada como neutra - já que, segundo o ministro do Trabalho, basta que não haja negociação para que se cumpra o direito previsto em lei - na verdade não tem nada de neutra, porque ela cria as condições para que o patrão force a negociação, como vem acontecendo com o banco de horas, outra iniciativa "neutra" do governo. Esse discurso de que deve prevalecer o negociado sobre o legislado é conversa fiada pura. Pela legislação atual, as cláusulas negociadas, desde que respeitadas a proteção mínima da lei ou da Constituição, já prevalecem sobre o legislado. Só que a negociação, em relação aos dispositivos que o governo quer flexibilizar, é permitida somente para acrescentar direitos e nunca para reduzir ou eliminar. O que o governo deseja é autorizar que os



trabalhadores, sem qualquer garantia contra a despedida arbitrária e chantageados pelo patrão - com a ameaça de demissão ou mudança de cidade, estado e até de país - pressione o sindicato a negociar abrindo mão desses direitos em nome da preservação do emprego.

Uma modificação destas, no momento de desemprego generalizado, é letal para os direitos

dos trabalhadores. Se o governo realmente estivesse interessado em proteger o trabalhador, não teria denunciado a Convenção 158 da OIT, que proibia a demissão arbitrária. A promessa de geração de emprego e renda, como no caso do contrato temporário e da suspensão do contrato, não passa de discurso. A proposta deve ser rechaçada pelos trabalhadores.

## Organização sindical

Em relação à organização sindical, tudo indica que o governo insistirá na PEC 62/98, cuja modelagem atende aos objetivos de pulverizar e asfixiar financeiramente a organização dos trabalhadores, mediante:

1-) a adoção da pluralidade em substituição à unicidade;

2-) a instituição do sindicato por empresa em substituição ao sindicato de categoria;

3-) substituir a representação da categoria pela de associados;

4-) extinguir a contribuição compulsória e criar a contribuição voluntária, definidas em assembleia, respeitando-se o quorum e o princípio da razoabilidade, aplicável apenas aos associados;

5-) eliminação do poder normativo da Justiça do Trabalho, retirando da Justiça do Trabalho a possibilidade de, respeitados os direitos mínimos de proteção ao trabalho, fixar cláusula de reajuste e melhoria das condições de trabalho no julgamento de dissídios coletivos;

6-) condicionar o acesso à Justiça do Trabalho à passagem prévia por uma comissão de

conciliação extrajudicial, no âmbito da empresa;

7-) instituir a arbitragem privada em substituição ao poder normativo;

8-) acabar com a substituição processual da categoria.

Entretanto, caso sinta que há resistência a esta modelagem, que leva ao dismantelamento da organização sindical, o governo proporá simplesmente a supressão do sistema confederativo, da unicidade e das contribuições compulsórias, criando as condições para a ratificação da Convenção 87 da OIT, permitindo o reconhecimento das centrais como entidades sindicais, e dando total liberdade para a fundação de entidades sindicais, sem qualquer outra exigência além das fixadas nos estatutos.

A PEC 623, que aguarda votação do parecer do relator na Comissão de Justiça da Câmara, deputado Moreira Ferreira (PFL/SP), poderá prestar-se também a segunda hipótese, bastando que na comissão especial, onde será examinado o mérito da matéria, o governo oriente o relator nessa direção.

## FGTS, PIS e seguro-desemprego

A proposta, apresentada por economistas, sob a forma de estudo encomendado pelo Ministério do Trabalho, destina-se à elaboração de projetos de lei visando à extinção do PIS (abono salarial anual), a eliminação da multa de 40% do FGTS no ato da dispensa do empregado, a forma de levantamento do FGTS, e a substituição do seguro-desemprego como uma obrigação de natureza previdenciária por uma modalidade de seguro a ser pago com os recursos do FGTS. Aparentemente, o governo

teria desistido dessa iniciativa. Entretanto, não parece ser esta sua intenção.

Trata-se, na verdade, de um recuo tático. É que primeiro é necessário aprovar as emendas constitucionais sobre o artigo 7º, sob pena de um tema menor - a redução desses benefícios - prejudicar um maior, que é a flexibilização de todos os direitos de ordem pública e irrenunciáveis, previstos na Constituição e nas leis trabalhistas. Concluída a reforma maior, a menor virá como passo seguinte.

## Desnacionalização

## Santander compra o Meridional e anuncia demissões

A venda do banco Meridional para o espanhol Santander, realizada no mês de janeiro, é um exemplo de como as privatizações servem para dar lucros inimagináveis a banqueiros e empresários, e prejuízos aos empregados das empresas vendidas. O negócio rendeu ao espanhol Santander a quinta colocação entre os bancos privados. Ao Bozano Simonson rendeu mais de um bilhão de reais. E aos funcionários do banco, desemprego. O Santander já anunciou um novo PDV - Plano de Demissões Voluntárias para as próximas semanas.

### Demissões

Logo após a privatização, o banco demitiu mais de 3.500 dos 6.700 empregados que tinha em dezembro de 97. Agora, o Santander anuncia um novo PDV. A informação foi dada em reunião realizada no dia 21 de março, da qual participaram representantes da Federação dos Sindicatos do Rio Grande do Sul, Alencar Rossi, contratado pelo Santander para fazer assessoria de RH, e a gerência e RH do Meridional. Eles informaram que o PDV já deveria ter saído, e que só não saiu ainda em função de problemas técnicos com o próprio Banco Central, tendo em vista que, de direito, o Santander só estará no Meridional a partir do dia primeiro de maio. Os representantes do banco disseram ainda que o PDV também acontecerá no Santander e que os parâmetros devem ser os mesmos adotados para o Meridional. Mas, não informaram quais são estes parâmetros, tampouco a quem o PDV estará direcionado.

Na região sul, o banco como um todo levará a marca Santander/Meridional, enquanto nas demais regiões levará a marca Santander Brasil.

### Banco espanhol já engoliu o Noroeste e o Banco Geral do Comércio

O grupo Bozano Simonson comprou o Meridional por R\$ 265,7 milhões, em 1997. Com a compra, que lhe custou quase nada, já que recebeu crédito tributário (desconto em impostos) no valor de R\$ 260 milhões, ganhou centenas de agências, milhares de clientes e forte presença no sul do país. Com a venda, recebeu cerca de R\$ 1,3 bilhão.

## Bancários aderem ao Dia Internacional de Conscientização sobre LER/DORT

O dia 29 de fevereiro foi marcado por uma série de atividades de alerta sobre as doenças por esforço repetitivo, conhecidas como LER/DORT. Além do Brasil, onde entidades sindicais de diversas categorias promoveram o tema, outros 15 países realizaram manifestações de alerta sobre estas doenças, que podem atingir qualquer trabalhador cuja atividade exige movimentos físicos repetidos e que tem grande incidência junto aos bancários.

O Dia Internacional de Conscientização sobre a LER é uma iniciativa de um grupo de canadenses que tem, dentro dos seus objetivos, planos de constituir uma entidade sem fins lucrativos com a finalidade de combater o problema. Em anos que não forem bissextos, o Dia Internacional de Conscientização sobre a LER será lembrado em 28 de fevereiro.

A precarização das condições de trabalho tem provocado o crescimento desenfreado dos casos de LER entre os bancários, bem como o aparecimento cada vez mais precoce da doença e o aumento do número de casos graves. Mas, as estatísticas, quando existem, não refletem a realidade. "Oficialmente, ela aparece mais nas instituições públicas, onde os funcionários têm estabilidade. Nos bancos privados, além da alta rotatividade, também o medo de perder o emprego impede que o funcionário denuncie a LER", diz o médico Leandro Antônio König, especializado em Medicina do Trabalho e Acupuntura Médica.

Lesão por Esforço Repetitivo é o nome genérico dado no

Brasil a todas as doenças que atingem a parte superior do sistema loco-motor provocadas por traumas cumulativos resultantes de movimentos repetitivos determinados pelo trabalho. Estas doenças podem estar ligadas ao sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo - músculos e tendões, como ao sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos. As mãos, dedos e punhos direitos são os segmentos mais atingidos. Como característica comum, elas têm o processo inflamatório.

### Como reconhecer a doença

A sensação de peso e cansaço na musculatura, seguida ou não da diminuição da sensibilidade, pode ser um indicativo de que você está com alguma Lesão por Esforço Repetitivo. "É o primeiro sinal", alerta König. Depois, aparecem as dores e os sinais de inflamação como edema, inchaço, vermelhidão e calor localizado. No começo, as dores somem após

o repouso. Mas, "com o passar do tempo e sem tratamento adequado, as lesões podem se tornar crônicas, com a perda da mobilidade do membro afetado", informa o médico. Segundo ele, o tratamento das LER requer anti-inflamatórios, fisioterapia, RPG - Reeducação Postural Global e acupuntura, que tem se revelado bastante eficiente no combate à dor. A doença tem cura, mas volta a manifestar-se se o paciente não respeitar seus limites ao retornar para o trabalho. "Este é o problema", ressaltava König, "pois a pressão por produtividade exercida nos bancos não permite que o funcionário faça os intervalos necessários".

Para prevenir a LER, a cada hora trabalhada, o funcionário deveria parar 10 minutos. O único banco que tem essa prática como norma é a Caixa Econômica Federal, porém, ela nem sempre é cumprida pelas agências.

### Que sintomas devem ser valorizados em um auto-exame para detecção das L.E.R?

No quadro abaixo estão formuladas sete perguntas. Se três dessas forem positivas e, entre elas, estiverem a terceira, a quarta e a sétima, há forte suspeita de que você esteja com LER. Nesse caso, procure o médico imediatamente.

1. Tem sensação frequente de desconforto ou peso em algum segmento do membro superior?
2. Sua caligrafia vem se alterando?
3. Observa perda de sensibilidade tátil ou dolorosa permanente em alguma parte ou segmento do membro superior?
4. Sente dor à pressão ou ao movimento de algum segmento do membro superior?
5. Tem dificuldade crescente de fazer movimentos de extensão, flexão em rotação do braço, mão e dedos?
6. Os sintomas acima desaparecem ou melhoram nos fins de semana, feriados ou quando não trabalha?
7. A duração de dois de qualquer dos sintomas acima é superior a 30 dias?

## Bic-Sudameris é bi-campeã de Futebol Sete

A equipe Bic-Sudameris ganhou pelo segundo ano consecutivo o campeonato

de Futebol Sete organizado pelo nosso Sindicato. O segundo lugar ficou com a

equipe do HSBC-Bamerindus, que empatou a partida decisiva durante o tempo normal, tendo perdido na prorrogação por 5x4. O terceiro lugar ficou com a Real-Bandeirantes, e o quarto com a AABB.

Os jogos se estenderam de 20 de novembro até 23 de dezembro do ano passado e contaram com a participação de nove equipes. O goleiro menos vazado foi Jair Caberlon, da Bic-Sudameris, que sofreu apenas sete gols. Já, o goleador da série foi Juan Monego, da HSBC-Bamerindus, com 14 gols marcados. Os vencedores foram homenageados com troféus e medalhas.



A Bic-Sudameris venceu na prorrogação

Bi-campeões: Paulo Veiga, Airton Frizzo, Rodrigo Pavan, Carlos Santiago, Jorge Piccoli, Darci Pegoraro, Silvio Silva, Rafael Kramer, Marlon Oliveira, Paulo Ferreira, Carlos Moraes, Carlos Wiesseling, Jair Caberlon, Roberto Scheneider, Moisés Perini e Álvaro Bressolin.



O HSBC-Bamerindus ficou em segundo lugar

Estados Unidos

# Boeing atende reivindicação dos empregados após greve de 40 dias



A greve dos 20 mil engenheiros e técnicos da Boeing colocaram de joelhos uma das empresas-chave da economia americana

De nove de fevereiro a 19 de março, os Estados Unidos foram palco para um dos mais importantes fatos ocorridos no movimento sindical nos últimos anos. Mais de 20 mil trabalhadores da Boeing - 12 mil engenheiros e 8.600 técnicos, mantiveram uma greve por 40 dias e só retornaram ao trabalho quando viram suas reivindicações atendidas. "No Brains, no planes" (sem cérebros, sem aviões) era o lema dos grevistas que, desde o início anunciaram que estavam dispostos a lutar por tempo indeterminado por

aumento salarial e contra a perda de benefícios sociais.

O acordo fechado com a empresa, por três anos, estabelece um aumento salarial de 8% no primeiro ano e 4,5% nos dois anos seguintes para os engenheiros. Os técnicos receberão 5,5% no primeiro ano e 4,5% nos demais. Ambos conquistaram ainda um bônus de US\$ 2.500, a ser pago no primeiro ano, além da manutenção dos benefícios sociais: seguro de assistência médica e seguros de vida. A greve teve a adesão da maior parte do quadro de enge-

nheiros e técnicos, embora apenas 65% deles estavam filiados à Sociedade Profissional de Empregados de Engenharia Aeroespacial (SPEEA), que não dispunha de fundos para casos de greve.

Foi a paralisação mais longa e intensa de engenheiros e técnicos da história da Boeing, surpreendendo a companhia. Antes desta, a última greve encabeçada por este sindicato foi no ano de 1992 e durou um dia, pois os trabalhadores acabaram aceitando uma oferta da empresa que os negociadores

do sindicato haviam rejeitado. Este precedente fez com que a Boeing se sentisse poderosa e arrogante desde o início das negociações, há cinco meses, até a hora da deflagração da greve.

## Vitória dos grevistas

Desta vez, foi muito diferente. "A comunidade técnica achou sua força e sua voz e nós pretendemos continuar usando isto de modo positivo", declarou Charles Boffending, diretor executivo do SPEEA, ao comemorar a vitória dos grevistas, depois de fechado o acordo com a Boeing. A disposição para lutar por um longo período foi decisiva, pois esta era a única forma de atingir a produção, visto que parte dos funcionários, principalmente os da linha de montagem, pertencem a outro sindicato, com o qual a empresa negociou contrato proibindo seus trabalhadores de entrarem em greve.

Desde que se fundiu com a McDonnell Douglas, com parte da Rockwell e com a Hughes, a Boeing mantém dezenas de acordos com diferentes sindicatos de profissionais, muitas vezes, com diferentes locais do mesmo sindicato. A empresa fabrica grande parte dos aviões comerciais utilizados pela mai-

oria das companhias aéreas, foguetes espaciais e outras naves.

## Atraso na entrega

O fim da greve trouxe um grande alívio para a empresa e seus clientes de todo o mundo, que já estavam sendo prejudicados pelo atrasos na entrega de numerosos aviões - pelo menos 15 deixaram de ser entregues, assim como encomendas de governos.

A Boeing admitiu, em seu relatório, que a greve afetara o seu desempenho financeiro no primeiro trimestre e poderia afetar os resultados também do segundo. Graças a isso, os trabalhadores saíram vitoriosos. "Muitos empregados nos disseram que buscavam ser respeitados", disse o presidente da Boeing Phil Condit em comunicado público. "Creio que agora já sabemos o que isso significa para eles. Espero que um dia possamos considerar este momento como um ponto de inflexão, o momento em que reconhecemos claramente a importância de escutar e compreender a outra parte", concluiu.

A Boeing vem reduzindo constantemente o seu quadro de pessoal. No final de 1998, tinha 231 mil empregados. Atualmente, conta com 193 mil.

## Especulação contra o Real rendeu superlucros aos bancos

Estrangeiros ou nacionais, os bancos que especularam com a queda do Real em janeiro de 1999, mais uma vez lucraram com a crise. Só que, desta vez, os lucros foram às alturas. Os bancos estrangeiros registraram os maiores índices.

No Chase Manhattan, por exemplo, os lucros subiram 503,0% em relação a 1998. No Multi Banco, cresceram 461,8%, no mesmo período. O Lloyds TSB registrou uma variação de 367,17%. O Citibank lucrou R\$ 769,44 milhões em 1999, sendo que R\$ 379,3 milhões foram frutos da aposta contra o Real. Com este resultado, ficou com o quarto maior lucro. Foi a maior orgia de lucros bancários dos últimos tempos.

O lucro líquido do Chase Manhattan ficou em R\$ 429,16 milhões. Só em janeiro, com a desvalorização do câmbio, o banco ganhou R\$ 310,11 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 80,9%, praticamente o dobro do índice de 1998, que ficou 41,9%. E o patrimônio líquido cresceu 212,9% em 1999, atingindo R\$ 530,36 milhões.

O Multi Banco lucrou R\$ 190,27 milhões, R\$ 142,45 mi-

lhões só em janeiro. Em 1998, o lucro ficou em R\$ 3,91 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido de R\$ 290,82, chegando a 65,4%, o equivalente a um crescimento de 45%.

## Nacionais

Os bancos nacionais também ganharam muito dinheiro por conta da queda do Real. A rentabilidade média do Itaú, por exemplo, ficou em 31,65%. Antes, ficava por volta de 15%. O Itaú registrou lucro líquido de R\$ 1,95 bilhão em 1999. O resultado bate o maior banco privado do país, o Bradesco, que lucrou R\$ 1,10 bilhão no mesmo ano. O lucro do Itaú é ainda maior que o dobro do resultado de 98, quando o banco teve ganho de R\$ 880 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido chegou a 31,6%.

O Unibanco, terceiro maior banco privado do país, obteve em 1999 o seu melhor resultado de toda a década de 90. O lucro líquido registrado foi de R\$ 590,6 milhões, 30,1% sobre o mesmo período de 98. O retorno sobre o patrimônio líquido atingiu 18,5%. É o melhor resultado obtido pelo banco na década.

## Lucros e Rentabilidade dos Bancos em 1999 - Posição Pelo Tamanho do Ativo

| Banco                       | Ativo Total   | Patrimônio Líquido | Lucro (prejuízo) Líquido | Variação 1999/98 | Rentabilidade s/Patrimônio Lq. |
|-----------------------------|---------------|--------------------|--------------------------|------------------|--------------------------------|
| Banco do Brasil             | 126.454.000,0 | 7.271.000,0        | 869.100,0                | (-3,1%)          | 11,95%                         |
| Bradesco                    | 56.219.242,0  | 6.769.219,0        | 1.104.806,0              | 9,13%            | 16,32%                         |
| Itaú                        | 44.746.277,0  | 6.419.891,0        | 1.955.567,0              | 50,31%           | 30,46%                         |
| Unibanco                    | 31.162.211,0  | 4.001.706,0        | 590.683,0                | 30,07%           | 14,76%                         |
| ABN - Amro                  | 26.321.291,0  | 4.497.137,0        | 253.301,0                | 24,00%           | 5,63%                          |
| Safra                       | 18.027.000,0  | 1.021.000,0        | 197.479,0                | 38,92%           | 19,34%                         |
| Bank Boston                 | 17.617.228,0  | 944.741,0          | 210.061,0                | 70,52%           | 22,23%                         |
| Citibank                    | 13.560.000,0  | 1.748.000,0        | 769.440,0                | 309,50%          | 44,01%                         |
| HSBC Bank                   | 13.046.946,0  | 933.127,0          | 240.373,0                | 109,50%          | 25,75%                         |
| BCN                         | 12.220.965,0  | 907.311,0          | 200.657,0                | 28,26%           | 22,12%                         |
| BBA-Creditanstalt           | 11.694.717,0  | 909.262,0          | 303.847,0                | 121,03%          | 33,41%                         |
| Bandeirantes                | 8.718.000,0   | 368.800,0          | ( 2.400,0)               | -                | -                              |
| Mercantil de São Paulo      | 8.282.000,0   | 1.007.068,0        | 152.047,0                | 38,79%           | 15,10%                         |
| Banco do Nordeste do Brasil | 7.758.393,0   | 955.734,0          | 73.375,0                 | 1,59%            | 7,89%                          |
| Banrisul                    | 6.259.431,0   | 507.488,0          | 60.686,0                 | -                | 11,96%                         |
| Banestado                   | 5.962.302,0   | 433.659,0          | (535.241,0)              | -                | -                              |
| Votorantim                  | 4.999.639,0   | 315.283,0          | 70.086,0                 | 38,18%           | 22,22%                         |
| CCF-Brasil                  | 4.367.183,0   | 597.999,0          | 152.268,0                | 152,35%          | 25,52%                         |
| Lloyds TSB                  | 4.299.999,0   | 432.922,0          | 71.744,0                 | 367,17%          | 16,57%                         |
| Chase Manhattan             | 3.595.000,0   | 530.365,0          | 429.169,0                | 503,00%          | 80,90%                         |
| Rural                       | 3.184.388,0   | 328.365,0          | 96.809,0                 | ( 4,82%)         | 29,48%                         |
| Bic Banco                   | 2.774.220,0   | 232.022,0          | 2.6.738,0                | 18,53%           | 10,23%                         |
| Banco da Amazônia           | 1.993.308,0   | 224.981,0          | 74.227,0                 | 202,45%          | 33,01%                         |
| ABC Brasil                  | 1.840.199,0   | 240.889,0          | 96.013,0                 | 161,38%          | 39,21%                         |
| Multi Banco                 | 1.287.000,0   | 290.825,0          | 190.271,0                | 461,08%          | 65,40%                         |

Fonte: Balanços e Balancetes Sintéticos divulgados e Artigos de Jornais

64 ANOS

Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região**Voz do Bancário**

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 16 - Nº 93 - MAIO/2000

FILIADO À CUT

## Indígenas são expulsos da celebração dos 500 anos

Os festejos do governo em celebração aos 500 anos da chegada dos primeiros portugueses às terras brasileiras foi um verdadeiro atentado aos movimentos sociais, e deixou um saldo de 141 presos e 31 feridos no dia 22 de abril, em Santa Cruz Cabralia, BA. Mais de dois mil índios, representando 185 povos de todo país, seguiam a pé pela BR 367, a caminho da terra do descobrimento, onde o presidente FHC fazia a festa dos 500 anos. Eles vinham de Coroa Vermelha, onde passaram dois dias discutindo como resgatar 500 anos de genocídio e exclusão social, na Conferência Indígena 2000. E pretendiam entregar ao presidente FHC a Carta da Conferência, que exigia a demarcação de suas terras e a aprovação do Estatuto dos Povos Indígena, além de outras reivindicações.

O documento não chegou a ser entregue. A poucos quilômetros da chegada, os índios, assim como os ne-

gros e os sem-terra que compõem o movimento Brasil Outros 500, foram atacados pela soldadesca, que usou bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e balas de efeito moral para dispersar a multidão.

Mas, a repressão aos índios, que se negaram a participar da festa de FHC, por entender que nada tinham a comemorar após cinco séculos de genocídio e desculturação, começou bem antes.

No dia quatro de abril, um batalhão de mais de 200 policiais militares invadiu a terra indígena Coroa Vermelha e destruiu o monumento que os Pataxós construíram em memória de todos os índios massacrados durante os 500 anos de invasão. O "Monumento à Resistência" estava sendo erguido ao lado da cruz de aço inoxidável construído pelo governo federal, e seria inaugurado durante a Conferência Indígena.



Fotos: Comitê de Preparação à Conferência Indígena

Marcha dos índios é interrompida pela repressão policial, impedindo a entrega da Carta da Conferência Indígena a FHC

## Banco Central divulga balanço com prejuízo de R\$ 13 bilhões

Conforme o balanço patrimonial, divulgado em 31 de março, o Banco Central teve um resultado negativo de R\$ 13 bilhões em 1999. As intervenções do BC para tentar segurar a cotação do real no início do ano e o Proer - Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro - foram os principais responsáveis pelo prejuízo, que será absorvido pelo Tesouro Nacional.

Governo e mídia divulgaram o fato sem alarde, como se um prejuízo de tal envergadura fosse normal para um país cujo governo economiza tostões quando se trata de saúde, educação ou salário mínimo, porque é preciso conter o 'déficit público'. Para manter de pé o real, o BC vendeu dólares da reserva do país a um valor que o mercado não praticava, absorvendo com isso uma perda líquida de R\$ 5,8 bilhões. "O BC não tem como objetivo gerar lucro, mas assegurar a estabilidade da moeda nacional", se limitou a justificar o ex-assessor do megaespeculador

George Soros e atual presidente do BC Armínio Fraga. Para o governo FHC, economia só vale se ela for sustentada pelo povo. Para os ricos e poderosos, a ganância está liberada.

O Proer, por exemplo, fechou 1999 com um saldo negativo de R\$ 15,6 bilhões, segundo dados oficiais do BC. O montante se refere a empréstimos repassados a cinco bancos que não pagaram os créditos concedidos desde a criação do programa, no primeiro mandato de FHC.

Além do Proer, os bancos devem mais R\$ 14,2 bilhões ao BC relativos a saques em descoberto das reservas bancárias (conta que as instituições financeiras são obrigadas a manter junto ao BC).

Neste ano, o BC deveria receber R\$ 29,9 bilhões do Proer, mas, pelo menos R\$ 9,9 bilhões - equivalentes ao orçamento de um ano da Educação - já são considerados perdidos pelo presidente do banco Armínio Fraga.

### Discurso do índio pataxó Mataluê, proferido antes da celebração da missa dos 500 anos, na Praia de Coroa Ver- melha, dia 26 de abril:

"Hoje, é esse dia que podia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra.

Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito, porque essa terra pertence a nós. Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente? Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos desta terra, que vivem em harmonia com a natureza: tupi, xavante, tapuia, caiapó, pataxó e tantos outros. Séculos depois, estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões, de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar. São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas diferentes, mas apenas em 500 anos esses 999 povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil.

Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturação, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão.

Hoje, querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do Descobrimento.

Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo.

Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás.

Com o nosso sangue, comemoram mais uma vez o Descobrimento.

Com tudo isso, não vão conseguir impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase 6.000 organizações indígenas em todo o Brasil.

Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos; teremos resultado a médio e a longo prazo.

A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais dizendo que clama por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis pelas agressões aos povos indígenas.

Estamos de luto.

Até quando?

Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração, e vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade."

## Sindicato elege nova diretoria nos dias 24 e 25 de maio

Nos próximos dias 24 e 25, os bancários de Caxias do Sul e região estarão elegendo a diretoria do Sindicato para a gestão 2000/2003. O novo mandato começa no dia primeiro de agosto e se estende até 31 de julho de 2003.

O processo eleitoral está sendo coordenado por uma Comissão Eleitoral, composta por Vilson Vitali, Gerson Antônio Toigo e Sylvino Calixto Petry. A composição da referida comissão foi aprovada em assembléia geral extraordinária, realizada no dia 15 de abril. Em cumprimento ao Estatuto, também foi publicado o edital de convocação da Assembléia Geral Eleitoral, a ser realizada nos próximos dias 24 e 25. A publicação foi feita no jornal *Pioneiro* do dia 19 de abril.

## As pressões do governo junto aos Tribunais Superiores no caso da correção das contas do FGTS

### Um país de um "único poder"?

Os estudantes continuam aprendendo nas escolas que o Brasil é uma República Federativa em que existem três poderes, "harmônicos e independentes", como reza a Constituição Federal: Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas, na prática, a realidade é bem diferente. Como se não bastasse seus poderes quase absolutos, o Executivo já esvaziou grande parte das funções do Legislativo por meio das famosas Medidas Provisórias, de que o governo Fernando Henrique já é o grande campeão. Em relação ao Judiciário, a tática do Executivo, sempre que está em jogo alguma causa importante para o país ou para os trabalhadores—como a discussão sobre direitos sociais ou regras de privatização de estatais—é de pressionar os tribunais superiores com a ameaça de crises econômicas, fuga de capitais ou volta da inflação, caso estes tribunais atendam certos recursos interpostos contra decisões do Executivo. São as alegações das famosas "razões de estado" capazes de reduzir a pó as leis, os direitos e a justiça. Tal se dá agora, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) examina recursos de trabalhadores que reivindicam correção dos saldos de suas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em decorrência das perdas provocadas pelos diversos planos econômicos adotados pelo governo, incluindo os Planos Bresser e Verão (governo Sarney) e Collor 1 e Collor 2.

Praticamente toda a área econômica do governo—os ministérios da Fazenda e do Planejamento e o Banco Central—empenha-se em pressões contra o Judiciário, depois que o julgamento do assunto começou a tomar um rumo favorável aos trabalhadores no plenário do STF. O julgamento está suspenso desde a semana passada, a partir de um pedido de vista do ministro Maurício Corrêa. Antes disso, o ministro Moreira Alves, em seu voto, havia reconhecido ocorrência de perda na correção dos saldos do FGTS

nos Planos Verão e Collor 1, no que foi seguido por Nelson Jobim (integralmente) e Ilmar Galvão (parcialmente). A partir daí, o núcleo de financistas da área econômica entrou em campo com um jogo pesado visando reverter a tendência do julgamento (ainda faltam os votos de oito ministros). Na sexta-feira passada, os ministros da Fazenda e do Planejamento divulgaram nota conjunta afirmando que aguardam uma decisão favorável à União no caso da correção do FGTS pois isso é da "maior importância para o equilíbrio das contas públicas". E, na terça-feira, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e o ministro interino da Fazenda, Amaury Bier, promoveram, segundo o jornal Folha de S. Paulo, "uma maratona a tribunais", acompanhados pelos ministros Pimenta da Veiga (Comunicações) e Aloysio Nunes Ferreira (secretaria-geral da Presidência), na tentativa de "reduzir o prejuízo, protelar o pagamento e acalmar os investidores".

Isto é, no caso de não conseguir seu objetivo inicial—que seria o de impedir uma decisão favorável à correção dos saldos das contas do FGTS—o governo procura "reduzir o prejuízo" e "protelar o pagamento" que seria provocado pela decisão do STF. O governo chegou a sugerir ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Costa Leite, que o exame dos processos fosse, temporariamente, suspenso, pois a estimativa é que existem cerca de 600 mil ações de trabalhadores pedindo pagamento de correção de saldos do FGTS em virtude de expurgos de inflação praticados por vários planos econômicos. Uma outra tática do governo é a disseminação de valores absurdos que, supostamente, teria de desembolsar caso estes expurgos fossem reconhecidos pela Justiça. A Caixa Econômica Federal, que a partir de uma lei aprovada pelo Congresso em outubro de 1989, passou a centralizar as contas do FGTS, estimou, "informal-

mente", que teria um prejuízo de R\$ 70 bilhões caso todas as correções reivindicadas fossem atendidas, com a intenção evidente de "assustar" os tribunais que apreciam o assunto. Os advogados trabalhistas e as entidades sindicais contestam estes números, explicando que nem o montante está correto e nem o desembolso seria realizado de uma só vez, já que os saques das contas do FGTS só podem ser feitos em determinados casos, como demissão sem justa causa, aposentadoria, compra de casa própria e falecimento do trabalhador. Ou seja, no caso de uma decisão favorável dos tribunais, o governo teria de pagar, a curto prazo, a correção estipulada somente aos que já sacaram seu fundo e que tivessem seu direito reconhecido por terem recorrido à Justiça. Quanto aos demais, ele teria de programar a aplicação da correção nas contas hoje existentes que fizessem jus a ela. Segundo a CEF, existem hoje 62 milhões de contas ativas do FGTS e 9 milhões de contas inativas (que não foram sacadas e não recebem mais depósitos), somando um patrimônio de cerca de R\$ 51 bilhões.

Qualquer economista razoavelmente bem informado no Brasil sabe que o FGTS é um grande "mico", na medida em que já foi flagrantemente lesado diversas vezes por medidas econômicas oficiais. Além disso, suas contas, administradas pelo governo federal por meio da CEF, rendem apenas juros anuais de 3%, mais correção monetária, a mais baixa remuneração vigente do mercado financeiro, não chegando nem perto da caderneta de poupança, que rende juros de 6% ao ano. A correção dos expurgos inflacionários aplicados nas contas do FGTS deveria ser medida mais do que imediata. Mas tudo depende, ainda, da capacidade de o Judiciário resistir às enormes pressões feitas pelo asfixiante Executivo.

Artigo publicado no Ponto de Vista do jornal eletrônico Oficina de Informações de 20/04/2000



## Greve paralisa 1.100 funcionários do HSBC em Curitiba

Cerca de 1.100 funcionários do HSBC paralisaram suas atividades na quarta-feira, dia 12, em Curitiba, Paraná. A greve manteve fechadas, durante todo o dia, as 11 agências do banco localizadas no centro da cidade, inclusive a do Palácio Avenida, onde funciona a diretoria do banco. Os funcionários reivindicam a revisão dos critérios de concessão de bolsas de estudo, mudanças no plano de saúde e odontológico, fim da pressão funcional por metas e justiça na PLR. No dia 26 os sindicatos conseguiram abrir negociações com a direção do banco.

### Mais de nove mil demitidos

Depois de utilizar mais de R\$ 6 bilhões do dinheiro público, via Proer, o Bamerindus foi entregue

ao HSBC, que já lucrou no Brasil mais de R\$ 390 milhões. Neste período, 9.282 funcionários do banco foram demitidos (considerando o trabalho de preparação feito pelo BC).

Mas, a ganância do HSBC, que acaba de comprar o sexto maior banco francês, o CCF, não pára por aí. O banco inglês cortou a bolsa educação dos funcionários e reajustou o plano de saúde em até 250% de uma só vez. O "poderoso" banco inglês também não respeita a lei brasileira, indo contra decisão judicial que impede os funcionários de compensarem horas. E tem mais: obriga seus funcionários a comprar seus próprios uniformes, contrariando a convenção coletiva dos bancários.

## Bancários mantêm vigília em frente ao Meridional Santander

Os funcionários do Meridional Santander continuam em vigília em frente à matriz do banco, em Porto Alegre, reivindicando garantia de emprego. No dia 20, em reunião com a Comissão de Empresa dos Funcionários, a direção do banco alegou que não tem condições de conceder garantia de emprego aos funcionários e que

será implantado um Plano de Demissão Voluntária (PDV) em maio. A Comissão de Empresa cobrou uma posição do banco sobre a demissão de mais de 200 bancários após a venda do banco ao Santander. Segundo os representantes do banco, as demissões fazem parte do "ajuste normal" e a solução mais "amena" seria o PDV.

## Assinado acordo na CEF

O acordo coletivo de trabalho dos empregados da Caixa Econômica Federal 99/2000 foi assinado no dia 12 de abril, pelo banco e a Comissão Executiva dos Empregados. A proposta de acordo foi construída com intermediação do vice-presidente da CUT João Vaccari Neto, e aprovada em praticamente todas as assembleias realizadas pelos empregados.

### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Correio Eletrônico: seebcs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro Tiragem: 2.600 exemplares

Fundado em 24 de outubro de 1935

# Câmara de Vereadores aprova moção contra a venda do Banespa

A Câmara de Vereadores de Caxias do Sul aprovou por unanimidade uma moção contrária à venda do Banespa, em regime de urgência, no dia 18 de abril. A mesma foi de iniciativa dos vereadores: Ana Maria Corso (PT), Silvana Piroli (PT) e Alceu Barbosa Velho (PDT). Cópia da moção será enviada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, aos presidentes do Congresso Nacional e da Câmara Federal, ao governador de São Paulo Mário Covas, ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ao presidente do Banespa, além de outras autoridades estaduais e municipais.

A moção afirma que o Banespa é um símbolo de desenvolvimento econômico e social do país, e ressalta que a privatização do banco atende somente a exigências do mercado financeiro internacional. "A venda implicará perda irreparável, causando graves prejuízos à economia e à população brasileira", diz o documento.

"Entendemos que é importante Caxias se manifestar, porque temos aqui uma agência que há muito tempo presta um bom serviço à comunidade", reforçou o vereador Airton de Carvalho (PSB) na sessão da Câmara que aprovou a moção.

A vereadora Ana Corso (PT)

aproveitou a ocasião para criticar a venda do patrimônio público como meio de obter recursos, lembrando que "o Rio Grande do Sul entregou R\$ 5 bilhões em patrimônio público e a dívida triplicou". Já, o vereador Alceu Barbosa Velho (PDT) salientou a questão do desemprego e das irregularidades que acompanham os processos de privatização.

"Se lembrássemos apenas companheiros que podem perder o emprego, já seria o suficiente para votarmos isso. Mas, a par dessa situação, sabemos que, infelizmente, a roubalheira que existe por trás dessas privatizações é muito grande". Discursaram também contra a venda os vereadores: Geny Peteffi (PMDB), Francisco Spiandorello (PSDB) e Renato Paese (PDT).

A Prefeitura Municipal de Caxias do Sul também se engajou à luta em defesa do Banespa. Como acionista, recorreu à Justiça Federal para impedir a venda do banco. Manifestaram apoio à causa ainda os governadores Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul, e Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro. O governador carioca manifestou o seu apoio durante visita à Caxias do Sul, em oito de abril,



Prefeito Pepe Vargas, com sindicalistas e aposentados do Banespa: solidariedade à luta contra a privatização

em encontro com diretores do nosso Sindicato.

Expoentes políticos de oposição, como Leonel Brizola, presidente do PDT, e José Dirceu, presidente do PT, também têm defendido a manutenção do banco como instituição pública em diferentes ocasiões. Em visita a Porto Alegre, realizada em 31 de março, o ex-governador Leonel Brizola lembrou os prejuízos ocasionados pela venda do Banerj e afirmou que evitar a privatização do Banespa também é importante para a defesa do Banrisul como banco público.

**Liminar adia novamente leilão**

A guerra judicial desen-

cadeada pelos funcionários do banco através das associações de classe, está conseguindo sucessivos adiamentos na data de venda. O leilão marcado para dia 27 de junho será novamente adiado, para julho ou agosto. Uma nova liminar, concedida em 4 de abril, inviabilizou o cronograma de privatização.

**Estrangeiros na disputa**

Cinco bancos estrangeiros estão interessados na compra do Banespa: Bilbao Vizcaya, Santander, Citibank, Fleet National Bank, HSBC Bank, além de quatro nacionais: Itaú, Safra, Bradesco, e Unibanco. O governo vem tentando privatizar o Banespa desde o início de 1995.



Governador do Rio de Janeiro manifesta apoio à luta contra a venda do Banespa em encontro com dirigentes sindicais bancários

## Exterior

### Fusões não cessam no setor bancário

O banco japonês Bank Tokyo-Mitsubishi anunciou no dia 19 de abril que vai fundir-se com o Mitsubishi Trust & Banking Corp, criando o quinto maior banco mundial, com ativos da ordem de US\$ 831,7 bilhões. O Bank Tokyo-Mitsubishi é resultado de uma fusão feita em 1996 entre o Bank of Tokyo e o Mitsubshi Bank.

No começo de abril, o HSBC Holdings, banco controlado por capitais sino-britânicos, anunciou a compra do CCF - Crédit Commercial de France, sexto maior banco da França, por US\$ 10,5 bilhões. É a primeira aquisição de um banco francês por um estrangeiro, e proporcionará ao HSBC um adicional de um milhão de clientes.

No mesmo período, o também britânico Robert Fleming, importante banco de investimentos e administrador de fundos, fechou acordo de venda com o Chase Manhattan. O negócio foi acertado em US\$ 7,7 bilhões, sendo US\$ 4 bilhões em dinheiro vivo e o restante em novas ações do Chase. O principal executivo do Chase, Bill Harrison disse que o negócio não foi feito em função de demissões.

Já, o sétimo maior banco dos Estados Unidos, o Wells Fargo & Co. aceitou comprar o banco First

Security Corp. por US\$ 2,9 bilhões em ações, depois de fracassar a fusão deste último com o banco Zions Bancorp. A aquisição, que deve estar concluída até o final do ano, vai entregar ao Wells Fargo um banco com US\$ 23 bilhões em ativos (no final do ano passado), 333 agências e 9.600 empregados.

**Deutsche e Dresdner desfazem fusão**

Um mês após terem anunciado a fusão que criaria o maior banco do mundo, Deutsche Bank e Dresdner Bank, respectivamente o primeiro e terceiro bancos alemães, suspenderam o negócio.

A iniciativa partiu do Dresdner, que recusou-se a aceitar, e isso não estaria no contrato com o Deutsche, o desmonte de seu banco de investimentos, o Dresdner Kleinworth Benson (DrKB), que tem 7.500 funcionários e foi a filial mais lucrativa do banco nos últimos anos.

O Deutsche queria fundir o DrKB com o seu banco de investimentos, o que significaria a demissão de 90% do pessoal do DrKB, equivalentes a 6.800 funcionários. Junto com eles, iriam mais 9.200 funcionários dos dois bancos espalhados pelo mundo todo, em decorrência da "racionalização" das operações conjuntas.

## Consultoria propõe esvaziar bancos públicos federais

O Ministério da Fazenda está analisando a proposta de reestruturação do sistema financeiro público, encomendada pelo governo FHC à consultoria estrangeira Booz Allen & Hamilton. O projeto envolve o BB, CEF, BASA, BNB e BNDES e prevê a retirada das atividades de crédito rural do Banco do Brasil. Parte do estudo foi divulgado pela imprensa em meados de abril, mas o Sindicato dos Bancários e parlamentares de oposição ainda não conhecem a proposta na íntegra, pois o governo, mesmo já tendo recebido várias solicitações, não envia cópia do documento. A julgar pelo que já foi publicado e pela dificuldade de acesso ao documento, é fácil supor que o governo prepara uma estratégia de enxugamento dos bancos públicos,

com o objetivo de privatizar os mesmos.

Em matéria publicada no dia 17 de abril, o jornal *O Estado de São Paulo* cita que o fim do crédito rural no Banco do Brasil poderá reduzir os custos do banco, que ganhará condições de se fortalecer como banco comercial. "Essa estratégia também deixa a porta aberta para, no futuro, o governo poder privatizar o BB, se vier a tomar tal decisão", diz o jornal.

Os consultores sugerem ainda que sejam fechadas as agências deficitárias e o que o financiamento agrícola passe a ser responsabilidade de um fundo do Tesouro Nacional. Este fundo administraria os recursos, mas deixaria a parte operacional a cargo de um agente financeiro, que recebe-

ria uma remuneração a ser determinada pelo governo.

Quanto à Caixa Econômica Federal, o estudo recomenda que ela volte a ser uma autarquia do governo e abandone suas atividades de banco comercial.

Para o BNB e o Basa, a consultoria aconselha a fusão com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), respectivamente. Os dois deixariam de captar recursos e seriam transformados em agências de fomento. A proposta da Booz Allen & Hamilton está com o Comif - Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais, desde fevereiro.

## Banrisul propõe reajuste de 2%

Na negociação do último dia 24, o Banrisul concedeu um reajuste de 2% aos funcionários, retroativo a janeiro de 2000, a ser pago na folha de maio. Na avaliação do Comando Nacional dos Funcionários, a decisão do banco foi unilateral e autoritária e não contemplou o que foi decidido nos fóruns de deliberação dos trabalhadores do Banrisul. No mesmo dia, os funcionários fizeram a abertura do "cerco" ao Banrisul em Porto Alegre, com queima de fogos e happy-hour pelo "quero meus 5,5%".

## Mobilização pela Justiça Global

# Protestos anti-FMI/Banco Mundial em Washington

Foto: DC - Independent Media Center

*Representando mais de 400 entidades, a coalizão reuniu cerca de 20 mil manifestantes. Eles não conseguiram impedir a realização do encontro, como ocorreu com a OMC, em Seattle, no final do ano passado. Mas, dificultaram o acesso das autoridades financeiras ao local do evento, marcando posição no combate ao capitalismo global*

O programa de reuniões semestrais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial levou ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais de 182 países a Washington, nos dias 16 e 17 de abril. Os debates sobre a arquitetura financeira internacional e o futuro destas instituições, no entanto, ficaram mais agitados com os protestos da Mobilização pela Justiça Global, uma coalizão de cerca de 400 organizações não governamentais, que têm como alvo comum o combate ao domínio das grandes potências sobre o resto do mundo.

Os cartazes e as palavras de ordem levadas às ruas de Washington desmascaravam o discurso corrente e até então hegemônico, que apresenta o FMI e o Banco Mundial como instituições destinadas a ajudar os países pobres. O movimento tratou de mostrar que estas instituições desempenham um papel central na dominação imperialista, promovendo o endividamento dos países pobres e aumentando cada vez mais o fosso que separa ricos e pobres. O cancelamento das dívidas dos países pobres foi uma palavra de ordem constante nas manifestações, que tiveram o apoio de algumas celebridades. Os atores Tim Robbins e Susan Sarandon, por exemplo, participaram de um comício debaixo de chuva na Elipse, um parque próximo à Casa Branca.

Os manifestantes, vindos de mais de 70 cidades norte-americanas, Canadá, Filipinas, Índia e outros países, começaram a chegar a Washington no dia 8 de abril. Durante uma semana, instalados num antigo

galpão de fábrica localizado no centro da cidade, eles prepararam os cartazes e os bonecos para as manifestações de rua, treinaram táticas de ação direta, exercícios de não violência, promoveram coletivas de imprensa, debates sobre a globalização, o FMI e o Banco Mundial, vigílias e concentrações, como a do Jubileu 2000, movimento internacional que luta pelo cancelamento da dívida do Terceiro Mundo.

Mas, as manifestações alcançaram seu ápice nos dias 16 e 17, data das conferências dos comitês de desenvolvimento das referidas instituições, que encerravam a semana de encontros. A Mobilização pela Justiça Global só não conseguiu impedir a reunião dos comitês porque o governo e a polícia norte-americana montaram um verdadeiro aparato de guerra para enfrentar os protestos.

Três mil policiais isolaram uma área de 80 quarteirões no centro de Washington, inclusive usando barricadas de metal. A dura operação repressiva contou ainda com a participação do FBI e da Guarda Nacional. A polícia treinou seus homens durante semanas, tendo gastado, segundo o jornal *The Washington Post*, US\$1 milhão com novos equipamentos e cerca de US\$ 5 milhões em horas extras aos policiais. O orçamento dos manifestantes, em contrapartida, era de US\$ 120 mil.

Um dia antes das reuniões mais concorridas, no sábado, a polícia fechou o galpão de fábrica, onde funcionava o comando das manifestações, sob a alegação de "risco de incêndio", e prendeu mais de 600



Implacável repressão policial contra protestos pacíficos garante a realização da reunião

pessoas nas ruas. Mesmo assim, no domingo, dia 16, muitos delegados foram impedidos de entrar no prédio do FMI pelos manifestantes, que fizeram um enorme cordão de isolamento nos quarteirões em que ficam localizadas as sedes das duas instituições.

Houve confronto com a polícia, que lançou mão de seus cassetetes, gás lacrimogênio e sprays de pimenta. Alguns ativistas tiveram ferimentos leves.

Pelo menos seis dos 24 ministros que compõem o comitê de desenvolvimento do FMI e do Bird foram bloqueados. Entre eles, os brasileiros Pedro Malan, que só conseguiu chegar ao local da reunião às 14h, após duas tentativas fracassadas, e o presidente do BC Armínio Fraga, que desistiu logo na primeira vez, voltando ao Brasil. Os ministros da França, Alemanha, Portugal e Áustria também foram bloqueados e

chegaram atrasados à assembleia.

Na segunda-feira, último dia do encontro, policiais e delegados tiveram de madrugar para driblar o bloqueio dos manifestantes. As autoridades começaram a se dirigir à sede das instituições às 5h, escoltadas pela polícia. Já, o governo federal dispensou os funcionários das repartições federais instaladas nesta área, entre as quais o Departamento do Tesouro.

## Prelúdio a Praga

Ao final do encontro, os burocratas saíram de Washington sob a proteção da Guarda Nacional. Antes, porém, emitiram um comunicado, onde reconheciam um "temor generalizado

de que os benefícios da economia mundial não estejam atingindo a todos, especialmente os países em desenvolvimento", e se comprometiam a aliviar o peso da dívida dos países pobres. Mas, nenhuma medida concreta foi apresentada. Já os manifestantes terminaram o encontro com um saldo de 1.300 presos e sabor de vitória, pois, apesar de não terem impedido a reunião, fizeram com que muita gente passasse a conhecer e questionar o sistema financeiro internacional. O próximo round acontece em Praga, em 25 de setembro, quando a capital tcheca sedia o 55º encontro anual do FMI e do Banco Mundial.

## O que são o FMI e o Banco Mundial

O FMI e o Banco Mundial foram criados em 1944, para financiar projetos de reconstrução nos países abalados pela Segunda Guerra Mundial. Mas, a partir dos anos 80, estas instituições começaram a condicionar seus empréstimos aos chamados "ajustes estruturais". Via de regra, estes programas impõem medidas de austeridade, como altas taxas de juros e redução de crédito, com consequente aumento da pobreza e desemprego. Incluem ainda cortes nos investimentos sociais como saúde e educação, abertura dos mercados nacionais, desindexação dos salários e a privatização das empresas estatais, mantendo a mão-de-obra barata e degradando o meio ambiente. Atualmente, eles ditam políticas econômicas para cerca de 90 países periféricos, inclusive o Brasil.

## Ex-chefe do Banco Mundial põe a boca no trombone

"Oficialmente, é claro, o FMI não impõe nada. Ele 'negocia' as condições necessárias para conceder ajuda. Mas, nessas negociações, todo o poder está concentrado em um lado só - o lado do FMI", afirma o ex-economista-chefe e ex-vice-presidente do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, em artigo recentemente publicado no *The New Republic*.

No referido artigo, Stiglitz, candidato ao prêmio Nobel de economia, simplesmente acaba com o mito em torno destas instituições. Acusa o FMI de ter aprofundado as crises da Ásia e da Rússia, denuncia a forma despersonalizada e burocratizada como são feitas as análises econômicas dos países candidatos à ajuda e diz que os economistas do Fundo são estudantes de terceira categoria de universidades de primeira categoria.

"Repetidas vezes fiquei estupefato ao constatar até que ponto eram desatualizados e desafiados com a realidade os modelos empregados pelos economistas de Washington. Mas a disciplina econômica falha era apenas sintoma do verdadeiro problema: a falta de transparência". O economista cita ainda no artigo uma crítica feita por terceiros ao FMI, que compara a instituição a uma fábrica de salsichas. Endossa o exemplo contando que, por um erro de digitação, descobriu que o relatório feito por uma missão do FMI num país, copiava páginas do relatório feito para o outro país.



Polícia usa spray de gás pimenta contra os manifestantes

64 ANOS

Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região

# Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 16 - Nº 94 - JUNHO/2000

FILIADO À CUT

## BC autoriza tercerização da atividade fim dos bancos

Quase todos os serviços bancários - depósitos, abertura de contas, recepção e encaminhamento de pedidos de empréstimo, cobrança de títulos, até a análise de cadastros - agora, podem ser realizados por empresas que nada tem a ver com a atividade bancária, como padarias, postos de gasolina, lotéricas, farmácias, supermercados ou empresas montadas especificamente para este fim. A medida - resolução 2707, publicada em 30 de março pelo Conselho Monetário Nacional - fere totalmente as normas do sigilo bancário e a organização da categoria. F. dá aos bancos um instrumento fantástico para burlar a fiscalização, bem como os direitos de clientes e bancários.

A novidade vem sendo apresentada pelo Banco Central e pela grande mídia como uma vantagem para os clientes. Mas, na verdade, coloca em risco não apenas o sigilo de suas movi-

mentações financeiras, como também a sua integridade física, na medida em que as empresas que assumem estes serviços não têm nenhuma responsabilidade legal sobre o tratamento das informações ou sobre a segurança dos valores manipulados. Além disso, com a utilização de trabalhadores de outras categorias, em especial os comerciários, que trabalham até 12 horas por dia, inclusive nos fins de semana, liquida a jornada de seis horas. E extingue, na prática, o piso salarial e demais cláusulas econômicas e sociais dos bancários.

Já, para os banqueiros, a medida traz muitas vantagens, pois permite que eles trabalhem com o mínimo de regulamentação, sem ampliar de fato a rede de agências e de funcionários para um atendimento rápido e eficiente. A Caixa Econômica Federal foi uma das primeiras instituições a usufruir da medida. Seis mil e duzentas lotéricas

estão recebendo depósitos em contas correntes e poupança da CEF desde o dia dois de maio. No dia 12 de junho, passaram a descontar cheques. Em julho, começam a recolher o FGTS e, até o final do ano, estes pontos deverão abranger outros serviços como o pagamento de pensionistas, aposentados e seguro-desemprego.

### Projeto de lei defende quadro próprio

Está em tramitação na Câmara o projeto de lei 19-A, do deputado federal Paulo Rocha (PT-PA), que determina a realização de atividades relativas à manipulação de informações bancárias exclusivamente com empregados e funcionários do quadro próprio. O projeto altera o artigo 38 da lei 4.595/64, e já recebeu parecer favorável na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

**Veja mais sobre a tercerização na Página 3**

## Ministros do TST viajam por conta da Febraban

O Instituto Brasileiro de Ciência Bancária, vinculado à Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos) paga, anualmente, viagens de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Federal (STF) e de juizes trabalhistas. As viagens, com direito à acompanhante e hospedagem em hotéis de alto padrão, são financiadas para que eles participem de congressos sobre direito do trabalho. O assunto foi abordado em matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 12 de junho. Entre os vários nomes citados na reportagem está o de Wagner Pimenta, presidente do TST, o mesmo que julgou o último dissídio do BB e da CEF, dando reajuste zero.

Ele esteve no congresso realizado este ano no Blue Tree Park Cabo de Santo Agostinho Beach

Resort, em Pernambuco, de 28 de abril a 01 de maio. Com ele, estavam outros ministros do TST: o vice-presidente Almir Pazzianotto, Luciano Castilho, Carlos Alberto Reis de Paula e José Luiz Vasconcellos. Além destes, a Febraban tinha outros convidados ilustres, entre os quais cinco ministros do STF, dezenas de juizes de tribunais regionais do trabalho, procuradores, advogados e professores de direito trabalhista. No total, foram ocupados mais de cem apartamentos do hotel.

A Febraban confirmou ao jornal que os gastos - hospedagem, alimentação e transporte - são integralmente cobertos pelo IBCB. O Instituto tem 150 bancos a ele filiados, bancos estes que têm milhares de ações nas três instâncias da Justiça do Trabalho e no Supremo.

O presidente do STF, ministro

Carlos Velloso, não vê inconveniência no fato de uma empresa custear a viagem de um ministro que vai julgar um processo da qual ela faz parte.

"Absolutamente, não exerce nenhuma influência", afirmou o ministro ao jornal, ao mesmo tempo em que defendeu os colegas, sob o argumento de que eles teriam sido convidados por entidades culturais. A Febraban, no entanto, confirmou que a iniciativa de realização do congresso anual sobre direito do trabalho é do IBCB, e que este instituto teria sugerido "administrar" o congresso à Escola Nacional de Magistratura e ao Instituto dos Advogados de São Paulo.

O fato, é que um encontro deste tipo, no mínimo, estreita relações entre as autoridades da Justiça, o alto escalão dos banqueiros e seus departamentos jurídicos.

### Assembléia Geral Ordinária

O Sindicato convoca todos seus associados quites com a tesouraria para uma Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de junho, às 17h15, em primeira chamada, e às 18h15, em segunda chamada, na sede social do Sindicato. Na ocasião, será realizada a leitura, discussão, aprovação ou não do Relatório Financeiro e Administrativo do exercício de 1999, com o parecer do Conselho Fiscal.

## Diretoria eleita toma posse em agosto

A diretoria eleita nos dias 24 e 25 de maio para a gestão 2000/2003 do nosso Sindicato toma posse em primeiro de agosto, com o compromisso de defender os interesses dos trabalhadores bancários. A chapa única **Movimento e Luta** contou com 892 votos dos 947 que compareceram ao pleito, de um total de 1.252 associados em condições de votar. O quórum superou os dois terços estabelecidos pelo Estatuto do Sindicato. Dos 947 votos, 11 foram nulos, e 44 em branco.

O combate ao desemprego e à tercerização, a conquista de melhores salários e condições de trabalho, a manutenção dos direitos trabalhistas e a defesa do movimento sindical são algumas das bandeiras de luta que deverão nortear o trabalho do Sindicato na próxima gestão. A nova diretoria apóia também os movimentos sociais que contribuem para reverter este modelo político e econômico levado a cabo pelo governo FHC, que, a serviço das multinacionais e do capital especulativo, está recolonizando o país. Mas, nada disso será possível, sem o apoio de todos os bancários. Sua participação é muito importante, pois somente unidos e organizados conseguiremos algum resultado em benefício da nossa categoria e da classe trabalhadora.

### Conselho Deliberativo

**Diretoria colegiada:** Pedro Justino Incerti (Finasa), Vaine Terezinha Andregheite (Banrisul), Arquimedes Ventura de Rocco (Unibanco), Ademar Henrique Bellini (CEF), Vilmar José Castagna (Itaú), Mauro Luiz Cecon (Safra), Gelso Fernando Marcon (Real), Daniela Amoretti Finkler (Banrisul), Ariovaldo Adão Filippi (Banespa), Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues (BBV), Edmundo Velho Brandão (BB), Alexandre Luiz Canal (Meridional), Ilse Dalcin (HSBC), Gilmar Tadeu Maschio (BB), Vicente Malfatti (Itaú), Nelso Antônio Bebbler (Banespa), Albano Voltz (Meridional), Juliane Maria Zanotto (Banrisul), Sérgio Luiz da Rosa Ludvig (Meridional), Arlindo de Lima Grusag (Banrisul), Ignez Nardi Bergamo (Meridional), Alexandre Rizzi (Banrisul), Valdir Vargas dos Santos (Itaú), Miguel Silva (BB), Nestor José Rech (Banrisul), Elisa Maria V. Mesquita (Finasa), Rafael João Campagnolo (BB), Jaqueline Martins Tessari Moraes (Banrisul)

**Conselho Fiscal** - Titulares: Zaira Inês Gazziero Regalin (Banrisul), Eduardo Toresan (Banestado), Luis Antônio Moreira da Fonseca (Banrisul) - Suplentes: Jair José Caberlon (Bic), Ricardo Teixeira Castelo Branco (Banrisul), Luis Fernando Loro (Boavista)

## Banespianos protestam em São Paulo



No dia oito de junho, uma semana após a grande manifestação que reuniu 50 mil pessoas em São Paulo, o funcionalismo do Banespa voltou à avenida Paulista para participar do Dia Nacional de Luta, Solidariedade e Protesto.

# Caxias do Sul sedia 9º Congresso Estadual da CUT

O encontro deverá reunir cerca de 700 delegados nos dias 30 de junho, 1 e 2 de julho, no hotel Samuara, em Caxias do Sul

Além de construir um plano de lutas estadual, será eleita a nova diretoria da CUT/RS e tirando posições para levar ao 7º Concut – Congresso Nacional da CUT, que acontece de 16 a 19 de agosto, em Serra Negra, São Paulo. O nosso sindicato estará representado pelos diretores Ademir Henrique Bellini, Vilmar José Castagna e Mauro Luiz Ceccon, conforme decisão da Assembléia Geral realizada no dia 30 de maio. A mesma assembléia definiu ainda o nome do delegado para o Concut: Mauro Luiz Ceccon.

Um dos temas que promete concentrar a atenção dos delegados cutistas, segundo o atual presidente da CUT-RS Chico Vicente, é o eixo de luta "Fora FHC". "Vamos debater como a CUT viu este processo. Temos de reafirmar o eixo e começar

a desdobrá-lo em luta contra o poder econômico e a grande mídia, já na perspectiva da quinta edição da *Marcha dos Sem*, que acontece em 28 de julho", disse. Outro tema de destaque do encontro é a relação da CUT com o governo Olívio Dutra. O congresso deverá servir também para debater e tomar posição a respeito da estrutura e da organização sindical da CUT, em especial sobre o sindicato orgânico nacional.

Fazem parte da pauta ainda análises da conjuntura nacional e internacional, organização sindical, estratégia para ações políticas da CUT, políticas permanentes e balanço da última gestão da CUT-RS. "Conseguimos colocar a CUT no cenário político. Além da nossa grande

vitória, que foi derrotar o governo Britto, tivemos grandes atos nos 1ºs de Maio, a *Marcha dos Sem*, e outros movimentos voltados para fora. Precisamos, agora, nos voltar para dentro do movimento sindical. Este é o desafio para a próxima gestão", avalia o atual presidente da CUT, que disputa o mandato 2000/2003, pela Alternativa Sindical Socialista.

A disputa se dá com outros dois candidatos: Quintino Severo, atual secretário geral da entidade, da Articulação Sindical; e Neiva Lazzarotto, da Esquerda Socialista. "Será uma disputa apertada. A Articulação Sindical tem uma força histórica, pois sempre teve a presidência da entidade", avalia Vicente. O presidente eleito assume a entidade logo após a realização do

Congresso.

## 7º Concut será em São Paulo

As resoluções do Concut deverão nortear os sindicatos para o enfrentamento de um novo período, respondendo às expectativas da classe trabalhadora, da sociedade brasileira e da história, que exigem mais competência para lutar, eficiência organizativa e maior capacidade para alterar a correlação de forças.

Organizada em todo o país, a CUT representa mais de seis milhões de trabalhadores sindicalizados. É também a principal articuladora do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, que tem se destacado na realização de mobilizações contra as políticas neoliberais do governo nos úl-

timos anos.

É preciso intensificar as denúncias sobre este governo neoliberal. É preciso construir alternativas imediatas e de médio prazo que possam minorar as agruras por que passa o povo brasileiro, que sofre com o desemprego, com a violência urbana, com a falta de moradia, de educação, com o descaso com a saúde, com os ataques aos direitos sociais.

Vamos deixar clara nossa disposição de consolidar a conquista da liberdade e autonomia sindical, praticando um sindicalismo de massas, democrático, comprometido com todas as frentes, definitivamente instrumento da luta classista dos trabalhadores brasileiros, na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária.

## Bancos públicos federais preparam congressos para final de julho

Os empregados do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banespa deverão realizar seu congressos anuais no mesmo período, para unificar a atuação dos trabalhadores das três instituições no que elas têm de comum: a defesa dos bancos públicos. Haverá um dia de conferência e manifestações conjuntas entre os delegados dos três bancos.

Os encontros acontecem no final de julho, na capital paulista. O XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB e o XVI Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) já têm datas marcadas. O primeiro acontece nos dias 28, 29 e 30 de julho, e terá como temas: defesa dos bancos públicos, campanha salarial, saúde, previdência e organização do funcionalismo. O segundo está marcado para os dias 27, 28 e 29 do mesmo mês.

## Fundo de pensão do BB reajusta benefícios em 14,20%

Neste mês, aposentados e pensionistas do Banco do Brasil terão um reajuste de 14,20% em seus complementos, enquanto os benefícios pagos pelo INSS terão reajuste de 5,81%. A PREVI, fundo de pensão dos funcionários do BB, cumprindo o compromisso assumido com os associados por ocasião da reforma do Estatuto, em 1997, aplicará a variação do IGP-DI. Será utilizado o índice acumulado de junho de 1999 a maio deste ano.

Com mais este reajuste, a Previ terá corrigido os complementos de aposentados e pensionistas em 36,33%, desde a aprovação do atual estatuto e a consequente adoção do IGP-DI como índice de correção. O atual estatuto fez com que a correção dos complementos não mais ficasse vinculada ao reajuste salarial do pessoal em atividade. Essa medida tem preservado o poder aquisitivo de quem recebe o complemento de aposentadoria ou de pensão.

## Remessa de Lucros

(milhões de dólares)

### Ranking das 10 empresas estrangeiras que mais remeteram lucros para o exterior em 1999

Fonte: Banco Central do Brasil

|                 |       |
|-----------------|-------|
| Banco de Boston | 308,2 |
| Souza Cruz      | 250,0 |
| Coca-Cola       | 233,5 |
| Citibank        | 164,5 |
| R & C Indústria | 153,9 |
| Esso            | 121,9 |
| Goodyear        | 110,0 |
| HSBC Bank       | 109,9 |
| JP Morgan       | 70,5  |
| Bristol         | 69,2  |

## BB desrespeita a jornada

O Banco do Brasil deve ser acionado por várias procuradorias do trabalho na Justiça. A razão são os contratos individuais de trabalho, a jornada e o banco de horas. Já, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) prepara denúncia contra o banco na Organização Internacional do Trabalho (OIT), por conta dos atos do BB contra a organização dos trabalhadores: demissões imotivadas, proibidas por convenção internacional; contratos individuais de trabalho; banco de horas; e desrespeito à negociação coletiva. A CUT, por intermédio de seu vice-presidente, João Vaccari Neto, já auxiliou as negociações coletivas na Caixa, retomando o diálogo entre a empresa e a Comissão Executiva dos Empregados, representante dos trabalhadores.

## Mercantil Finasa garante nível de emprego

Em reunião realizada com representantes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, que questionavam boatos de venda do banco e seus efeitos no nível de emprego, a direção do banco Mercantil de São Paulo afirmou ter planos de expandir-se no mercado. Disse ainda que não há reestruturação nem processo de ajuste visando uma suposta venda.

Os sindicalistas enfatizaram que não é admissível a hipótese de demissões. "É inaceitável falar em cortes, quando em diversos setores há excesso de horas extras em decorrência da falta de pessoal", disse a diretora do Sindicato Neiva Ribeiro dos Santos. O Mercantil garantiu que o nível de emprego será mantido.

### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiação à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro Tiragem: 2.600 exemplares

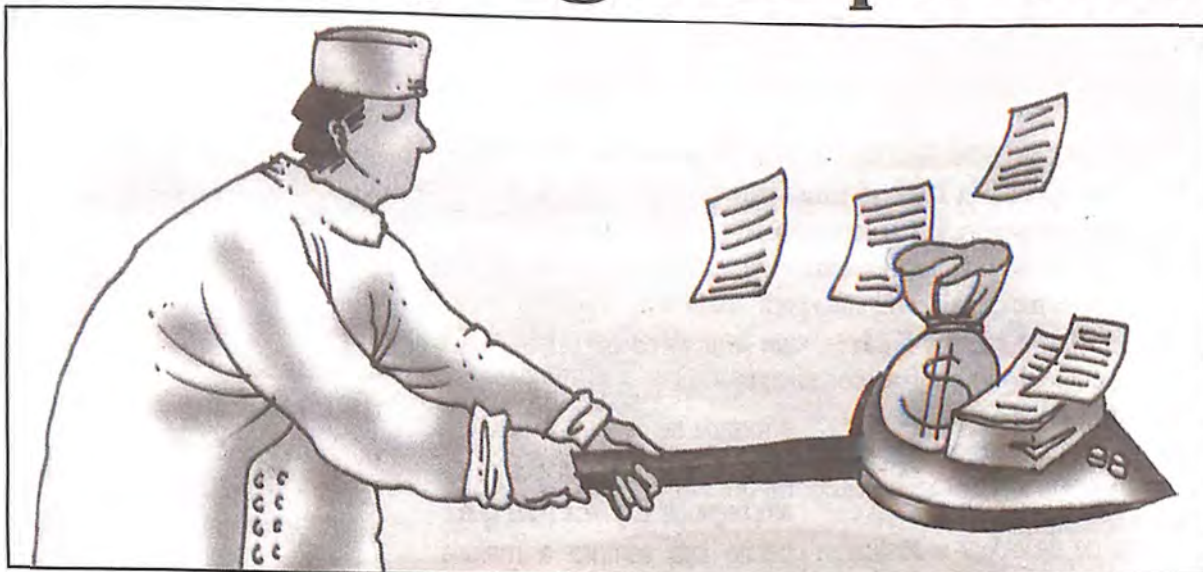
Fundado em 24 de outubro de 1935

## Terceirização

# CEF substitui empregados por terceirizados

Além de estar transferindo os serviços para as lotéricas, a CEF está implantando um rigoroso processo de terceirização, onde os prestadores de serviços não concursados trabalham dentro das agências, em espaços isolados e vigiados por câmaras de vídeo. A iniciativa leva o nome de *back-office*, ou serviços de retaguarda, que, segundo a CEF, tem por objetivo "repensar o processo de operação, para liberar tempo e recursos das agências para o processo comercial". Na verdade, trata-se de uma estratégia de redução de custos, com base na substituição dos atuais empregados por terceirizados, que já resultou em 30 demissões.

O banco criou uma Norma Interna - RH 008 -, modificando os critérios para demissões sem justa causa, de modo a facilitar as demissões. Dirigentes sindicais de todo o país estão estudando formas de evitar o avanço deste processo, que pode significar o desmonte da empresa. A juíza Rosângela Kraus de Oliveira, da 2ª Vara



de Petrópolis, Rio de Janeiro, atendeu solicitação do Seeb Petrópolis e concedeu liminar suspendendo os efeitos da RH 008.

Os Seeb de Jundiaí, Limeira e Campinas, onde as tarefas de caixas de retaguarda já estão sendo realizadas por terceiros, levaram o caso ao Ministério Público do Trabalho. A procuradora Maria Stela Guimarães ponderou que o banco deixe de usar este tipo de serviço. Caso o banco não acate à proposta, ela vai encaminhar a

denúncia à Justiça Federal.

No Rio Grande do Sul, foi formado um grupo de trabalho, composto por representantes de vários sindicatos, inclusive o nosso, a fim de criar uma política para o enfrentamento da questão.

A primeira ação será o desencadeamento de uma campanha que pretende informar empregados, clientes e a população sobre a terceirização e suas consequências, para, em seguida, promover atividades de mobilização.

## Senador teme demissões

"Na prática, isso quer dizer que a CEF colocou em marcha um programa de demissão em massa, pois as normas orientam a ação dos gerentes da instituição para reduzir gastos e custos com pessoal, que deverão indicar colegas de trabalho a serem demitidos". A afirmação foi feita pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), em discurso no Senado no dia 13 de junho, referindo-se às normas de rescisão contratual sem justa causa implantadas pela CEF.

Na opinião de Saturnino, o momento para tomar semelhante decisão não poderia ser mais impróprio, em função dos altos índices de desemprego registrados no país e da evidente elevação da tensão social deles decorrente. A justificativa de que as normas pretendem tornar a instituição mais dinâmica e operacionalmente ágil e preparada para enfrentar a concorrência não convenceu o senador. A seu ver, as demissões em massa escondem a intenção de preparar a CEF para o processo de privatização almejada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Não é por acaso, disse ele, que o BNDES, ao custo de cerca de R\$ 10 milhões, teria contratado a consultoria Bozz & Hamilton do Brasil para fazer um diagnóstico sobre cinco instituições financeiras oficiais federais, afim de incluída a CEF. A decisão é infeliz, inoportuna e cruel, uma negação da vocação e história da Caixa, uma instituição eminentemente social, concluiu.

## Entidades reagem contra venda do Banestado

O Comitê de Defesa do Banestado (Banco do Estado do Paraná) contratou alguns dos advogados que atuam na causa do Banespa para impedir a privatização do banco. O Banco Central que abriu o *data-room* do banco no dia 25 de julho e realizar o leilão em setembro. "Vamos seguir basicamente os mesmos caminhos dos funcionários do Banespa e promover uma

guerra jurídica", disse o presidente do Sindicato dos Bancários José Daniel Farias. O Comitê já denunciou ao Ministério Público supostas irregularidades na Banestado Leasing e na Banestado Corretora, controladas pelo banco.

Além de buscar resultados na Justiça, o movimento contra a privatização realizou um ato público no último dia 17, em Curitiba, relançando o *Reage*

*Brasil*, campanha que protesta contra a intenção dos governos FHC e Jaime Lerner (PFL) de privatizar o banco e demais empresas estatais. A privatização do Banestado é prioritária para o governo do Paraná, porque abriria caminho para a venda de diversas outras empresas públicas do estado. O Banestado possui hoje 396 agências e cerca de 7.500 funcionários.

## Unibanco: problema nacional

O Unibanco é o mais agressivo na terceirização, de acordo com a Comissão de Empresa do banco, que chama a atenção para o fato das empresas terceirizadas estarem se tornando nacionais. "Elas começam a atuar em São Paulo e depois vão se ramificando nos outros estados", afirma o relatório da última reunião da Comissão, realizada nos dias sete e oito de junho. Na sua avaliação, o problema da terceirização, que vem sendo combatido pelos sindicatos, deveria ser levado também como uma preocupação para a Executiva Nacional. O Seeb do Rio de Janeiro está com uma mesa redonda sobre o assunto. Eles vão fazer um levantamento nacional das empresas que atuam no Unibanco, e, depois de recolher e tabular as informações, vão tentar uma negociação da Comissão Nacional com o banco.

O Unibanco tem hoje 17.390 funcionários, menos do que tinha antes de absorver o Banco Nacional em 1995. Parte desta diminuição se deve ao desrespeito da jornada e à realização de horas extras. O mais grave, é que a empresa não paga as horas extras.

## Leilão do Banespa deve ser adiado

O leilão de privatização do Banespa, marcado para o dia 18 de julho, vai ser adiado mais uma vez. O adiamento ainda não é oficial, mas é inevitável, devido a mais um lance a favor dos bancários na guerra judicial em defesa do banco.

O Ministério Público ainda não enviou ao presidente do Superior Tribunal da Justiça, Paulo Costa Leite, as informações requeridas para julgar o pedido do governo de suspensão da liminar do Tribunal Regional Federal de São Paulo, que cancelou o leilão. Depois do Ministério Público encaminhar seu parecer, Costa Leite concederá mais cinco dias úteis, a título de período de vista para o Sindicato dos Bancários de São Paulo. Só depois, anunciará sua decisão. Este período praticamente inviabiliza o cronograma de privatização. O *data-room* (sala de informações para candidatos à compra) do banco ficou aberto de 19 a 31 de maio, mas foi suspenso por liminar concedida ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. Se Costa Leite cassar a liminar do TRF, é provável que o governo fixe nova data de venda para meados de agosto.

## Lojistas gaúchos são contra a privatização do BB e CEF

A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) apresentou uma manifestação contrária à privatização do BB e da CEF à frente Parlamentar de Apoio à Pequena e Microempresa. "A Federação, que representa parte do empresariado gaúcho, se dispõe a entrar nesta luta e, por isso, passa à frente parlamentar esse ofício", disse o presidente da entidade Carlos Levandowski, durante a entrega do documento, realizada na primeira semana de junho.

O apoio da FCDL, certamente, considera o papel destas instituições junto ao meio empresarial. Nos últimos seis meses, a Caixa emprestou R\$ 1,1 bilhão a 800 mil empreendedores, segundo Flávio Petró, gerente de mercado da CEF. Já, o BB beneficiou 260 mil produtores na safra passada, de acordo com Emir Rutsatz, superintendente do BB no estado.

## Saúde

# Bancos não respeitam política de prevenção da LER

*Além de não se preocuparem com a prevenção, burlam a legislação e não cumprem o Acordo Coletivo de Trabalho. Vamos reverter esta situação insustentável. Conheça seus direitos e denuncie ao Sindicato qualquer irregularidade*

A LER (Lesões por Esforços Repetitivos), uma doença de trabalho que atinge cada vez mais os bancários, poderia ser evitada se a sede de lucro dos bancos não fosse tão grande, a ponto de ignorar a saúde de seus trabalhadores. Medidas preventivas estão previstas pela Norma Regulamentadora 17 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, bem como pelo Acordo Coletivo da categoria. Mas, a maior parte dos bancos não as respeitam.

Ao contrário, pressionam seus funcionários para a produção máxima e, quando a doença se instala, baixando a produtividade de seus portadores, estes são os primeiros da lista de demissões. Isto porque, a maior parte dos bancários lesionados não faz notificação sobre a doença, seja por ignorar a gravidade das consequências de seu ato, seja por medo de perder o emprego. Precisamos dar um basta nisso, denunciando os bancos fora da lei à fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho.

Sérgio Luis Rosa Ludvig, funcionário do Meridional desde 1984 e diretor do nosso Sindicato desde 1988, viu mais de um colega nesta situação. Quando ele próprio começou a sentir dores nos braços, achou que poderia ser a LER e tratou logo de procurar o médico. O diagnóstico confirmou suas suspeitas, mas o CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho, documento que comprova a existência da doença junto ao INSS, veio apenas para o braço direito. Para ele, os sintomas da LER começaram a aparecer pouco depois do plano de redução de custos e demissões voluntárias, implantado no banco, já sob o controle do grupo Bozano Simonsen. Depois de 12 anos de serviço bancário, nos quais passou pelas funções de escriturário, caixa

e chefe de carteira, voltou para o caixa. Foi quando a LER se manifestou. “Fiquei afastado, em tratamento, mas a dor não passou. Mesmo assim, o pessoal do INSS me considerou apto para voltar ao trabalho”, conta Ludvig, que hoje desempenha várias funções na agência, inclusive a de caixa.

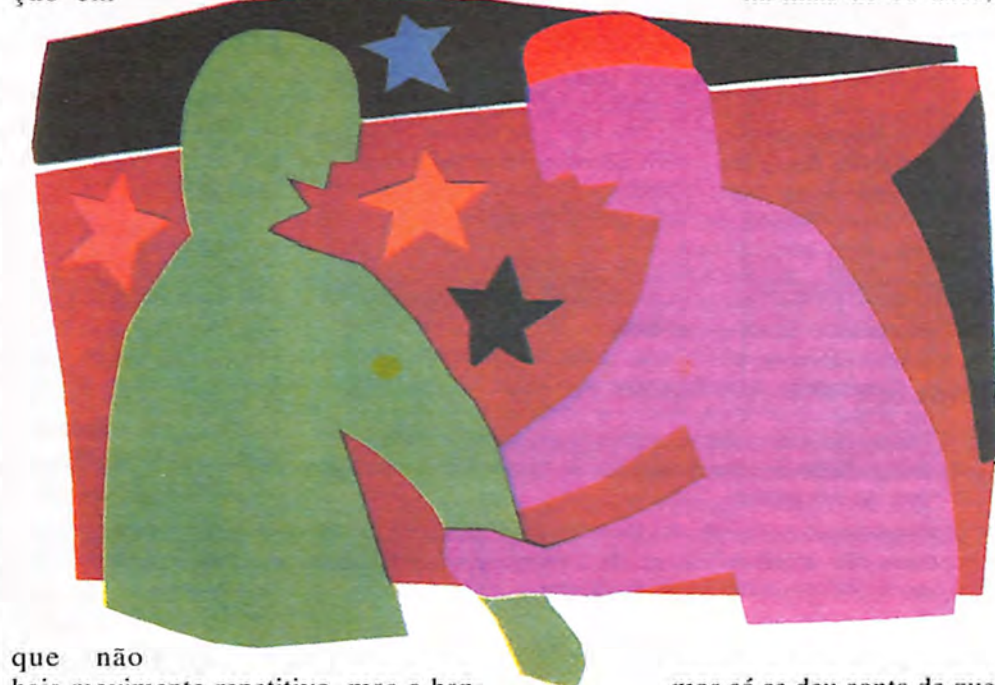
“Quando a gente volta, o INSS recomenda ao banco que encontre uma função em

No começo, a LER parece inofensiva, mas, em estágio avançado, é capaz de transformar completamente a vida de uma pessoa, incapacitando-a para o trabalho e para as tarefas mais simples do cotidiano. “Parece mentira, mas não consigo carregar um litro de leite por mais de um quarteirão”, conta Ilse Dalcin, bancária há 12 anos, hoje funcionária do HSBC Bank. Ela sofre dores há mais de 10 anos,

nir o ritmo de trabalho, porque gostava e precisava trabalhar. Ia levando com remédios, massagens, acupuntura, mas sempre com dor. Tinha noites que ela não me deixava dormir”.

O problema, que só afetava o braço esquerdo, começou a se manifestar também no direito e, em abril do ano passado, Ilse foi obrigada a parar. Além da LER, está com fibromialgia, um tipo de reumatismo que provoca dores no corpo todo. Ele pode ter sido ocasionado tanto pela LER como pelo estresse ou fatores subjetivos. “Não há causa precisa”, conta Ilse, há um mês de volta ao banco após um período de um ano de afastamento. “Tenho exercido funções que exigem menos movimentos repetidos. Auxílio no caixa eletrônico, ligo para clientes, mas as dores são constantes”.

Enquanto estava afastada, buscou na confecção de bijuterias uma alternativa econômica e profissional, mas não deu certo. “Tinha dores também. Na verdade, a LER não atinge apenas quem trabalha com digitação. Num estágio avançado, dói sempre. Tua vida muda. Os tratamentos para aliviar a dor entram para a tua rotina. Inapta para o trabalho, tu começa a te sentir inútil e a depressão ataca. As tarefas domésticas também ficam prejudicadas e até a tua vida pessoal. Eu, por exemplo, não posso nem pensar em ter filhos, a não ser que pudesse contar com alguém que estivesse o tempo todo ao meu lado para carregá-los”.



que não haja movimento repetitivo, mas o banco não quer nem saber”, conta uma bancária que sofre desta doença há mais de cinco anos, e prefere não se identificar. “No começo, os médicos não falavam em LER, só diziam que era do trabalho, que tinha de trocar de função, sair do caixa. Depois de tomar muito remédio e engessar o braço, me deram a CAT. Fiquei afastada mais de uma vez, e quando voltei me mandaram para o caixa. A dor só aumenta”, conta.

mas só se deu conta de que o problema era LER há cinco.

“Tinha problema no braço mesmo antes de ir para o banco, pois sempre trabalhei com máquina de escrever. Oprei o braço ainda quando estava no Bradesco, mas a dor continuou. Fui para o Bamerindus, na função de caixa, e continuei trabalhando, mesmo com dor. Depois fui para a tesouraria e, em seguida, assumi a chefia num posto de serviço. Na verdade, nunca tentei parar ou dimi-

## Conheça seus direitos

Qualquer trabalhador que se ocupe da tarefa de entrada de dados tem direito a descansar dez minutos a cada 50 minutos trabalhados. Este é um direito garantido pelo Acordo Coletivo dos Bancários, com base na Norma Regulamentadora N° 17 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê várias outras medidas para a prevenção da LER e outras doenças. Já o portador de LER tem direito a afastar-se do emprego para tratamento médico, receber benefícios, como auxílio doença acidentário, ser readaptado para exercer outras funções - caso a doença tenha provocado a incapacitação de realizar as tarefas que executava, bem como a 12 meses de estabilidade após a alta médica.

A demissão de lesionados ou qualquer tentativa de retirada de direitos garantidos pela lei deve ser denunciada no Sindicato. A NR 17 exige cadeiras ajustáveis, teclados com condições de

mobilidade e suporte para documentos. Determina que o número máximo de toques exigidos pelo empregador não pode ser superior a oito mil por hora trabalhada. Proíbe o empregador de promover qualquer sistema de avaliação baseado no número de toques sobre o teclado. Limita em cinco horas o tempo para as atividades de entrada de dados, sendo que no período restante da jornada o trabalhador poderá exercer atividades que não exijam movimentos repetitivos nem esforço visual. E estabelece ainda que, após qualquer tipo de afastamento igual ou superior a 15 dias, a exigência de produção em relação ao número de toques deverá ser iniciada em níveis inferiores ao máximo, sendo ampliada progressivamente.

A NR 17 também obriga as empresas a realizar os exames admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional. Neste último caso, se constar inapto, a empre-

sa não pode demitir. Os exames periódicos devem ser realizados anualmente para trabalhadores em atividades insalubres, menores de 18 anos ou maiores de 45 anos, e de dois em dois anos para os demais trabalhadores. Já, o exame de retorno ao trabalho é obrigatório para os trabalhadores que ficaram afastados por 30 dias ou mais, em virtude de doença, acidente ou parto.

A LER, ou DORT (Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), nomenclatura adotada pelo INSS, é causada pelo uso repetido e/ou forçado de grupos musculares, bem como pela manutenção de postura inadequada. É agravada pela execução de tarefas que exijam movimentos repetidos, sem intervalo, por várias horas. E por ambientes inadequados à realização das tarefas. Respeitar a Convenção Coletiva dos Bancários, que garante os direitos previstos pela (NR) N° 17 da CLT é dever do empregador.

## Trabalhador pode emitir CAT

Os direitos dos trabalhadores, entretanto, só estarão assegurados com a emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), documento que informa ao INSS que o funcionário adquiriu doença profissional ou foi vítima de acidente de trabalho. A CAT deve ser emitida pelo departamento de Recursos Humanos da empresa, mas caso a empresa se recuse a fazer a emissão, a lei determina que a CAT poderá ser preenchida por qualquer autoridade pública, pelo Sindicato que representa o trabalhador e, em último caso, pelo próprio trabalhador.

De qualquer modo, a CAT só pode ser emitida mediante solicitação ou relatório do médico que atendeu o trabalhador até 24 após o diagnóstico. O médico deverá fazer a colocação explícita do diagnóstico de LER/DORT na emissão da CAT. O Laudo de Exame Médico que o médico preenche no verso da CAT também deve conter a informação de que se trata de LER/DORT.

Conforme o artigo 30 do Acordo Coletivo, os bancos são obrigados a remeter as CATs mensalmente ao Sindicato. Mas, não o fazem.

64 ANOS

Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região

## Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 95 - AGOSTO/2000

FILIADO A CUT

## CAMPANHA SALARIAL - 2000

## Só mobilização garantirá reposição de perdas e aumento real

*Para recuperar as perdas, os bancários das instituições privadas reivindicam 8,03%, os empregados da CEF 71,23% e os do BB 34,19%. E mais 19,96% como ganho de produtividade.*

A Executiva Nacional dos Bancários entregou a minuta de reivindicações à Fenaban no dia 31 de julho, depois dos índices terem sido aprovados pela categoria nas assembleias gerais realizadas nos vários sindicatos. Com isso, foi deflagrada a campanha salarial 2000. Os bancários entenderam que os índices deveriam repor o poder de compra, reduzido com a alta generalizada de preços, e incorporar aos salários o crescimento dos bancos.

A reposição salarial de 8,03% cobre a inflação medida pelo ICD-Dieese de setembro de 1999 a agosto de 2000, com estimativa inflacionária de 0,20% para o mês de agosto. Já, o índice de 19,96% de aumento real refere-se ao valor adicionado por empregado na riqueza dos bancos, ou seja a quantidade de riqueza que cada bancário gerou para o crescimento do setor financeiro nacional. Assim, o índice total reivindicado é de 29,59%.

A categoria defenderá ainda os seguintes eixos para a campanha salarial deste ano: emprego, redução da jornada de trabalho, defesa dos bancos públicos, campanha unificada de toda a categoria (bancos públicos, privados, terceirizados e financeiros), ampliação da atuação dos sindicatos dos bancários, a fim de representar todos os trabalhadores do sistema financeiro, igualdade de oportunidades, manutenção de direitos, auxílio educacional, ampliação do horário de atendimento e luta contra a Resolução 2707, do Banco Central, que autoriza a terceirização dos

serviços bancários.

Enquanto a Executiva Nacional fazia a entrega da minuta, representantes da categoria fizeram

co caso do sistema financeiro para com a sociedade.

CEF e BB - Reajuste de 71,23% para os empregados da

mês (XI Congresso Nacional dos Funcionários do BB), em São Paulo. Nosso sindicato esteve representado pelos diretores Ademir

Henrique Bellini e Ivanhoé Ronaldo Lopes Silva, no Conecef, Nelson Beber e Arioaldo Filippi, no Congresso dos Funcionários do Banespa.

Os índices definidos pelos empregados da CEF e do BB deverão integrar a minuta de reivindicações que será entregue aos bancos até o final deste mês, depois de passar pelo crivo das bases, nas assembleias de aprovação convocadas pelos sindicatos regionais.

Na CEF, os empregados reivindicam reposição de todas as perdas acumuladas desde a implantação do Plano Real, o que resulta no percentual de 71,23%. No BB, estão em jogo os percentuais definidos pela categoria - o índice

a agosto de 2000 - mais os reajustes concedidos pela Fenaban de 1996 a 1999, período em que o funcionalismo ficou com os salários congelados.

Os seis anos sem reajuste salarial, a retirada de cláusulas importantes como o anuênio, no BB, os abusos contra a jornada de trabalho, a injustiça da PLR e a ameaça de privatização destes bancos serão destaque na campanha salarial deste ano. Mas, para conseguirmos alguma coisa, é preciso que todos participem ativamente das atividades de campanha, pois é o envolvimento das bases que dá poder de barganha aos sindicatos na hora das negociações.

**Banespa** - Dentre as principais reivindicações do funcionalismo do Banespa está a manutenção do acordo coletivo de 1999, inclusive com garantia de emprego; pagamento dos índices acordados com a Fenaban; participação nos lucros e extensão aos aposentados de todos os benefícios do pessoal da ativa. A campanha dos banespianos inclui ainda o fim do trabalho gratuito, reconhecimento do serviço passado no Banesprev, concurso público, fim da contratação de estagiários e, como não poderia deixar de ser, a defesa dos bancos públicos.

**Caixa Econômica Federal****71,23% - Índice de reajuste salarial que corresponde a:**

- Reajuste necessário (set/1999 a ago/2000) 8,03%;
- Resíduo inflacionário (jul/1994 a ago/1999) 58,50%;
- Ganho de produtividade (1999/1998) 19,96%;
- Acumulado (reajuste necessário + resíduo inflacionário) 71,23%;
- Acumulado com produtividade 105,40%.

**Banco do Brasil****60,97% - Índice de reajuste salarial corresponde a:**

- Inflação (set/1999 a agosto 2000) 8,03%;
- Reajuste Fenaban 1996 10,80%;
- Reajuste Fenaban 1997 5,00%;
- Reajuste Fenaban 1998 1,2%;
- Reajuste Fenaban 1999 5,5%;
- Produtividade 19,96%;
- Acumulado com produtividade 60,97%.

**Privados****29,59% - Índice de reajuste salarial corresponde a:**

- Inflação (set/1999 a agosto 2000) 8,03%;
- Produtividade 19,96%;
- Acumulado com produtividade 29,59%.

Índices calculados segundo o ICD/DIEESE

um agito em frente à sede da Fenaban, chamando a atenção não só dos bancários, mas da população em geral, para os pontos centrais da campanha. O diálogo com a sociedade deverá concentrar-se nos debates sobre redução de filas, juros e tarifas, melhorias no atendimento e segurança. Posteriormente, será elaborado o Balanço Anti-Social dos Bancos, através do qual será denunciado o pou-

Caixa Econômica Federal e de 34,19% para os funcionários do Banco do Brasil, mais o índice de produtividade de 19,96%, que totaliza 105,40% para a CEF e 60,97% para o BB. Estes foram os índices definidos pelos delegados durante os congressos específicos de cada banco, realizados de 26 a 29 de julho (XVI Congresso Nacional dos Empregados da Caixa - Conecef) e de 28 a 30 do mesmo

de produtividade e 8,03% correspondentes à inflação medida pelo ICD-Dieese de setembro de 1999

## Ato contra privatizações



Cerca de 500 bancários, de todo o país, do Banespa, CEF e BB realizaram um ato unificado em 28 de julho em defesa dos bancos públicos federais, na Praça Antonio Prado, no centro de São Paulo. Pela manhã, centenas de manifestantes abraçaram o edifício-sede do Banespa. À tarde, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB), em entrevista, apontou falhas técnicas contidas no relatório da consultoria Booz Allen & Hamilton, que contém propostas para o futuro dos bancos federais.

## Balanços mostram que bancos têm dinheiro para pagar

Se no ano passado os banqueiros riam a toa com seus lucros subindo às alturas, este ano podem dar gargalhadas. O Bradesco dobrou seu lucro em relação ao primeiro semestre do ano passado, chegando a R\$ 960,4 milhões nos primeiros seis meses de 2000. A rentabilidade deu um salto: de 14% anualizados no primeiro semestre de 1999 para 29,3%.

O Itaú cresceu 43,1% comparando-se iguais períodos, atingindo um lucro de R\$ 800,2 milhões nos primeiros seis meses do ano.

| Bancos          | Lucro - 1º semestre - 2000 |
|-----------------|----------------------------|
| Bradesco        | R\$ 960,4 milhões          |
| Itaú            | R\$ 800,2 milhões          |
| Banco do Brasil | R\$ 389,9 milhões          |
| Unibanco        | R\$ 351,0 milhões          |

A rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido foi de 26,8%. Mesmo assim, o diretor do banco Roberto Setúbal, também presidente da Fenaban, teve coragem de dizer que a situação dos bancos estava difícil este ano. Setúbal fez esta afirmação depois de receber a minuta de reivindicações da

categoria, no dia 31 de agosto. Já, o Unibanco, terceiro maior banco privado do país, lucrou R\$ 351 milhões nos seis primeiros meses do ano, 14,3% mais do que igual período do ano passado.

O Banco do Brasil registrou lucro de R\$ 389,9 milhões em igual período.

## FGTS

# Supremo reconhece perdas de apenas 68,90%

*Deste percentual, 44,8% são referentes ao plano Collor 1 e 16,65% ao plano Verão*

A votação no Supremo Tribunal Federal (STF), realizada no dia 10 de agosto, não chegou a ser concluída, mas praticamente definiu o resultado do julgamento da correção monetária a ser aplicada sobre o saldo do FGTS. A maior parte dos ministros reconheceu o direito dos trabalhadores à correção integral, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), nos planos Verão (janeiro de 1989) e Collor 1 (abril de 1990), o que significa uma reposição de 68,9%. Deste percentual, 44,8% são referentes ao Collor 1 e 16,65% ao plano Verão. A diferença de correção reivindicada nos demais planos – 6,82% relativos ao plano Bresser (1987), 2,36% referentes ao Collor 1 de maio de 1990, e 13,90 do

Collor 2 (1991) –, não foi reconhecida.

Votaram no dia 10 os ministros Maurício Corrêa, Sydney Sanches, Celso de Melo e Marco Aurélio de Mello, o único que votou totalmente contra o governo. Na sessão anterior, realizada em abril, já tinham votado os ministros Moreira Alves (relator), Ilmar Galvão e Nelson Jobim. A votação do dia 10 foi interrompida, porque o ministro Sepúlveda Pertence pediu vistas ao processo, mesmo motivo pelo qual foi interrompida a primeira sessão, realizada em abril. Só que daquela vez o pedido de vistas foi feito pelo ministro Maurício Corrêa. Ainda faltam quatro votos para o fim do julgamento, que deve ser retomado

ainda em agosto. Em tese, o resultado final da votação ainda pode mudar, já que até o momento do último voto, qualquer ministro ainda pode alterar sua decisão.

Mantendo-se o resultado já sinalizado, o que é o mais provável, só ganharão reposição os trabalha-

dores que entrarem na Justiça. A votação diz respeito a três recursos, que envolvem diretamente apenas 30 pessoas. Mas, abre precedente para 600 mil ações que atualmente tramitam em diversas instâncias judiciais e que representam cerca de seis milhões de tra-

balhadores. Quem ainda não entrou com ação, deve fazê-lo. Só podem recorrer à Justiça, os trabalhadores que tinham saldo nas contas vinculadas à época dos planos. As contas abertas a partir de março de 1991 estão fora do processo de decisão.

| Plano    | MCS          | Correção pedida | Correção aplicada | Diferença | Sinalização do STF        |
|----------|--------------|-----------------|-------------------|-----------|---------------------------|
| Bresser  | Junho/87     | 26,06%          | 18,02%            | 6,82%     | Não Odevida a correção    |
| Verão    | Janeiro/89   | 42,72%          | 22,35%            | 16,65%    | Possibilidade de correção |
| Collor 1 | Abril/90     | 44,8%           | 0%                | 44,80%    | Possibilidade de correção |
| Collor 1 | Maio/90      | 7,87%           | 5,38%             | 2,36%     | Não Odevida a correção    |
| Collor 2 | Fevereiro/91 | 21,87%          | 7%                | 13,90%    | Não Odevida a correção    |

## Aloysio Biondi (1936 – 2000)

Na manhã do dia 21 de julho, morreu em São Paulo, aos 64 anos, o jornalista e escritor Aloysio Biondi. Adepto do jornalismo crítico e investigativo, Biondi cumpria seu dever buscando ser preciso, qualidade que se revelou por inteiro no seu livro "O Brasil Privatizado – Um balanço do desmonte do Estado". O livro, lançado no ano passado, já vendeu mais de 200 mil exemplares. É o mais importante registro das artimanhas adotadas pelo governo federal para favorecer os compradores e esconder os prejuízos causados pelas privatizações ao povo brasileiro.

Biondi mantinha uma coluna

no *Diário Popular*, de São Paulo, colaborava com as revistas *Caros Amigos* e *Bundas*, e para o jornal *Correio Braziliense*. Em muitas ocasiões, participou de eventos realizados por entidades sindicais, principalmente de bancários. Mas, sua trajetória profissional inclui outras passagens pela imprensa alternativa, bem como pela chamada grande imprensa. No início dos anos 70, em plena ditadura, foi um dos colaboradores do jornal *Opinião*. Foi também um dos fundadores da revista *Fator*, fechada pela ditadura militar depois de três edições. Na grande imprensa, marcou presença no jornal *Folha de*

São Paulo, nas revistas *Veja* e *Visão*, entre outros.



## Empossada nova diretoria do Sindicato

A nova diretoria, eleita nos dias 24 e 25 de maio para a gestão 2000-2003, tomou posse no dia primeiro de agosto, em cerimônia realizada no auditório do Sindicato, seguida de coquetel.

Confira abaixo, a nova constituição das Secretarias:

### Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerti\*, Edmundo Velho Brandão, Albano Voltz\*, Nelso Antônio Beber e Sérgio Luis da Rosa Ludwig.

### Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Vaine Teresinha Andreguette, Mauro Ceccon, Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues, Vicenti Malfatti, Gilmar Tadeu Maschio e Rafael João Campagnollo.

### Secretaria de Movimentos Sociais

Gelso Fernando Marcon, Jaqueline Martins Tessari Moraes e Valdir Vargas dos Santos.

### Secretaria da Saúde e Relações do Trabalho

Vilmar José Castagna, Ilce Dalcin e Miguel Silva.

### Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Arquimedes Ventura Rocco, Arlindo de Lima Grusag e Ariovaldo Adão Filippi.

### Secretaria de Imprensa

Juliane Maria Zanotto, Daniela Amoretti Finkler, Alexandre Luis Canal e Nestor José Rech.

### Secretaria de Formação

Ademar Henrique Bellini, Elisa Maria Volante de Mesquita, Alexandre Rizzi e Inês Nardi Bergamo.

### Conselho Fiscal

**Titulares:** Zaira Inês G. Regalin, Eduardo Toresan, Luís A. M. da Fonseca.

**Suplentes:** Jair José Caberlon, Ricardo T. C. Branco e Luiz Fernando Loro.

\* Em licença até 1º de outubro de 2000 a fim de concorrer a cargo eletivo.

## Barbosa Lima Sobrinho (1897 – 2000)

O jornalista Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa morreu no dia 16 de julho, aos 103 anos. Protagonista de alguns dos mais importantes momentos do país, Barbosa Lima será sempre lembrado como nacionalista convicto, um dos incansáveis homens que lutaram pela democracia, liberdade de imprensa e direitos da cidadania.

Nos tempos de ditadura, cumpriu papel destacado na denúncia do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, que os militares tentaram vender como suicídio.

Em 1979, testemunhou a favor do diretor do jornal *Movimento*, na II Auditoria Militar, em São Paulo. Mais tarde, participou ativamente do processo de impeachment de Fernando Collor. E, ultimamente, ainda lúcido, não se cansava de denunciar a entrega do país aos interesses estrangeiros pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o qual chamava de "governo de pigmeus".

Barbosa Lima foi político, advogado, historiador, professor, ensaísta. Ocupou vários cargos públicos, tendo sido deputado federal e governador de Pernambuco.

Morreu, deixando na mesa de trabalho seu último artigo para a coluna semanal do *Jornal do Brasil*, para o qual escrevia desde 1924.



### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

**Conselho Editorial:** Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

**Fotolitos e Impressão:** Empresa Jornalística Pioneiro Tiragem: 2.600 exemplares

Fundado em 24 de outubro de 1935

## Banrisul tem novo presidente

No dia 28 de julho tomou posse o novo presidente do Banrisul, Tulio Zamin, substituindo João Verle, que deixou o cargo porque é candidato à vice-prefeito de Porto Alegre na chapa de Tarso Genro. Zamin foi secretário substituto da Fazenda de Porto Alegre entre 1992 e 1994 e, antes de assumir o Banrisul, ocupava o mesmo cargo no governo do estado. Também foi presidente da Companhia Carris Porto-Alegrense de 1995 a 1998.

## DÍVIDA EXTERNA

# Plebiscito questiona pagamento da dívida

- O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI)?

- O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma Auditoria Pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?

- Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Estas são as três perguntas do plebiscito que a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CUT, CMP (Central de Movimentos Populares), UNE (União Nacional dos Estudantes), o IAB (Instituto dos Advogados do Brasil), Contag, MST e outras entidades realizam no período de 2 a 7 de setembro próximo.

Milhares de urnas estarão espalhadas em escolas, igrejas, sindicatos, praças públicas, sedes de partidos políticos e movimentos sociais, em todo o país. Em Caxias do Sul serão mais de 200 urnas.

O objetivo principal deste plebiscito é educar e mobilizar a opinião pública sobre as dívidas financeiras do Brasil e sobre a es-

sência perversa do acordo FHC-FMI. Um tema essencial para o futuro do país, muito pouco abordado na mídia, mas em pauta desde 1997 nos movimentos sociais de base. Em abril do ano passado, os mesmos organizadores do plebiscito realizaram o Tribunal da Dívida Externa, com a participação de 1600 pessoas, cujo veredito aponta para a realização de uma auditoria da dívida externa e para o resgate das dívidas sociais.

O plebiscito acontece paralelamente ao "Jubileu 2000", campanha da igreja católica para que as nações em desenvolvimento tenham suas dívidas perdoadas pelos credores internacionais, entre eles o FMI.

Ajude a reverter a história deste país. Na semana da independên-

cia, diga NÃO a dependência alimentada pela dívida externa. Haverá urnas em todas as paróquias, escolas, no calçadão, shopping Iguatemi, Universidade de Caxias do Sul, Prefeitura, sede da União das Associações de Bairro, entre outros pontos. Maiores informações pelos fones 218-60-20, com Angelista, e 222 1636, com Vanice.

## Dívidas consomem 70,9% do orçamento

As despesas com a amortização e os juros das dívidas interna e externa do Brasil nos primeiros três meses de 2000 alcançaram R\$ 112,5 bilhões, ou 70,9% do Orçamento Federal executado nos primeiros três meses do ano, conforme a Sinopse da Execução Orça-

mentária da Câmara dos Deputados - Ano II, Nº 1, jan-mar 2000. Por consequência, os investimentos sociais e de infra-estrutura mais as despesas administrativas ficaram restringidas a apenas 29% das despesas totais do Orçamento.

"Estes números revelam toda a perversidade da política de ajuste de FHC e do FMI, e esclarece porque o patrimônio público do país vem sendo vendido predominantemente para conglomerados estrangeiros a preços de banana, porque os serviços públicos estão em crescente deterioração e as rebeliões sociais se multiplicam pelo país", afirma o economista Marcos Arruda, do Instituto de Política Alternativas para o Cone Sul (PACS).

Enquanto emprega somas

exorbitantes para o pagamento da dívida, o governo corta do orçamento verba da educação, saúde, moradia. Milhões de crianças são privadas do direito à escola, aumenta o número de pessoas vivendo em condições de miséria, nas ruas, além, é claro, de faltarem hospitais, creches e empregos.

## O tamanho do rombo

A dívida externa aumentou 48 vezes em 30 anos, passando de US\$ 5 bilhões em 1970 para US\$ 239 bilhões em 99, de acordo com informações do Departamento Econômico do Banco Central. O rombo da dívida externa provocou um outro rombo na dívida interna, que já beira os R\$ 500 bilhões - em abril deste ano, a dívida pública total era de R\$ 467 bilhões.

## Cecut prioriza luta contra governo FHC e FMI

As resoluções tomadas durante o 9º Congresso Estadual da CUT/RS, realizado de 30 de junho a 2 de julho em Caxias do Sul, priorizam a campanha "Fora FHC e o FMI".

Os mais de 700 delegados presentes ao encontro, representando sindicatos de todo o Rio Grande do Sul, também elegeram a nova Executiva da CUT-RS, que ficou assim constituída:

Presidente: Quintino Marques Severo; Vice-Presidente: José

Adelmar Batista; Secretária Geral: Rejane Silva de Oliveira; 1º Secretário: Pedro Arlindo Pozenatto; Tesoureiro: Ari Alorald do Nascimento; 1º Tesoureiro: Vera Justina Guasso; Secretária de Imprensa: Selene Barbosa M. Rodrigues; Secretária de Política Sindical: Rosane da Silva; Secretária de Formação: Maria Eunice Wolf; Secretário de Políticas Sociais: Mauro Salles Machado; Secretário de Organização: Etevaldo Souza Teixeira.

Foto: Mauro Luiz Ceccon

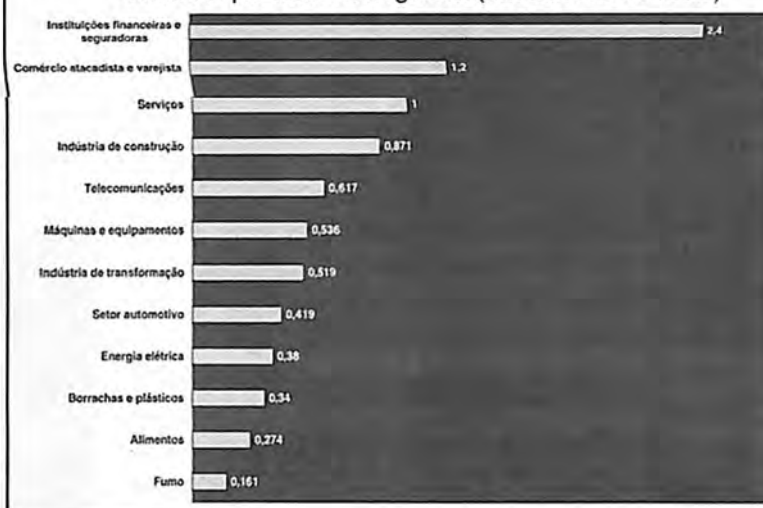


Mais de 700 delegados compareceram ao Congresso Estadual da CUT, realizado no Hotel Samuara, em Caxias do Sul

## Instituições financeiras lideram lista dos maiores sonegadores

As instituições financeiras e seguradoras foram as maiores sonegadoras de impostos nos primeiros cinco meses do ano. Elas deixaram de recolher ao Fisco o equivalente a R\$ 2,4 bilhões. O total de créditos tributários (impostos a pagar, multas e juros) apurados pela Receita de janeiro a maio chega a R\$ 11,4 bilhões. São 14 mil sonegadores, dos quais nove mil são empresas, a maioria de grande e médio porte, que deixaram de pagar R\$ 11,2 bilhões. Os outros cinco mil são pessoas físicas, autuadas em R\$ 192 milhões, sendo que 55% desses contribuintes são proprietários e diretores de empresas. Os dados foram divulgados no final de junho, pelo coordenador-geral da Fiscalização da Receita Jorge Rachid.

### Setores que mais sonegaram (em bilhões de reais)



## Lançada cartilha pela igualdade de oportunidades

A cartilha "Igualdade de Oportunidades", tema da campanha salarial desde 1997, já está nas ruas. Foi lançada no último dia 10, em São Paulo, sendo que o lançamento no estado está previsto para o próximo dia 24, em Porto Alegre. Conforme a cartilha, a participação das mulheres no setor bancário passou de 36% em 1986 para 43% em 1996. No entanto, elas continuam ganhando menos que os homens. Eles recebem 42% a mais, possuindo a mesma qualificação. A discriminação racial, de idade e opção sexual também são destaque na cartilha.



## Novos convênios do nosso Sindicato

**Centro de Atendimento Psicoterápico e Familiar**  
Rua Pinheiro Machado, 2804, sl 12 - Caxias do Sul  
Fone: (54) 214 5545  
**Maria Teresinha Kehl Scola (Psicóloga)**  
Rua Os 18 do Forte, 2000, sl 302  
Fone: 211 3362  
**Data Control Caxias**  
Rua Cel. Flores, 524  
Fone: (54) 223 9033

**Camisaria Tutti Giorni**  
RS 453, 4140 (Mart Center)  
Fone: (54) 999 50050  
**Cátia Maria E. S. Giacomel (Psicologia - Atend. familiar)**  
Rua Sinimbu, 2091 - salas 214/216  
Fone: (54) 910 24806  
**Claudia Clair P. Tessari (Psicologia - Atendimento familiar)**  
Rua Sinimbu, 2091 - salas 214/216 - Fone: 228 4424

## MANIFESTAÇÕES

# Camponesas e trabalhadores sem terra protestam em Brasília

*A Marcha das Margaridas reuniu 20 mil trabalhadoras e foi a maior manifestação de mulheres já realizada no país. Já, os Sem Terra somaram 12 mil. As duas marchas protestaram contra a política agrícola do governo FHC, as importações de alimentos transgênicos, e exigiram a criação de uma CPI contra a corrupção.*

O dia 10 de agosto foi marcado por protestos em Brasília. A Marcha das Margaridas, organizada pela Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - reuniu mulheres de todos os estados. Elas protestaram contra a dificuldade das mulheres conseguirem crédito agrícola, contra o pequeno número de registro de terras concedidos a elas pelo governo, e contra os alimentos transgênicos. Também exigiram carteira assinada, já que a maior parte delas trabalha na roça, mas acaba sem benefícios como a aposentadoria e licença maternidade.

As "margaridas" carregaram panelas vazias e cruzeiros para simbolizar a pobreza e a violência no campo. Parte delas ostentavam bandeiras coloridas em homenagem à paz, além de margaridas gigantes, em homenagem à ex-líder sindical Margarida Maria Alves, que deu nome à Marcha. Margarida foi assassinada em 1983, na porta de sua casa em Alagoa Grande, na Paraíba, possivelmente a mando dos usineiros de cana-de-açúcar. Até hoje sua morte não foi esclarecida e os assassinos e mandantes continuam impunes.

No Ministério da Justiça, elas fixaram 25 cruzeiros no gramado e prenderam outra com correntes e cadeados ao mastro da bandeira, em protesto contra a morte de trabalhadoras. Antes disso, ao passar pelo Banco Central, exigiram a suspensão do acordo com o FMI e mais créditos para o setor agrícola. No Congresso, realizaram ato público pela criação de uma CPI para apurar o desvio de verbas das obras do TRT de São Paulo.

Os trabalhadores Sem Terra, que se encontravam na capital federal desde o dia sete para o IV Congresso Nacional do MST, começaram sua marcha por volta das 16h. O primeiro ato da marcha foi queimar a bandeira norte-americana, em frente à embaixada dos Estados Unidos. Eles protestaram contra as políticas econômicas impostas pelo FMI e elaboradas pelo governo americano através do Consenso de Washington. O grito predominante era: Fora já FHC e FMI. Eles também "bombardearam" a embaixada com espigas de milho transgênico. Diante do Ministério da Agricultura, protestaram novamente contra as importações de alimentos transgênicos e denunciaram a falta de apoio do governo brasileiro aos pequenos produtores rurais. Encerraram a marcha em frente ao Congresso, com um novo ato contra a corrupção. Mais de dez mil velas foram acesas formando a palavra CPI, em vários locais do gramado.

Pela manhã, eles entregaram aos presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara, Michel Temer, manifestos pedindo a criação de CPI para investigar o tráfico de influência na liberação de dinheiro público e a federalização dos crimes contra os direitos humanos.

**Por um Brasil sem latifúndio** - O IV Congresso do MST teve como lema "Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio". O encontro aconteceu de 7 a 11 de agosto, em Brasília, com a presença de 12 mil delegados provenientes de todo o país. Além de confraternizar, consolidar a reafirmar a consciência social dos integrantes do movimento, o congresso teve três grandes objetivos: qualificar a luta pela reforma agrária, enfrentando não apenas os latifúndios improdutivos mas também os antigos modelos de exploração dos trabalhadores; qualificar a luta contra a agricultura de exportação e os alimentos transgênicos; e construir novos valores, resgatando a solidariedade e a humanidade, que estão sendo destruídas pelo modelo neoliberal.



Fotos: Mauro Luiz Ceccon

## Marcha dos Sem agita capital gaúcha

A campanha pelo Fora FHC e o FMI, o não pagamento das dívidas externa e interna e o combate à sonegação e às isenções de impostos foram as principais bandeiras de luta da 5ª Marcha dos Sem, realizada no dia 25 de julho, em Porto Alegre. O protesto reuniu cerca de cinco mil pessoas, representantes de movimentos sindicais, sociais, feminista, agricultores, partidos políticos e grupos pela livre expressão sexual.

A marcha iniciou ao meio-dia, no local onde estava o "relógio da perda de tempo", próximo à Usina do Gasômetro, e culminou em frente ao Palácio Piratini, onde os manifestantes foram recebidos pelo governador Olívio Dutra. No meio do caminho, eles pararam em frente ao escritório de negócios dos Estados Unidos, na rua Riachuelo, e queimaram a bandeira norte-americana em repúdio ao imperialismo e ao pagamento da dívida externa.



Gaúchos queimaram o pavilhão norte-americano em repúdio ao pagamento da dívida externa e ao imperialismo

No escritório norte-americano, lideranças sindicais protocolaram um documento chamado de "Carta Aberta ao Imperialismo". Os manifestantes também entregaram um documento ao governador do estado. Entre outras reivindicações, o documento destacou o não pagamento das dívidas externa e interna e o combate à sonegação e às isenções fiscais. Ao final da Marcha dos Sem, os organizadores protocolaram ainda um projeto de lei na Assembleia Legislativa. O projeto propõe que o teto salarial no Rio Grande do Sul seja de R\$ 5 mil e o piso de R\$ 500,00. Com isso, reduziria de 143 para 10 vezes a diferença entre o menor e o maior salário.

**Interior do estado** - O dia 25 de julho, data em que se comemora o Dia do Colono, foi marcado também por diversas manifestações no interior do estado, promovidas pelo MST, sindicatos e partidos de oposição ao governo FHC.

Em Não-Me-Toque, os manifestantes bloquearam o acesso à unidade de produção de sementes da Monsanto, no Km 13 da RS-142, em protesto ao aumento dos custos de produção e à dependência provocada pela sementes transgênicas. Em Santa Cruz do Sul, montaram acampamento em frente à sede da Souza Cruz. Em São Borja, centenas de agricultores bloquearam a passagem de veículos pesados sobre a ponte internacional que leva à cidade argentina de Santo Tomé. Integrantes do MST interromperam ainda a BR-392, que liga Pelotas e Rio Grande.

**Não fique só. Fique sócio do sindicato.**  
**UNIDOS, SOMOS MAIS FORTES!**  
**SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - FONE (54) 223.2166**

**65 ANOS**Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região

# Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 17 - Nº 96 - OUTUBRO/2000

FILIADO À CUT BRASIL

## 65 ANOS DEFENDENDO OS INTERESSES DA CATEGORIA



Foto: Arquivo SEEB

Passeata de bancários realizada no centro de Caxias do Sul por ocasião da greve de 1985

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região completa, no dia 24 de outubro, 65 anos. Fundado em 1935, por 39 bancários, é um dos mais antigos do Rio Grande do Sul. A criação da entidade foi motivada pelo surgimento de vários outros sindicatos no país, e pelo contato com o Sindicato de Porto Alegre, fundado dois anos antes. Naquela época, os bancários se reuniam no Café Central.

Com a queda do Estado Novo, novas forças articulam-se na entidade. Os bancários realizam suas primeiras greves, fortalecendo-se enquanto categoria. As greves de 1946, 1951, 1961, 1962 e 1963 resultam em várias conquistas salariais e sociais. Mas, o golpe de 1964 interrompe as mobilizações. O Sindicato sofre intervenção militar, seus dirigentes são cassados e alguns presos.

Em 1979, os bancários voltam às ruas e intensificam a luta na década de 80. Em 1985, a categoria realiza uma das maiores greves do movimento bancário.

Hoje, os sindicatos dos bancários em todo o país se constituem numa força política que vem resistindo ao neoliberalismo, se opondo às privatizações das empresas públicas, e lutando pela manutenção dos direitos trabalhistas, do emprego e por melhores condições de trabalho e salário.

Nestes 65 anos, o Sindicato dos Bancários participou ativamente de todos os grandes movimentos políticos, sociais e econômicos envolvendo a categoria e o país.

### CAMPANHA SALARIAL 2000

## BB economiza R\$ 2 bi com política de abono e reajuste zero

Um estudo do Dieese deixa bem claro o que a direção do Banco do Brasil tentou escamotear com sua proposta para o Acordo Coletivo 2000/2001: substituir reajuste dos salários por abonos só traz vantagem para o banco. Em cinco anos de reajuste zero com abono, o BB economizou R\$ 2 bilhões, equivalentes a 42% das suas despesas com pessoal em 1999. Para os funcionários, esta política implicou numa perda de 12,62 salários.

Com base nesses dados, o Dieese conclui ainda que a proposta apresentada pelo BB custaria ao banco menos de um terço do que

ele economizou no ano passado.

A atitude do BB foi muito criticada nas assembleias realizadas nos sindicatos no dia 28, quando a proposta do BB foi rejeitada pela categoria. Além de confundir seus funcionários com cinco alternativas, a empresa passou por cima das entidades representativas dos trabalhadores, consultando diretamente os funcionários, sem que estes tivessem a possibilidade de não aceitar nenhuma das opções. Uma das alternativas era reajuste de 4%. As demais combinavam diferentes valores de abono e reajuste salarial. Qualquer uma delas, no entanto, representaria mais pre-

juízo aos trabalhadores, ficando muito abaixo do reivindicado.

Nas assembleias do dia 28, o funcionalismo do BB também aprovou, com adendos, uma contraproposta a ser apresentada à direção do banco.

As principais cláusulas da contraproposta discutida nas assembleias são: reajuste de 9,21%; abono/PLR de R\$ 3.000,00; cesta alimentação de R\$ 80,00; vale-tiquete de R\$ 9,00; auxílio-creche de R\$ 100,00; retorno do anuênio; isonomia de tratamento para os novos funcionários; e auxílio-requalificação profissional de R\$ 400,00.

## Fenaban propõe 5% de reajuste e corte de anuênio

A Fenaban ofereceu 5% de reajuste salarial, índice que sequer cobre a inflação do período (setembro de 1999 a agosto de 2000), de 9,21% - Índice de Custo de Vida - Dieese), reivindicado pelos bancários. O índice apresentado à Fenaban no final de julho foi de 8,03%. Mas, a alta de 1,31% registrada em agosto, superou as estimativas, acumulando 9,21%.

Os banqueiros também insistiram na retirada de conquistas. A proposta termina com o anuênio para novos funcionários. Para os bancários admitidos até 31 de agosto deste ano, oferece uma indenização de R\$ 1000,00, com incorporação como verba de caráter pessoal dos anuênios adquiridos, em troca da anuidade.

Caso fosse implementada, um funcionário com cinco anos de banco, por exemplo, passaria a ter uma verba incorporada ao seu salário correspondente aos cinco anuênios, cessando o direito de adquirir novos, a partir do recebimento da indenização de R\$ 1000,00, o que equivaleria ao pagamento antecipado de 3,5 anos de anuênio.

Com isso, a Fenaban dividiria os bancários em três segmentos: com direito a anuênio, com direito a verba de caráter pessoal e sem direito a anuênio. Obviamente, aqueles com direito a anuênio seriam alvo de demissões.

A Fenaban também se nega a discutir outras reivindicações como saúde, emprego e auxílio-educação.

## Assembleia nacional dos funcionários do Banrisul é dia 21

A assembleia, que se realizará em Porto Alegre no próximo dia 21, deve decidir o encaminhamento que será dado à campanha salarial, incluindo a questão do pagamento dos 3,5%, relativos à diferença do acordo assinado pela Fenaban com os demais bancos no ano passado, com a manutenção das conquistas. Os funcionários do Banrisul reivindicam ainda o pagamento imediato do prêmio desempenho referente ao lucro do primeiro semestre.

**VAMOS COMEMORAR JUNTOS O ANIVERSÁRIO DO NOSSO SINDICATO**  
DIA 27 DE OUTUBRO, ÀS 20H,  
NA SEDE CAMPESTRE - INGRESSO: R\$ 2,00

## Primário e bem pago

A divulgação pela ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – de resposta a estudo do governo a respeito da situação das instituições financeiras federais

Há cerca de um mês o governo federal, através do Ministério da Fazenda, colocou na Internet um documento, elaborado a seu pedido pelo consórcio Bozz-Allen & Hamilton e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a respeito da situação das instituições financeiras federais. O relatório dizia que quase todas elas – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil – com exceção do BNDES, estavam em situação relativamente crítica. E que o Tesouro Nacional teria um prejuízo de 1,3 bilhão com elas, entre 2003 e 2005, se não promovesse mudanças. O consórcio listava então várias opções para isso, incluindo a privatização e o desmantelamento de algumas empresas.

Na ocasião, a ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – contestou o estudo e anunciou a contratação de uma auditoria para avaliar o levantamento feito pelo grupo BA&H-Fipe. Esse estudo foi realizado pelo professor Alberto Jorge Matias, da Universidade de São Paulo, e um dos fundadores no Brasil da consultoria Austin Asis, especializada em análise bancária. Matias trabalhou com mais cinco pessoas e sua análise foi divulgada ontem. Sua conclusão: o estudo feito a pedido do governo federal é “cientificamente inválido”, apresenta conceitos equivocados e misteriosos, tem “erros primários e banais”.

### Matias diz que o relatório do consórcio errou em dois fundamentos:

1. O consórcio usa uma fórmula para análise de despesa em relação à receita que privilegia o juro alto. “Usando essa fórmula, um agiota seria considerado eficiente, porque certamente ganha mais do que gasta devido ao juro que pratica”. Os spreads do BB e da CEF – a diferença entre custo de captação e de empréstimo – são menores do que os dos grandes bancos com os quais o relatório BA&H-Fipe os compara, diz Matias, porque os dois grandes bancos federais lidam com produtores rurais e mutuários do sistema financeiro habitacional, onde se cobram juros mais baixos. Mudando a fórmula, Matias descobriu que, na verdade, os bancos oficiais são mais equilibrados que as instituições usadas como referência pelo consórcio: Bradesco, Itaú, Unibanco e Real.

2. O consórcio usou esses quatro bancos para comparar os bancos federais; mas é preciso usar um referencial maior, diz Matias. Sua equipe usou uma amostragem de 35 bancos. Com ela, as despesas com pessoal e administrativas dos grandes bancos federais, que parece muito alta quando comparada com as dos quatro grandes privados, cai na média do setor.

Matias mostrou ainda que os recursos usados pelos bancos federais contra calotes são menores que os dos bancos privados da comparação porque estes aumentaram esse provisionamento de forma fictícia, para esconder ganhos com juros. Em relação à amostra de 35 bancos, o provisionamento dos grandes bancos federais pode ser considerado normal: 3,6% contra 3,8% da média dos 35. Finalmente o relatório mostra que na época da divulgação do documento do consórcio BA&H-Fipe já fora dito por outros analistas: que não tem sentido projetar o prejuízo dos bancos federais para pós 2003 com base apenas nos seus próprios balanços. E a conjuntura econômica? E as alterações no mercado? E as inovações técnicas?

O trabalho da BA&H-Fipe custou aos cofres federais R\$ 9 milhões; o trabalho da equipe de Matias custou à ANABB R\$ 52 mil. Matias diz, com razão: “Como cidadão que paga imposto, fico chateado com um desperdício como esse”.

“Ponto de Vista”, do jornal eletrônico da Oficina de Informações do dia 25 de agosto de 2000.

### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.

Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro Tiragem: 2.600 exemplares

Fundado em 24 de outubro de 1935

# Governo FHC avança na venda do BB

“Um movimento silencioso está acontecendo nos bastidores do Banco do Brasil e certamente vai causar muita polêmica quando se tornar público”, diz o jornal *Correio Braziliense*, em reportagem publicada no dia 17 de setembro. Segundo o jornal, o governo está estudando a possibilidade de vender parte do capital do BB, disponibilizando ações de forma pulverizada a investidores brasileiros e estrangeiros, como foi feito com a Petrobrás.

O presidente do BB, Paolo

Zaghen, disse ao jornal que será um ótimo negócio e que só é preciso encontrar o melhor momento para realizar a operação. Outro executivo do banco disse que o BB vai preparar a pulverização das ações sem alarde: “quando o melhor momento para a venda surgir, o que esperamos para o primeiro semestre do próximo ano, tudo já estará pronto”. A mesma reportagem destaca ainda o depoimento de um técnico do Tesouro Nacional: “nesse meio tempo, vamos fazer um trabalho de campo para

convencer a sociedade de que não estamos falando da privatização do BB, mas da democratização de seu capital”. O jornal diz também que o Tesouro Nacional tem 72% do capital total do BB, e que pela lei das sociedades anônimas, para manter o controle do BB, a União precisa manter apenas 17% do capital total em suas mãos, o correspondente a 50% mais um das ações ordinárias. “Há uma concentração muito grande de ações do BB nas mãos do Tesouro. Não é preciso ter tudo isso”, avaliou Zaghen.

## Conselho dos EUA para a AL: privatizar o setor financeiro

O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers, não fez rodeios ao defender a globalização, durante a realização da 55ª edição do Fórum Econômico Mundial, em Praga. Disse que a grande diferença de renda que se vê hoje não é resultado da maior integração na economia global, mas porque muitos países ainda não se integraram. Recomendou que estes países avançassem nas reformas, e reservou um recado especial para a América Latina: mais reformas no setor financeiro, como sugeriu o Fundo Monetário Internacional.

O secretário americano defendeu abertamente a privatização dos bancos públicos ainda existentes na região.

“Na América Latina, os países necessitam fortalecer ainda mais suas posições fiscais e continuar seus esforços para melhorar a resistência do setor financeiro da região, aumentando a propriedade privada das instituições financeiras, melhorando regulações de prudência e supervisão, e lidando com o problema dos ativos”, disse Summers no discurso do Comitê Financeiro e Monetário Internacional.

### LIVRO

## O Brasil Privatizado II

### O assalto das privatizações continua



O livro, lançado no dia 21 de setembro, em São Paulo, reúne 70 artigos do jornalista Aloysio Biondi, publicados entre abril de 1999 e julho deste ano, mês de falecimento do autor. A edição do “O Brasil Privatizado: o assalto das privatizações continua”, foi acertada antes de sua morte e Biondi já tinha preparado um roteiro, apontando os temas que seriam abordados. O novo livro dá sequência ao “O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado”, que já vendeu 200 mil cópias desde seu lançamento, em abril do ano passado.

Como o primeiro trabalho, este livro também traz à tona informações de importância fundamental para a discussão da política econômica e do futuro do Brasil. O livro aborda as distorções do processo de privatização que vem sendo realizado no Brasil - o favorecimento a grupos específicos; a utilização de recursos do BNDES; os prejuízos causados pelo “saneamento” das empresas privatizadas; a importação maciça de peças por parte das multinacionais que “compram” as estatais; as remessas de lucro para o exterior -, focalizando principalmente os setores bancário e petrolífero.

Os textos, publicados nas revistas “Caros Amigos”, “Bundas”, e nos jornais “Diário Popular” e “Folha de São Paulo”, foram selecionados por Flamarion Maués, da Fundação Perseu Abramo, e Antônio Biondi, filho do jornalista. Além de dar continuidade ao primeiro trabalho, o lançamento de “O Brasil Privatizado II” foi também uma forma de homenagem a Biondi. O livro mostra muito do sonho que o autor nutria em relação ao país, revelando sua indignação, sua força, sua capacidade de procurar ver as coisas por um lado positivo e de buscar enxergar perspectivas.

Aloysio Biondi, Fundação Perseu Abramo, 64 páginas, R\$ 7,00

## O ABUSO DOS BANCOS

# BC surpreende com regras de proteção ao cliente

*Primeiro, cortaram pela metade o número de funcionários. Agora, dificultam ao máximo o atendimento aos clientes, reduzindo o número de guichês nas agências e incentivando assim ainda mais o desemprego*

Além de ter de enfrentar filas intermináveis, os clientes já não têm acesso a determinados serviços, sofrem com cobranças indevidas, quando não são saqueados por conta de falhas nas operações eletrônicas. A sede dos banqueiros por lucro não tem limites. Até mesmo o Banco Central (BC), que não costuma exercer sua função fiscalizadora, resolveu mostrar serviço.

Segundo apurou o jornal *Correio Braziliense*, em matéria publicada no dia 22 de setembro, tomou esta atitude justamente porque foi reprovado pelo FMI no quesito fiscalização. De qualquer forma, o BC baixou uma resolução, que será votada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em novembro próximo, proibindo uma série de práticas bancárias e reforçando medidas que estão em vigor mas não são cumpridas.

Trata-se do código de defesa do consumidor de serviços bancários, que conta com uma pauta de 13 artigos, criados a partir de regras já existentes e de mais de 70 mil reclamações recebidas pelo BC. A resolução prevê vários graus de punição para os bancos que não cumprirem as regras: advertência, multa e impedimento do exercício da atividade.



Até hoje, porém, os bancos sempre passaram por cima da lei sem serem punidos. Usurpações como saque indevido e cobrança de tarifas inexistentes encabeçam as listas de reclamações dos Procons do país. Os saques irregulares por meio de computadores lideraram também a lista de reclamações feitas à Central de Atendimento ao Público do BC, em agosto, com 154 ocorrências.

Mas, não são apenas estes desvios que estão comprometendo a

qualidade do atendimento bancário. Os bancos estão impondo dificuldades cada vez maiores para prestar serviços à população. As filas crescem junto aos poucos caixas que as agências mantêm funcionando. Em Caxias do Sul, como em outros tantos municípios, já existem leis que ampliam o horário de atendimento e limitam o tempo de espera na fila, mas os bancos não as cumprem. No caso da segunda, os banqueiros recorreram à Justiça, recusando-se a

prestar um atendimento digno aos seus clientes.

Além disso, subiram os limites para a abertura de conta corrente, uma forma de excluir a população de baixa renda, sobre a qual recai também o peso das tarifas, já que os clientes com maior capacidade de investimento são beneficiados com a isenção de taxas. Muitos bancos se negam até mesmo a receber contas de água, luz e telefone. O atendimento tradicional, realizado por funcioná-

rios, também está cada vez mais restrito. Os clientes estão sendo obrigados a utilizar as máquinas eletrônicas, os envelopes para pagamento de contas, ou mesmo estabelecimentos que nada tem a ver com o setor, como as lotéricas – caso da Caixa Econômica Federal.

A exemplo dos bancos estrangeiros que aportaram no país nos últimos tempos, o foco está nos clientes de alto rendimento, com capacidade para investimentos sofisticados, que viabilizem o lucro fácil. A conta é paga pelos usuários, obrigados a pagar mais por um atendimento pior; e pelos bancários, que sofrem a perda maciça de empregos e a superexploração do trabalho.

## Quanto custa o mau atendimento

Cada cliente deixa nos cofres dos bancos R\$ 226,92, em média, por ano. A informação é fruto de uma pesquisa elaborada pela secretaria de estudos sócio-econômicos do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em 1999, a cobrança de tarifas e serviços rendeu aos nove principais bancos privados, o suficiente para pagar todas as despesas de pessoal e mais um pouco. O Bradesco e o Itaú faturaram juntos mais de R\$ 4,5 bilhões com prestação de serviços.

## Principais propostas do código de defesa do consumidor de serviços bancários

- Os bancos não poderão mais impedir que os clientes tenham acesso aos caixas tradicionais, mesmo que as agências sejam dotadas do sistema eletrônico de atendimento.
- As operações eletrônicas, inclusive pela Internet, serão de responsabilidade única dos bancos. As instituições serão obrigadas a criar um departamento específico dentro de sua estrutura só para avaliar os mecanismos de segurança das operações.
- O ônus da prova será invertido. Ou seja, não é mais o cliente que tem de provar que foi lesado. Os bancos é que vão ter de provar que estão dentro da lei.
- Os bancos que proibirem deficientes físicos ou idosos de abrir contas correntes ou fazer investimentos poderão ser acionados judicialmente.
- As instituições terão de informar as taxas de juros do cheque especial, os prazos para renovação dos limites de crédito, as multas e o valor das tarifas bancárias.
- Fica proibida qualquer venda casada de produtos.
- Não será permitido a cobrança de tarifa para a manutenção de conta, se o cliente só utilizá-la para receber o salário.
- As tarifas bancárias deverão ser as mesmas para as agências de um mesmo banco.
- Fica proibida a discriminação entre clientes e não clientes em relação a horários e locais de atendimento.
- Os bancos não poderão mais fixar horários específicos para a prestação de determinados serviços, como o pagamento de aposentadorias. A partir do momento em que uma agência abriu as portas ao público não poderá impor restrições.
- Os bancos não poderão mais transferir automaticamente recursos das contas corrente e das cadernetas de poupança para outras aplicações sem a autorização dos clientes.
- Os contratos firmados entre bancos e clientes terão de ser transparentes, permitindo leitura fácil e perfeita visualização dos direitos e obrigações das duas partes.

A resolução está aberta à consulta pública, podendo ser alterada, portanto, antes de ser votada no Conselho Monetário Nacional. O documento pode ser lido na íntegra pela Internet, no endereço: <http://www.bcb.gov.br/htms/audienci/edital092000.shtml>.

## CEF discrimina clientes e restringe acesso ao caixa

Cada vez mais, a Caixa Econômica Federal deixa de exercer seu papel de banco público a serviço da comunidade. A direção da empresa está proibindo os clientes de pagarem suas contas, fazerem depósitos e até de sacarem na boca do caixa, numa clara demonstração de desprezo para com os clientes. A medida reforça a prática da terceirização dos serviços através das lotéricas, e faz parte do processo de desmonte que vem sendo adotado pelo governo federal para privatizar a empresa.

O caso de uma cliente da Caixa Econômica Federal, que não conseguiu pagar sua guia do INSS no caixa da agência do Shopping Iguatemi, em Porto Alegre, exemplifica bem o clima de tensão que predomina na Caixa. "Expliquei à pessoa encarregada de barrar a entrada dos clientes para efetuar pagamento ou depósito, que não poderia usar o sistema de envelope porque necessitava da guia autenticada naquele mesmo dia. Com isso, a pessoa me deixou entrar. Peguei uma senha e, depois de 20 minutos, fui chamada ao caixa, onde, novamente, tive de explicar meus motivos e, mesmo assim, não fui atendida. Tentei falar com o gerente, mas ele não estava na agência", afirma a cliente na reclamação que enviou ao Banco Central.

Inconformada com o fato, consultou o Banco Central. A resposta, assinada por Bruno Alexandre Gutschow, da Gerência Técnica do BC em Porto Alegre, foi clara: "informamos que a instituição bancária não está autorizada a obrigar seus clientes a usar o caixa expresso em hipótese alguma, devendo sempre disponibilizar o serviço de caixa tradicional".

**Lotéricas** - Até o final do ano, a Caixa pretende autorizar mais 2000 lotéricas para atender à população de baixa renda, totalizando 8.500 casas lotéricas em todo o país. Recebimento de contas de água, luz e telefone estão entre os serviços repassados a elas, que, em breve, devem começar a cuidar também da abertura e movimentação de contas, bem como do pagamento de aposentados, parcelas do seguro-desemprego e FGTS. Sem funcionários treinados e sem segurança. Enquanto isso, a CEF reduz artificialmente o número de caixas nas agências, onde também está substituindo funcionários concursados por terceirizados, através do back-office.

## AUSTRÁLIA

# Manifestações contra o Fórum Econômico Mundial em Melbourne



Mais de dez mil manifestantes bloquearam o acesso dos delegados ao Fórum

Nem o mau tempo, nem a brutalidade de 2000 policiais e de um pequeno exército de guarda-costas foram suficientes para acabar com o entusiasmo de mais de dez mil manifestantes que se encontraram em Melbourne, Austrália, nos dias 11, 12 e 13, durante o *World Economic Forum*, ou Fórum Econômico Mundial – Ásia/Pacífico, para protestar contra o poder das grandes corporações e das práticas neoliberais. Com faixas, bonecos gigantes e muita energia, eles formaram barricadas e conseguiram bloquear parcialmente as entradas do Crown Casino – um complexo hoteleiro com centro de conferência e shopping center, que se estende por mais de meio quilômetro ao longo do rio Yarra, onde se realizava o Fórum, durante os três dias do encontro.

A manifestação foi organizada por uma coalizão de forças, coordenadas pela Aliança S11, assim denominada pela data do evento.

A luta contra a desigualdade do comércio global contou com a participação de grupos socialistas, anarquistas, sindicalistas, ecologistas, representantes de povos indígenas, grupos de igreja e defensores do cancelamento das dívidas dos países pobres.

A primeira sessão do Fórum começou atrasada, com apenas um quarto dos 900 delegados – executivos corporativos, banqueiros centrais e outras lideranças econômicas da região da Ásia e da Oceania. O primeiro ministro da Austrália John Howard foi forçado a chegar no hotel por barco, pois a polícia não conseguiu abrir caminho para sua entrada.

No segundo dia, o convidado de honra do encontro, o fundador da Microsoft Bill Gates, teve de cancelar dois compromissos que tinha fora do hotel, pois foi aconselhado pela polícia a não enfrentar o bloqueio. Bill Gates, um dos conferencistas do Fórum, não se fur-

tou a tecer comentários sobre o protesto: “se você bloquear o comércio mundial, os grandes perdedores serão as nações pobres do mundo”, arriscou.

Mas, o protesto, fora do Crown Casino, era contra a ganância das grandes corporações. Através de entidades que representam os seus interesses como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fórum Econômico Mundial, as corporações assumem a liderança mundial, se aproveitando do declínio ambiental e de práticas cruéis de trabalho.

As mobilizações contra o poder das grandes corporações como as ocorridas em Seattle, Washington, Davos, estão rompendo o isolamento daqueles que se preocupam com o estado do planeta e criam esperança de que a justiça global, a sustentabilidade ambiental e a democracia genuína possam um dia se tornar realidade.

Talvez por isso, estas manifes-

tações têm sido alvo da violência policial e do poder de manipulação de informações da mídia do grande capital. Para romper as barreiras humanas, a fim de garantir a passagem dos participantes do Fórum, os policiais avançaram com seus cavalos sobre as pessoas, batendo em manifestantes pacíficos e até pisando sobre suas cabeças. No primeiro dia, dezenas de manifestantes ficaram feridos e alguns chegaram a ser hospitalizados.

As autoridades australianas colocaram policiais e barricadas para fazer a segurança do cassino, durante este evento que ficou conhecido como “Olimpíadas dos negócios”, em alusão às Olimpíadas de Sydney, abertas no dia seguinte ao encerramento do Fórum. “Nossa meta não era acabar com a reunião, mas desencorajar futuros encontros. Fomos muito bem sucedidos, pois estas reuniões estão se tornando muito caras do ponto de vista

da segurança”, disse à imprensa Greg Grodecki, um estudante de ciência ambiental de Brisbane que participou da manifestação.

## Marcha da Vitória

O bloqueio culminou com a *Marcha da Vitória*, com cerca de 15 mil manifestantes. Na Marcha, na verdade, um grande carnaval anti-capitalista, não faltaram tambores, apitos e bom humor – uma das marcas desta nova geração de lutas. Os ativistas levaram uma bandeira gigantesca com mensagens de solidariedade de indivíduos e grupos que tomaram parte no bloqueio. Com ela, seguiram pelas ruas de Melbourne, a segunda maior cidade australiana, num roteiro que contemplou escritórios ou pontos comerciais de alguns símbolos das corporações transnacionais, como a Nike (que fechou suas portas durante o protesto) McDonald's, bancos e bolsa de valores.

## GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA

# Quase metade da população mundial vive com menos de US\$ 2 por dia

**No Leste Europeu e na ex-URSS, o número de pobres aumentou 20 vezes desde 1987, diz o relatório do Banco Mundial, divulgado em 13 de setembro**

Os dados contidos no “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta contra a Pobreza”, que analisa o período de 1987 a 1998, comprovam o óbvio: as reformas econômicas promovidas nos últimos dez anos sob o comando do FMI e o apoio de outros organismos multilaterais, entre os quais o próprio Banco Mundial, só aumentaram a pobreza no mundo, assim como a distância entre ricos e pobres.

Enquanto alguns países vivem um momento de riqueza sem pre-

cedentes, 2,8 bilhões de pessoas, que representam quase a metade da humanidade, vivem com menos de US\$ 2, equivalentes a R\$ 3,66, por dia. Deste grupo, 1,2 bilhão vivem à margem da vida, com menos de US\$ 1 por dia. A maior parte destas pessoas – 43,5% – vivem no sul da Ásia, uma das quatro regiões do planeta que concentraram os maiores índices de crescimento da pobreza de 1987 a 1998.

No Leste europeu e Ásia Central (ex-URSS), o número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia passou de 1,1 milhão para 24 milhões. Mas há diferenças. Na Bielorrússia, Bulgária, Estônia, Hungria, Lituânia, Polônia e Ucrânia, menos de 5% da população vive com uma quantidade inferior a US\$ 2 diários. Na Rússia, este percentual

sobe para 19% e é ainda mais alto em ex repúblicas soviéticas da Ásia como Kigúcia (49%) e Tayikistão (68%).

A experiência destes países mostra que a transição para a economia de mercado apenas acentuaram a pobreza, ao invés de promover o crescimento.

O número de pobres se alastrou também na América Latina e Caribe, cuja participação no grupo daqueles que vivem com menos de US\$ 1 cresceu de 5,4% para 6,5%, bem como na África subsaariana.

Poucas regiões viram diminuir a quantidade de pobres da população. Na Ásia Oriental, as pessoas que vivem com menos de US\$ 1 caiu de 420 milhões para 280 milhões, no período analisado pelo relatório. O Oriente Médio e o Norte da África também registra-

ram redução, ainda que tímida.

## Crescimento não reduz pobreza

A riqueza global, as conexões globais e a capacidade tecnológica nunca foram melhores. Mas, a distribuição destas melhorias econômicas tem sido tremendamente desigual. A receita média dos 20 países mais ricos é 37 vezes maior que a dos 20 países mais pobres, brecha que se duplicou nos últimos 40 anos. Nos países de alta renda, menos de uma criança, em cada grupo de 100, morre antes de atingir os primeiros cinco anos de vida. Nos países pobres, esse número é cinco vezes maior. Nos países ricos, menos de 5% das crianças com menos de cinco anos são desnutridas, índice que chega a 50% nos países pobres.

O próprio Bird reconhece, no documento, que o crescimento

econômico não reduz a pobreza. Mas, em nenhum momento o relatório critica a globalização do capital. A parte do documento dedicada a propostas de combate à pobreza preconiza o avanço das reformas liberalizantes iniciadas na década de 90, e vai ao encontro do velho jargão liberal de que é preciso fazer a economia crescer para depois dividir a renda.

Um caminho que, certamente, não teria sido indicado, caso o documento tivesse sido concluído pelo economista indiano Ravi Kanbur, que se demitiu do cargo em maio deste ano, ao que tudo indica, por discordar das alterações que estavam sendo feitas no relatório. Em sua versão havia críticas à globalização e à ênfase dada pelo Consenso de Washington ao crescimento econômico como forma de atacar a pobreza.

## BATALHA DE PRAGA

# Protestos esvaziam encontro do FMI e Banco Mundial

*A capital tcheca foi palco para grande protesto antiglobalização capitalista, depois das manifestações de Seattle, Washington, Davos e Melbourne*

**A 55ª assembleia anual das duas organizações terminou um dia antes do previsto, depois dos delegados terem ficado sitiados por sete horas no Centro de Convenções, durante o primeiro dia da reunião.**

Os cerca de 12 mil manifestantes - sindicalistas, estudantes, ecologistas, grupo de mulheres, membros de organizações não governamentais, militantes partidários, anarquistas, religiosos, punks e pacifistas - oriundos de diferentes países da Europa e América, que se encontraram em Praga para gritar ao mundo sua indignação contra o domínio dos ricos, conseguiram realizar o seu intento. Estrategicamente articulado, o movimento coordenado pelo *Movimento Contra a Globalização Econômica* INPEG em tcheco, eles conseguiram estragar a festa dos capitalistas.

Sob a proteção de um aparato de segurança que envolveu 11 mil policiais e mais cinco mil militares de prontidão, o primeiro dia da reunião do FMI e Banco Mundial, que deveria se estender de 26 a 28 de setembro, começou de acordo com o protocolo. Mas terminou mal.

## Cercados

Com o prédio cercado pelos ativistas, os 14 mil participantes da assembleia, entre os quais os 2.700 delegados, os presidentes do FMI Horst Kohler, do Banco Mundial James Wolfensohn, o presidente tcheco Václav Havel, banqueiros, financistas, ministros de Estado das finanças, presidentes de bancos centrais dos 182 países membros do FMI tiveram de evacuar o prédio, depois de terem ficado pre-

sos por mais de sete horas. Eles foram obrigados a abandonar seus carros oficiais no estacionamento e ir para casa de metrô. Correram para descer a escadaria que liga o prédio à estação do Centro de Convenções, escoltados pelos policiais da tropa de choque, que também bloquearam todos os acessos ao metrô, impedindo seu uso pela população. À noite, a maioria preferiu se recolher em seus hotéis do que correr o risco de ter de encarar novamente a revolta dos manifestantes. No dia seguinte, o ministro das finanças da África do Sul, Trevor Manuel, que presidia os trabalhos, anunciou o fim antecipado em um dia da reunião, enquanto os protestos continuavam na rua.

Vitória para os ativistas, que, para atingir seus objetivos, tiveram de montar barricadas e passar por violentos choques com a polícia. Os ativistas lançaram mão de pedras e até de coquetéis molotov para furar a proteção policial do Centro de Convenções. Já, a polícia atacou com bombas de gás lacrimogêneo, jatos de água, cães, helicópteros e até três tanques do Exército.

Toda a atividade foi minuciosamente planejada. Os ativistas partiram da praça Namesti Miru, ao norte do Centro de Convenções, divididos em três grupos, identificados pelas cores rosa, azul e amarelo. Cada grupo tomou um rumo diferente. Os amarelos estavam encarregados de bloquear o edifício pelo lado norte, ocupando um viaduto que liga a região norte da cidade ao Centro de Convenções. O grupo azul fechou o vale que fica embaixo do viaduto. Já, o rosa, com uma escola de samba improvisada à frente, bloqueou inúmeras pequenas ruas que davam acesso ao congresso pelo lado sul.

Foto: Devin Asch - IMC



*Marcha pacífica de solidariedade aos presos nos protestos*



*Manifestantes tentam chegar ao lugar do encontro*

Sem palavras de ordem, o grupo ia se subdividindo aos poucos. Uma parte dos ativistas se separava do grupo principal para ocupar cada uma das ruas por onde passavam. As decisões estratégicas eram tomadas em pequenas assembleias realizadas na rua. O escritor russo Bóris Kagarlitsky, que participou do grupo rosa, declarou à imprensa: "foi um assédio medieval, com tática de Napoleão".

## 800 presos

Mas, as manifestações não se restringiram ao local do evento. Alguns ativistas depredaram símbolos da globalização neoliberal como a rede MacDonald's, e atacaram carros luxuosos aos gritos de "peguem os ricos". No total, foram registrados 100 feridos e mais de 800 presos, dos quais 200 eram estrangeiros, sendo que alguns sofreram tortura da polícia. Muitos deles ainda permanecem presos.

A nova onda de protestos, que desde Seattle tem percorrido o mundo contra as instituições que defendem os interesses das grandes corporações, é composta por centenas de entidades, marcada por uma grande diversidade de interesses e pela ausência de um comando central. O que une os militantes é a disposição para lutar pela justiça global. Querem um sistema econômico que beneficie todos os povos do mundo e por isso gritam pelo fim do FMI, OMC, OCDE, Banco Mundial e todas as organizações comprometidas com o atual sistema injusto, que exclui mais da metade da humanidade do direito à vida.

Na tentativa de minimizar o impacto dos protestos e confundir os menos avisados, os representantes do FMI e do Banco Mundial vêm absorvendo a fala dos seus adversários. O presidente do FMI apelou até para a teologia da libertação e Wolfensohn, do Banco Mundial, um ex-banqueiro de investimentos, chegou a dizer que "compartilhava das paixões dos manifestantes que estavam lá fora". Tudo da boca p'ra fora. Na prática, o FMI e o Banco Mundial não se mostram nem um pouco preocupados com a pobreza, tampouco com o perdão da dívida dos países periféricos. Um documento interno do Banco Mundial sobre o plano de empréstimos para o Brasil entre 2000 e 2002, mostra que do financiamento proposto de US\$ 6,5 bilhões, mais da metade, US\$ 3,5 bilhões, destina-se ao chamado ajuste fiscal, - leia-se cortar aposentadorias e demitir funcionários públicos.

O ministro da Fazenda do Bra-

sil Pedro Malan defende que o Banco Mundial dê menos ouvidos às ONGs e mais aos governos. O argumento do ministro é que o tomador de empréstimo é o governo.

## Dia da Ação Global

As manifestações de Praga foram reforçadas por outras mobilizações contra as políticas do Banco Mundial e do FMI, realizadas em mais de 30 outros países, inclusive Espanha, Bangladesh, África do Sul, Argentina, Estados Unidos, França, Austrália e Índia, no dia 26 de setembro. O Dia da Ação Global foi convocado e articulado pelas mesmas grupos de Praga. No Brasil, manifestantes organizaram protestos em Belo Horizonte, São Paulo, Fortaleza e Brasília. A manifestação de São Paulo reuniu em torno de 800 pessoas no centro da cidade. Os manifestantes pixaram o prédio da Bolsa de Valores (Bovespa) e depredaram um carro da Rede Globo, resultando em 22 presos.

Foto: Bryan Atinsky - IMC



*Começou como um carnaval e terminou numa grande revolta*

## CONTRAPONTO AO NEOLIBERALISMO

## Porto Alegre sedia o primeiro Fórum Social Mundial

A capital gaúcha foi a cidade escolhida para abrigar a primeira edição do Fórum Social Mundial, que acontece de 25 a 30 de janeiro de 2001, simultaneamente ao encontro anual do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. O objetivo do Fórum, lançado em junho durante a Conferência de Genebra, Suíça, que reuniu representantes de ONGs e movimentos sociais, é criar um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais.

Mais de 70 entidades e movimentos internacionais pré-aderiram formalmente ao Comitê Internacional de Apoio ao Fórum, por

ocasião de seu lançamento, na Conferência de Genebra. O vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rossetto, fez a intervenção de encerramento da Conferência, na condição de anfitrião do evento de Porto Alegre.

A idéia é fazer um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, promovido por uma fundação suíça que funciona como consultora da ONU e é financiada por mais de mil empresas multinacionais. Desde 1971, este Fórum tem exercido papel estratégico na formulação do pensamento daqueles que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo.

O Fórum Social Mundial, portanto, estará voltado para a formu-

lação de alternativas ao neoliberalismo, troca de experiências e construção de articulações orgânicas, táticas e estratégicas entre ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações e entidades religiosas, em cada país e em nível continental e mundial.

"Trata-se de uma oportunidade sem precedentes para a união de forças populares dos mais diversos setores, nos países ricos e pobres, no sentido de desenvolver alternativas construtivas em defesa da esmagadora maioria da população mundial, que sofre constantes agressões aos direitos humanos fundamentais. Essa é também uma importante oportunidade para avançarmos no sentido de enfraquecer as concentrações ilegítimas

de poder e estender os domínios da justiça e da liberdade", afirma o intelectual norte-americano Noam Chomsky.

O Fórum se realizará nas dependências da PUC e contará com eventos simultâneos, compreendendo três tipos de atividades: sessões plenárias diárias com palestras e exposições de personalidades convidadas; encontros para apresentação de iniciativas em curso e troca de experiências; e reuniões de entrosamento e articulação entre organizações sociais que desenvolvem o mesmo tipo de luta. Quatro grandes temas estarão em pauta: a produção de riquezas; o acesso às riquezas e à sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços pú-

blicos; poder político e ética na nova sociedade.

A organização do evento, no Brasil está a cargo de várias entidades: ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), CIVES (Associação Brasileira de Empregados pela Cidadania), CUT (Central Única dos Trabalhadores), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), Justiça Global (Ação e Capacitação em Direitos Humanos) e MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

## Chase compra JP Morgan

Dois dos maiores e mais antigos bancos norte-americanos anunciaram sua fusão, no dia 13 de setembro. Trata-se do Chase Manhattan Corporation, fundado em 1799 e controlado pela família Rockefeller por várias décadas, e do JP Morgan, fundado em 1838 pela família Morgan. O acordo prevê a venda do JP Morgan ao Chase Manhattan, por US\$ 30,9 bilhões, através da troca de ações. Com a incorporação do JP Morgan, o Chase Manhattan se converte num dos líderes do setor de emissão de ações, além de ampliar sua atuação nos mercados eu-

ropeus.

O novo banco, já denominado JP Morgan Chase Company, será o terceiro dos Estados Unidos - atrás do Citigroup (Citibank, Travelers e Salomon Smith Barney) e do Bank of America, com ativos totais de US\$ 667 bilhões. A aquisição representa um passo importante para o Chase Manhattan, que tem um histórico de fusões bem sucedidas com outras instituições financeiras.

Para o JP Morgan, o negócio representa o fim de uma longa história de independência. O banco foi um dos pioneiros no financia-

mento das ferrovias norte-americanas. Foi também o grande impulsionador da criação de gigantes monopolistas como a General Electric e a US Steel, protagonistas do crescimento econômico dos Estados Unidos.

As maiores vítimas do negócio, no entanto, são os empregados das duas instituições. A futura empresa pretende economizar US\$ 500 milhões em despesas com pessoal, o que significa o fim de milhares de empregos. O Chase Manhattan tem 80 mil funcionários, em 65 países. Já, o JP Morgan conta com 16 mil empregados.

## CNB tem nova diretoria

Veja quem são os novos diretores da Confederação Nacional dos Bancários - CUT, eleitos durante o III Congresso da entidade, realizado de 31 de agosto a dois de setembro, na capital paulista:

Presidente: Fernanda Carisio (BB/Seeb RJ)  
Vice-presidente: Milton Rezende (BB/Seeb RJ)  
Secretário Geral: Vagner Freitas de Moraes (Bradesco/Seeb SP)  
Secretaria de Finanças: Carlos Alberto Cordeiro da Silva (Itaú/Seeb SP)  
Secretaria de Imprensa: Francisco Alexandre (BB/Seeb AL)  
Secretaria de Relações Internacionais: Alencar Ferreira (BB/Seeb SP)  
Secretaria da Saúde: Ana Maria de Souza Guimarães (Banespa/Seeb Guarulhos)  
Secretaria de Formação Sindical: Joel Bueno e Silva (BB/FEEB RJ-ES)  
Secretaria de Organização: Sérgio Ricardo Nunes de Siqueira (HSBC/Seeb SP)  
Secretaria de Políticas Sociais: Neide Aparecida Fonseca (Nossa Caixa/Seeb SP)  
Secretaria de Estudos Sócio-Econômicos: Euclides Fagundes Neves (Baneb/Seeb BA-SE)  
Secretaria de Políticas Sindicais: José Ricardo Jacques (BBVA/Seeb Florianópolis)  
Secretaria de Assuntos Jurídicos: Wilson Aparecido Ribeiro (CEF/Seeb SP)

## Nasce o maior banco do mundo: Mizuho

No dia 28 de setembro, estreou na Bolsa de Tóquio o maior banco do mundo, com ativos estimados em US\$ 1,342 trilhão. Trata-se do Mizuho Holdings, criado pela combinação de três instituições

bancárias japonesas: o Fuji Bank Ltd., o Dai Ichi Kangyo Bank Ltd. (DKB) e o Industrial Bank of Japan Ltd. (IBJ).

A maioria dos negócios do Mizuho, que tem um lucro anual

de cerca de US\$ 10 bilhões, vem do fornecimento de empréstimos - área da qual seus concorrentes globais estão se afastando. Os empréstimos do novo banco equivalem a 64% de seu total de ativos.

## Use os dentistas do Sindicato

Além das duas odontólogas que atendem no consultório instalado em nossa sede, em Caxias do Sul, o Sindicato mantém convênio com profissionais de outros municípios. Nesse caso, o atendimento é realizado no consultório do dentista e a marcação de consultas é feita diretamente.

Em Caxias do Sul, a marcação de consultas é feita no Sindicato, pelo fone 223.21.66.

Confira abaixo o nome dos profissionais que estão a sua disposição.

## Caxias do Sul

Simone Cristina Susin: de segunda a sexta, das 9:30h às 13:00h  
Natalia Christeneda Guerra: segunda e quarta, das 19:30h às 18:30h  
terças, quintas e sextas, das 16:00h às 18:00h

## Gramado

Karem Ruschell  
Rua Madre Verônica, 31 - sala 22  
Fone 286.1945

## Canela

Marilu Zanatta  
Rua Júlio de Castilhos, 239 - sala 305  
Fone 282.2055

## Garibaldi

Marcelino Rebelato  
Rua Jacob Ely, 274 - sala 203  
Fones 462.4639 / 9972.2637

## Flores da Cunha

Rafaela Oldra  
Rua Raymundo Montanari, 1529  
Fone 292.3589

## Farroupilha

José Luiz Rizzo  
Rua Júlio de Castilhos, 821 - sala 35  
Fone 261.1553

## Nova Petrópolis

Verônica A. Silva  
Rua Tiradentes, 340  
Fone 281.1534

## São Marcos

Marcelo Paduan  
Rua Dr. Rosa, 569  
Fone 291.1866

## Veranópolis

Mauro Douglas Farina  
Rua Andrade Neves, 84 - sala 01  
Fone 441.1545

## Novos Convênios do Sindicato

## Data Control Caxias

Rua Cel. Flores, 524  
Caxias do Sul  
Fone 223.9033

## SLW Distrib. De Informática

RS 230, Km 11 S/nº - Santa Fé  
Caxias do Sul  
Fone 224.1122

## Luís Carlos Bolzan (Psicólogo)

Av. Júlio de Castilhos, 2020/501  
Caxias do Sul  
Fones 214.6178 / 214.7212

## Ruth Ordoñez (Psicóloga)

Av. Júlio de Castilhos, 2020/501  
Caxias do Sul  
Fones 214.6178 / 214.7212

## Roberta Susin Ribeiro (Fisioterapeuta)

Rua Borges de Medeiros, 586/301  
Caxias do Sul  
Fones 224.1491 / 9967.6325

## Centro de Ultrasonometria Garra Forte

Av. Rio Branco, 247/501  
Caxias do Sul  
Fones 221.7766 / 214.5045

## DÍVIDA EXTERNA

# Mais de 6 milhões participam do plebiscito

Votantes colocaram a vida acima da dívida. Os organizadores da consulta lutam agora por um plebiscito oficial.

O Plebiscito da Dívida, realizado de dois a sete de setembro, teve mais de seis milhões de votos, o equivalente a 5,7% do eleitorado brasileiro (1998). Mais de 90% dos votantes disseram "NÃO" ao pagamento da dívida externa sem que se faça a auditoria desta dívida; "NÃO" à manutenção do atual acordo com o FMI; e "NÃO" ao pagamento da dívida interna.

A iniciativa contou com a participação de cerca de cem mil voluntários ligados a igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, e sindicatos de trabalhadores, e deverá servir como instrumento de pressão para aprovar o projeto de um plebiscito oficial. Os coordenadores da campanha – CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CUT, CMP (Central de Movimentos Populares), UNE (União Nacional de estudantes), IAB (Instituto dos Advogados do Brasil), Contag, MST e outras entidades – estão buscando o apoio dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que este plebiscito seja encaminhado, assim como a auditoria pública da dívida externa, a ruptura do acordo com o FMI, o "perdão" da dívida externa dos países pobres para com o Brasil e a campanha internacional contra a dívida externa.

Para os coordenadores da consulta, quatro grandes objetivos foram alcançados. "O tema das dívidas, que estava encoberto, vol-

tou a fazer parte do debate nacional; realizamos um importante trabalho de educação política; milhões de pessoas se manifestaram sobre algumas das causas da grave crise econômica e social que afeta o país, ou seja, a política de endividamento e o acordo com o FMI. Por último, contribuimos para a campanha mundial de questionamento aos mecanismos e organismos do sistema financeiro internacional e de solidariedade aos países pobres altamente endividados", diz o manifesto assinado pelas entidades promotoras.

O documento também denuncia as tentativas do governo federal e de grande parte dos meios de comunicação para desqualificar o debate e o próprio objetivo da consulta: "ao invés de informar a população, optaram por combater o plebiscito e deformar seus objetivos, negando espaço para seus organizadores. O governo federal, por sua vez, difundiu ataques grosseiros à iniciativa, pressionou as entidades patrocinadoras e chantageou a sociedade com informações incorretas, alimentadas por um preconceito obscurantista contra quaisquer idéias que destoem do ideário neoliberal. Não querem que a sociedade debata estes assuntos, porque sabem que do debate surgirão alternativas".

"Os porta-vozes do pensamento único", prossegue a nota oficial, "consideram qualquer crítica como 'ameaçadora' e 'desestabilizadora'; defendem que todos deveriam apoiar os cânones



da política neoliberal, num 'grande acordo' nacional que respeita os direitos das elites, em detrimento dos direitos da maioria do povo. Há uma década o país vem adotando esta orientação econômica, baseada na dependência externa, no endividamento, e sustentada pela chantagem segundo a qual a interrupção no fluxo de capitais produziria o colapso".

Mas, é justamente a financeirização da economia, que submete o país aos humores da banca internacional, que prejudica o Brasil, salientam os coordenadores: "estamos numa situação

de moratória social, que se expressa num enorme calote de todo os compromissos relativos à educação, à saúde, ao valor do salário mínimo, a uma aposentadoria digna, ao direito ao emprego, à reforma agrária, aos direitos dos povos indígenas e aos demais direitos e garantias constitucionais da maioria do nosso povo".

O manifesto deixa claro que o foco do plebiscito foi a crítica ao modelo econômico aplicado em nosso país. "O plebiscito não se limitou a dizer 'não' à dívida, 'não' à especulação e 'não' ao acordo com o FMI. Ele também represen-

ta um 'sim' a outro modelo econômico, que tenha na promoção da vida um de seus valores fundamentais. Chamado a opinar sobre as dívidas e o acordo com o FMI, uma expressiva parcela da população tomou posição frente a temas que o governo prefere ver tratados apenas por seus especialistas. O plebiscito evidenciou que o endividamento não é um assunto técnico, a ser debatido apenas por teóricos em economia e finanças. As decisões técnicas resultam de opções políticas, que no fundo se resumem em pagar as dívidas financeiras ou as dívidas sociais."

## Resultado da votação

### Perguntas

1- O governo deve manter o atual acordo com o FMI?

2- O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 1988?

3- Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

| Pergunta | Não            | %        | Sim          | %        |
|----------|----------------|----------|--------------|----------|
| 1        | 5.646.862      | 93,6     | 280.442      | 4,6      |
| 2        | 5.765.954      | 95,6     | 182.462      | 3,0      |
| 3        | 5.768.563      | 95,7     | 158.995      | 2,6      |
|          | <b>Brancos</b> | <b>%</b> | <b>Nulos</b> | <b>%</b> |
| 1        | 76.574         | 1,3      | 26.451       | 0,5      |
| 2        | 57.954         | 1,0      | 23.959       | 0,4      |
| 3        | 80.481         | 1,3      | 22.290       | 0,4      |

## Dívida com morte

Dom Pedro Casaldáglia

Nascer endividado, viver endividado, morrer endividado ... é o destino de todos os pobres do Terceiro Mundo, a fatalidade da nossa América. E ser assim endividado equivale a ser proibido de viver. A Dívida Externa é a morte interna.

Acabamos habituados a essa guerra total, a mais mortífera de quantas guerras a História humana registra. A expressão máxima da dominação internacional. O crime maior do capitalismo. Guerra, dominação, crime, por outro lado, cinicamente justificados no Direito Internacional: trata-se de uma dívida, e dívida é um dever e um direito, e as dívidas se pagam...

Nossos políticos, os acordos internacionais, a consciência desmobilizada ou subserviente vêm fazendo da Dívida Externa a Constituição real dos nossos povos subjugados. Por causa da dívida, não podemos fazer Reforma Agrária, por causa da dívida, não podemos atender nem à saúde nem à educação nem aos salários ... Somos quintal do FMI, a barraca do Banco Mundial.

Contestar a Dívida é ingenuidade política, fuga histórica, irresponsabilidade econômica. E continuamos pagando, não a Dívida, mas apenas os ju-

ros: 11 bilhões de dólares por ano do nosso depauperado Brasil!

As Igrejas históricas, neste país, sem populismos nem irresponsabilidades, por princípios éticos e por exigência evangélica elementar, já declararam conjuntamente que a Dívida Externa é imoral: não pode ser paga, nem deve ser paga.

Mas o senso comum e as estatísticas honestas sabem muito bem que já pagamos essa Dívida, com juros de espoliação, miséria e morte.

Se alguma solidariedade conjunta pode salvar nossa América do colapso econômico e social a que o Primeiro mundo e seus mecanismos nos condenam, ela seria a vontade conjugada, latino-americanamente unida, de não pagar a Dívida Externa.

Sempre será mais ingênuo, mais cínico, mais suicida pagarmos para morrer, para ver nossos povos aniquilados pelo fome, pelas doenças, pela marginalização mundial.

**Contra a Dívida Externa, a Dignidade Continental Integral.**

\*Dom Pedro Casaldáglia é bispo de São Francisco do Araguaia, MT

## ESPORTES

# Bic/Sudameris: tricampeão no Futebol Sete

Pelo terceiro ano consecutivo, o Bic/Sudameris vence o campeonato de Futebol Sete organizado pelo nosso Sindicato. O Real/Bandeirantes ficou com o segundo lugar, seguido do Itaú/Banrisul e do time da AABB - Associação Atlética Banco do Brasil. André Almeida, do Real/Bandeirantes, marcou 19 gols na segunda fase, levando o título de goleador. Já, o goleiro do Bic/Sudameris, Jair Caberlon, foi o menos vazado. No quesito disciplina, venceram os colegas do Itaú/Banrisul, os únicos que não levaram nenhum cartão vermelho.

Os jogos se estenderam de

15 de abril a 30 de setembro, com 11 equipes: Meridional Santander, Real/Bandeirantes, Banespa, Sudameris/Bic, Finasa/Safra, CEF- Caixa Econômica Federal, Itaú/Banrisul, Bradesco Caxias do Sul, AABB, HSBC/Bamerindus e Bradesco Farroupilha. Na primeira fase, as equipes foram divididas em dois grupos, jogando na forma de um contra todos. Classificaram-se para a segunda fase o primeiro, segundo e terceiro colocados de cada grupo. Os seis times que ficaram para a final jogaram na forma de todos contra todos. Confira abaixo, o desempenho das equipes.



**Real/Bandeirantes**

Daltro Peres, Márcio, André, Daltro, Jefferson, Edivan, Marcelo, Irineo e Alessandro



**Bic/Sudameris**

Álvaro, Darci, Jair, Paulo, Ailton, Rodrigo, Abel, Silvio e Cláudio

| Class. | Times             | P  | V | E | D | GP | GC | SG |
|--------|-------------------|----|---|---|---|----|----|----|
| 1º     | Bic/Sudameris     | 12 | 4 | 0 | 1 | 15 | 6  | 9  |
| 2º     | Real/Bandeirantes | 10 | 3 | 1 | 1 | 10 | 6  | 4  |
| 3º     | Itaú/Banrisul     | 8  | 2 | 2 | 1 | 11 | 8  | 3  |
| 4º     | AABB              | 7  | 2 | 1 | 1 | 7  | 9  | -2 |
| 5º     | HSBC Bank         | 4  | 1 | 1 | 2 | 11 | 10 | 1  |
| 6º     | Banespa           | 1  | 0 | 1 | 3 | 8  | 16 | -8 |

## FGTS

## Trabalhadores querem o depósito imediato das perdas

*Pressão sindical leva governo FHC a reconhecer dívidas e fazer promessa de negociação*

Diante da onda de manifestações convocadas pelas centrais sindicais em favor da correção do FGTS, em plena campanha para as eleições municipais, o governo acabou reconhecendo que os trabalhadores têm direito à correção monetária dos planos econômicos Verão (janeiro de 1989) e Collor 1 (abril de 1990), que não foi incorporada às contas do FGTS, na época devida. Mas não disse como, nem quando, os trabalhadores receberão o dinheiro.

O governo apenas assume que deve. Adiantou que a União não tem recursos para repassar ao FGTS, e que pretende negociar uma alternativa com as centrais sindicais. Já foram aventadas as possibilidades de parcelamento e até mesmo de efetuar o pagamento com ações de estatais. Os trabalhadores exigem o imediato depósito das perdas nas contas vinculadas, em parcela única.

Não havendo acordo, a saída

para garantir este direito - já reconhecido pelo STF para um grupo de 20 trabalhadores de Caxias do Sul, continua sendo a via judicial. Pelos prazos, na data do julgamento do STF, os trabalhadores que ainda não entraram com ação na Justiça têm até 2019 e 2020, conforme o plano econômico, para fazê-lo.

Quando anunciou sua decisão, o governo disse que sentaria com as centrais logo após a publicação do acórdão do STF, documento que registra a história da decisão que deu ganho de causa aos trabalhadores e a torna oficialmente pública, que deve sair até o próximo dia 10. A nota oficial anunciando a decisão de estender o benefício a todos os trabalhadores foi divulgada um dia depois da primeira grande manifestação promovida pela CUT e pela Força Sindical, que reuniu cerca de dois mil trabalhadores no centro de São Paulo, no dia 20.

No texto, o governo justifica a medida pelo "elevado grau de injustiça" de conceder a correção a apenas parte dos trabalhadores. Na verdade, o governo não encontrou uma forma de conter o número de trabalhadores beneficiados pela correção dos saldos. A enxurrada de ações - já tramitam na Justiça mais de 600 mil ações - resultaria em despesas com custas judiciais, aumentaria a sobrecarga de trabalho sobre o Judiciário e prejudicaria sua imagem diante da opinião pública. A saída de FHC, então, foi capitalizar a derrota, antecipando-se às manifestações prometidas pelos trabalhadores.

### Quem tem direito

Todos os trabalhadores que tinham conta vinculada no período de 28 de fevereiro de 1989 a 30 de abril de 1990 têm direito a receber o crédito relativo às perdas provocadas pelos planos Verão e Collor 1. A regra vale tanto para contas ativas (que continuam re-

cebando depósitos) como inativas (quando o funcionário saiu da empresa e não fez o saque). As contas que existiam na época dos expurgos, mas já foram sacadas, também devem receber as diferenças, independentemente do motivo do resgate.

Os índices de reposição ainda não foram definidos pelo Tribunal, mas os trabalhadores reivindicam 16,64% do Plano Verão, e 44,8% do Plano Collor 1, no total de 68,89%.

Se havia saldo nos meses em que os expurgos foram promovidos, portanto, o trabalhador teve perdas. No entanto, empregados de empresas que não fizeram os depósitos mensais, serão prejudicados. Para recuperar a diferença, os trabalhadores teriam de entrar com ação por falta de depósito contra a empresa. Mas, em recentes decisões, o Tribunal entendeu que as ações para cobrança de depósito no FGTS prescrevem em dois anos,

### Calcule o valor expurgado do seu FGTS

Passo 1: Multiplique o valor do saldo de seu FGTS em janeiro de 1989 por 0,1665 e a seguir por 0,075203947

$A = \text{saldo em jan/89} \times 0,1665 \times 0,075203947$

Passo 2: Multiplique o resultado do Passo 1 (A) por 1,448. Multiplique o valor de seu saldo de abril de 1990 por 0,448. Some os valores dessas duas multiplicações:

$B = (A \times 1,448) + (\text{saldo em abril/90} \times 0,448)$

Passo 3: Multiplique o resultado do Passo 2 (B) por 0,04149407

Resultado =  $B \times 0,04149407$

Exemplo:

Saldo em jan/89 = 100.000,00

Saldo em abril/90 = 20.000,00

$A = 100.000,00 \times 0,1665 \times 0,075203947$ , que é igual a 1.252,15

$B = (1.252,15 \times 1,448) + (20.000,00 \times 0,448)$ , que é igual a 10.773,11

Resultado =  $(10.773,11 \times 0,04149407)$  que é igual a 447,02

O valor expurgado neste exemplo é de R\$ 447,02

Fonte: DIEESE

**65 ANOS**

Sindicato dos Bancários  
de Caxias do Sul e Região

# *Voz do Bancário*

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - EDIÇÃO ESPECIAL - 01/DEZEMBRO/2000

FILIADO À  BRASIL

**PLEBISCITO: ANUÊNIO / ATS**

**Os banqueiros querem tirar o anuênio.  
Depois vêm o tíquete, as férias, o 13º...**

# **Bancário, vote**

# **não**

**de 6 a 8 de dezembro**

**Entregar seu direito hoje é  
entregar seu emprego amanhã.**

## PLEBISCITO

# Por que não vender o anuênio

## 1. Onde passa um boi, passa uma boiada

Todos os direitos da categoria bancária foram conquistados em décadas de luta — anuênio, 13º salário, férias, auxílio-creche, tíquete, auxílio-alimentação, gratificação, adicional noturno etc. etc.

Os bancários são uma das poucas categorias que não perderam direitos nos últimos anos, resistindo aos ataques do patronato e do governo.

Entregar o anuênio aos banqueiros agora é abrir a porteira para a perda de outras conquistas.

## 2. Aprovar a venda é pôr o emprego em risco

A aprovação da venda do ATS criaria três categorias distintas de bancários, facilitando as demissões:

A) Os bancários que permaneceriam recebendo o anuênio, porque se recusariam a vendê-lo.

B) Os que optariam pela venda, deixariam de receber novos anuênios mas continuariam com os que já possuem incorporados aos salários.

C) Os novos contratados, que não teriam ATS de espécie de alguma.

No caso da aprovação da venda, no plebiscito, quem optasse pela situação A estaria obviamente correndo sérios riscos no emprego, porque estaria custando mais caro para o banco. Mas os que optassem por trocar o anuênio, individualmente (B), também correriam o mesmo risco, porque custariam mais para o banco do que os novos (C).

A melhor saída, como se vê, é a categoria bancária continuar unida, votando Não à venda do ATS.

## 3. Manter o ATS é a melhor opção para os antigos...

Se você é antigo de banco e acha que fará bom negócio vendendo o ATS porque terá poucos anuênios a incorporar antes da aposentadoria, estará fazendo um raciocínio equivocado. Nesse caso, você cairia na situação A descrita acima e se exporia desnecessariamente ao risco de demissão. Faça as contas de quanto você ainda tem de anuênio a receber. Valeria trocar por R\$ 1.100?



## 4. ...E também para os novos de banco

Também estará enganado quem é novo de banco e, por não ter a expectativa de ficar muito tempo no banco, achar melhor receber agora a indenização.

A possibilidade de você trabalhar por muitos e muitos anos no banco é grande. O Balanço Social dos Bancos, publicado pela Febraban em 1999, revela que 80,93% dos bancários tinham mais de cinco anos de empresa em 31/12/98 e que 55,75% da categoria tinha mais de dez anos de casa (veja na tabela).

### Quanto tempo de casa têm os bancários

| Quantidade de anuênios por faixa  | Nº de bancários | em %   |
|-----------------------------------|-----------------|--------|
| Até 5 anuênios                    | 79.221          | 19,10% |
| De 5 a 10 anuênios                | 71.773          | 17,30% |
| De 10 a 15 anuênios               | 199.703         | 48,10% |
| Mais de 20 anos                   | 64.106          | 15,50% |
| Total de bancários                | 414.803         |        |
| Bancários com mais de 10 anuênios | 263.809         | 63,60% |
| Bancários com mais de 5 anuênios  | 335.582         | 80,90% |

Fonte: Balanço Social dos Bancos de 1999, publicado pela Febraban  
Elaboração: SESE/SEEB-SP

## 5. ATS é salário. E também é poupança

Conquistado pela categoria bancária na década de 70, o Adicional por Tempo de Serviço é hoje parte do salário. Com o último reajuste, subiu para R\$ 9,02 por ano trabalhado. Ele incide sobre o FGTS, sobre os comissionamentos (55%) e outros benefícios.

Parece pouco, mas não é. Veja nas tabelas, projetadas pela Secretaria de Estudos Sócio-Econômicos (Sese) do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em valores de hoje, um bancário não-comissionado que estiver se aposentando, por exemplo, já recebeu de anuênios R\$ 81.829,44. Se for comissionado, terá recebido R\$ 126.835,63.

O ATS também pode ser encarado como poupança. Por exemplo, um bancário com cinco anos de banco, que já embolsou R\$ 1.948,32, terá ainda a receber R\$ 79.881,12 se ele se aposentar no banco. Caso esse bancário seja comissionado, terá direito a embolsar R\$ 123.825,73.

Não vale a pena vender esse patrimônio por R\$ 1.100,00. Se valesse, os banqueiros não teriam interesse em comprá-lo.

### Anuênio dos bancários não-comissionados

| Tempo de banco | ATS Mensal(1) | 1/3 de férias | ATS anual(2) | ATS Acumulado(3) | FGTS    | ATS + FGTS |
|----------------|---------------|---------------|--------------|------------------|---------|------------|
| 1              | 9,02          | 3,01          | 120,27       | 120,27           | 9,62    | 129,89     |
| 2              | 18,04         | 6,01          | 240,53       | 240,53           | 28,86   | 389,66     |
| 3              | 27,06         | 9,02          | 360,80       | 721,60           | 57,73   | 779,33     |
| 4              | 36,08         | 12,03         | 481,07       | 1202,67          | 96,21   | 1298,88    |
| 5              | 45,10         | 15,03         | 601,33       | 1804,00          | 144,32  | 1948,32    |
| 6              | 54,12         | 18,04         | 721,60       | 2525,60          | 202,05  | 2727,65    |
| 7              | 63,14         | 21,05         | 841,87       | 3367,47          | 269,40  | 3636,86    |
| 8              | 72,16         | 24,05         | 962,13       | 4329,60          | 346,37  | 4675,97    |
| 9              | 81,18         | 27,06         | 1082,40      | 5412,00          | 432,96  | 5844,96    |
| 10(5)          | 90,20         | 30,07         | 1202,67      | 6614,67          | 529,17  | 7143,84    |
| 11             | 99,22         | 33,07         | 1322,93      | 7937,60          | 635,01  | 8572,61    |
| 12             | 108,24        | 36,08         | 1443,20      | 9380,80          | 750,46  | 10131,26   |
| 13             | 117,26        | 39,09         | 1563,47      | 10944,27         | 875,54  | 11819,81   |
| 14             | 126,28        | 42,09         | 1683,73      | 12628,00         | 1010,24 | 13638,24   |
| 15             | 135,30        | 45,10         | 1804,00      | 14432,00         | 1154,56 | 15586,56   |
| 16             | 144,32        | 48,11         | 1924,27      | 16356,27         | 1309,50 | 17664,77   |
| 17             | 153,34        | 51,11         | 2044,53      | 18400,80         | 1472,06 | 19872,86   |
| 18             | 162,36        | 54,12         | 2164,80      | 20565,60         | 1645,25 | 22210,85   |
| 19             | 171,38        | 57,13         | 2285,07      | 22850,67         | 1828,05 | 24678,72   |
| 20             | 180,40        | 60,13         | 2405,33      | 25256,00         | 2020,48 | 27276,48   |
| 21             | 189,42        | 63,14         | 2525,60      | 27781,60         | 2222,53 | 30004,13   |
| 22             | 198,44        | 66,15         | 2645,87      | 30427,47         | 2434,20 | 32861,66   |
| 23             | 207,46        | 69,15         | 2766,13      | 33193,60         | 2655,49 | 35849,09   |
| 24             | 216,48        | 72,16         | 2886,40      | 36080,00         | 2886,40 | 38966,40   |
| 25             | 225,50        | 75,17         | 3006,67      | 39086,67         | 3126,83 | 42213,60   |
| 26             | 234,52        | 78,17         | 3126,93      | 42213,60         | 3377,09 | 45590,69   |
| 27             | 243,54        | 81,18         | 3247,20      | 45460,80         | 3638,88 | 49099,68   |
| 28             | 252,56        | 84,19         | 3367,47      | 48828,27         | 3906,26 | 52734,53   |
| 29             | 261,58        | 87,19         | 3487,73      | 52316,00         | 4185,28 | 56501,28   |
| 30             | 270,60        | 90,20         | 3608,00      | 55924,00         | 4473,92 | 60397,92   |
| 31             | 279,62        | 93,21         | 3728,27      | 59652,27         | 4772,18 | 64424,45   |
| 32             | 288,64        | 96,21         | 3848,53      | 63500,80         | 5080,66 | 68580,86   |
| 33             | 297,66        | 99,22         | 3968,80      | 67469,60         | 5397,57 | 72867,17   |
| 34             | 306,68        | 102,23        | 4089,07      | 71558,67         | 5724,69 | 77283,36   |
| 35             | 315,70        | 105,23        | 4209,33      | 75768,00         | 6061,44 | 81829,44   |

(1) Adicional por Tempo de Serviço (ATS) recebido mensalmente

(2) Adicional por Tempo de Serviço recebido anualmente

(3) Adicional por Tempo de Serviço acumulado ano a ano

(4) Média aproximada do tempo de banco dos bancários

Elaboração: SESE/SEEB-SP

## 6. Anuênio ajuda a distribuir a riqueza

O Brasil é o segundo pior país do mundo em distribuição de renda (só perde para Serra Leoa). E os banqueiros são o setor da economia que mais tem concentrado a riqueza em nosso país.

O anuênio é um mecanismo importante de transferência de renda para os trabalhadores.

Cálculo dos técnicos do Sese do Sindicato de São Paulo mostra que, em 1998, os bancos pagaram R\$ 567,6 milhões de anuênio, em valores nominais da época, incluída a parte que incide sobre o FGTS.

É mais do dobro do que os bancos gastaram somados com treinamento e desenvolvimento de pessoal (R\$ 151 milhões), bolsa escola (R\$ 30,4 milhões), seguro de vida (R\$ 17 mi), atividades de lazer para bancários (R\$ 12,4 mi) e donativos assistenciais (R\$ 8 milhões) — segundo o Balanço Social dos Bancos de 98.

Entregar o anuênio é transferir essa renda aos banqueiros. É pior a distribuição da riqueza no país.

### Anuênio dos bancários comissionados

| Tempo de banco | ATS mensal(1) | 1/3 de férias | ATS anual(2) | ATS Acumulado(3) | FGTS     | ATS + FGTS |
|----------------|---------------|---------------|--------------|------------------|----------|------------|
| 1              | 13,98         | 4,66          | 186,41       | 186,41           | 14,91    | 201,33     |
| 2              | 27,96         | 9,32          | 372,83       | 559,24           | 44,74    | 603,98     |
| 3              | 41,94         | 13,98         | 559,24       | 1.118,48         | 89,48    | 1.207,96   |
| 4              | 55,92         | 18,64         | 745,65       | 1.864,13         | 149,13   | 2.013,26   |
| 5              | 69,91         | 23,3          | 932,07       | 2.796,20         | 223,7    | 3.019,90   |
| 6              | 83,89         | 27,96         | 1.118,48     | 3.914,68         | 313,17   | 4.227,85   |
| 7              | 97,87         | 32,62         | 1.304,89     | 5.219,57         | 417,57   | 5.637,14   |
| 8              | 111,85        | 37,28         | 1.491,31     | 6.710,88         | 536,87   | 7.247,75   |
| 9              | 125,83        | 41,94         | 1.677,72     | 8.388,60         | 671,09   | 9.059,69   |
| 10(4)          | 139,81        | 46,6          | 1.864,13     | 10.252,73        | 820,22   | 11.072,95  |
| 11             | 153,79        | 51,26         | 2.050,55     | 12.303,28        | 984,26   | 13.287,54  |
| 12             | 167,77        | 55,92         | 2.236,96     | 14.540,24        | 1.163,22 | 15.703,46  |
| 13             | 181,75        | 60,58         | 2.423,37     | 16.963,61        | 1.357,09 | 18.320,70  |
| 14             | 195,73        | 65,24         | 2.609,79     | 19.573,40        | 1.565,87 | 21.139,27  |
| 15             | 209,72        | 69,91         | 2.796,20     | 22.369,60        | 1.789,57 | 24.159,17  |
| 16             | 223,7         | 74,57         | 2.982,61     | 25.352,21        | 2.028,18 | 27.380,39  |
| 17             | 237,68        | 79,23         | 3.169,03     | 28.521,24        | 2.281,70 | 30.802,94  |
| 18             | 251,66        | 83,89         | 3.355,44     | 31.876,68        | 2.550,13 | 34.426,81  |
| 19             | 265,64        | 88,55         | 3.541,85     | 35.418,53        | 2.833,48 | 38.252,02  |
| 20             | 279,62        | 93,21         | 3.728,27     | 39.146,80        | 3.131,74 | 42.278,54  |
| 21             | 293,6         | 97,87         | 3.914,68     | 43.061,48        | 3.444,92 | 46.506,40  |
| 22             | 307,58        | 102,53        | 4.101,09     | 47.162,57        | 3.773,01 | 50.935,58  |
| 23             | 321,56        | 107,19        | 4.287,51     | 51.450,08        | 4.116,01 | 55.566,09  |
| 24             | 335,54        | 111,85        | 4.473,92     | 55.924,00        | 4.473,92 | 60.397,92  |
| 25             | 349,53        | 116,51        | 4.660,33     | 60.584,33        | 4.846,75 | 65.431,08  |
| 26             | 363,51        | 121,17        | 4.846,75     | 65.431,08        | 5.234,49 | 70.665,57  |
| 27             | 377,49        | 125,83        | 5.033,16     | 70.464,24        | 5.637,14 | 76.101,38  |
| 28             | 391,47        | 130,49        | 5.219,57     | 75.683,81        | 6.054,71 | 81.738,52  |
| 29             | 405,45        | 135,15        | 5.405,99     | 81.089,80        | 6.487,18 | 87.576,98  |
| 30             | 419,43        | 139,81        | 5.592,40     | 86.682,20        | 6.934,58 | 93.616,78  |
| 31             | 433,41        | 144,47        | 5.778,81     | 92.461,01        | 7.396,88 | 99.857,89  |
| 32             | 447,39        | 149,13        | 5.965,23     | 98.426,24        | 7.874,10 | 106.300,34 |
| 33             | 461,37        | 153,79        | 6.151,64     | 104.577,88       | 8.366,23 | 112.944,11 |
| 34             | 475,35        | 158,45        | 6.338,05     | 110.915,93       | 8.873,27 | 119.789,21 |
| 35             | 489,34        | 163,11        | 6.524,47     | 117.440,40       | 9.395,23 | 126.835,63 |

(1) Adicional por Tempo de Serviço (ATS) recebido mensalmente

(2) Adicional por Tempo de Serviço recebido anualmente

(3) Adicional por Tempo de Serviço acumulado ano a ano

(4) Média aproximada do tempo de banco dos bancários

OBS.: No ATS do comissionado está incluída a gratificação mínima de 55%

Elaboração: SESE/SEEB-SP

## 7. Conquista não se entrega

O ATS é uma conquista histórica da categoria. Começou com a quarta greve nacional dos bancários, em 1962, quando foi incorporado o quinquênio. Em setembro do ano seguinte, com outra greve, a categoria conquistou o anuênio. Assim, o trabalhador bancário que esperava cinco anos para começar a receber o ATS, e outros cinco para receber o segundo quinquênio, passou a recebê-lo anualmente, ao completar cada ano trabalhado.

Durante muito tempo os bancos desrespeitaram o caráter salarial do ATS. Em razão de uma série de ações judiciais, em 1980 o anuênio voltou a ser considerado de natureza salarial, passando a fazer parte do cálculo do FGTS, INSS, férias, hora-extra etc.

Esse patrimônio não pode ser vendido por R\$ 1.100,00.

# Como será o Plebiscito

O plebiscito é nacional e permite que a categoria decida se vai continuar ou não usufruindo do direito ao anuênio, ou ATS – Adicional por Tempo de Serviço, conquistado pelo poder de enfrentamento e luta dos bancários ao longo da história. Por isso, vote com consciência. O voto é secreto e deve ser feito em local reservado, em cédulas previamente rubricadas pelos mesários. Cada local de votação contará com dois mesários: um representando o banco, o outro o Sindicato. Se for necessário, peça que eles se identifiquem. Em caso de ausência do representante do sindicato ou do banco até duas horas antes do término da votação, aquele que estiver presente poderá conduzir a votação, convocando dois empregados para acompanhar o trabalho, assinar as cédulas e a Folha de Votação.

**DATA DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO:** A votação será realizada nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2000. Nas localidades em que o dia 8 for feriado, a votação se restringe aos dias 6 e 7. Nas agências, os envelopes serão lacrados, assinados pelos mesários e entregues mediante protocolo nos locais previamente determinados para apuração, que acontecerá nos dias 9 e 10, com a supervisão de representantes dos bancos e do sindicato.

**HORÁRIO E LOCAL DA VOTAÇÃO:** horário normal de trabalho de cada empregado, em sua própria agência.



**VOTOS VÁLIDOS:** somente serão considerados válidos os votos SIM ou NÃO.

**QUEM VOTA:** são considerados habilitados a votar os empregados dos bancos ativos, licenciados ou em férias, sindicalizados ou não. Para votar, o empregado só precisa se identificar com um dos seguintes documentos: carteira funcional, cédula de identidade ou carteira profissional. Se o nome do empregado não constar da Folha de Votação, isto será providenciado pelos mesários e o voto será autorizado, desde que comprovado que aquele é o local de seu trabalho e registro.

**QUEM NÃO PODE VOTAR:** bancários admitidos após 22 de novembro de 2000, data de assinatura do Protocolo Prévio à Convenção Coletiva de Trabalho 2000/2001.

**BANCOS EXCLUÍDOS DO PLEBISCITO:** bancos que tenham Acordo Específico ou Regulamento de Pessoal que tratem de Adicional por Tempo de Serviço: BANESPA, BANESTADO, BESC, NOSSA CAIXA-NOSSO BANCO, BANESTES, mais os federalizados: BEM, BEG e BEC, bem como os bancos federais: BB, CEF.

**Será vitoriosa a proposta que tiver o maior número de votos somados em todo o país. A posição vitoriosa valerá para todo o território nacional.**



## Nos bancos privados, reajuste é de 7,2%

O protocolo do acordo entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban foi assinado no dia 22 de novembro, garantindo reajuste salarial de 7,2% e PLR de 80% do salário + R\$ 450,00 (com limite de R\$ 3.500, caso a despesa do banco fique entre 5% e 15% do lucro líquido, ou de R\$ 7.000, caso o banco gaste menos de 5% do lucro com a PLR).

O acordo, assinado após a aprovação da proposta em assembleias realizadas em todo o país no dia 13, também incluiu a realização do plebiscito que vai decidir se os bancários poderão ou não vender individualmente o seu anuênio por R\$ 1.100,00. É a chance que temos de dizer NÃO à tentativa dos banqueiros em comprar a preço de banana, um direito que adquirimos com muitos anos de luta.

| PISOS E VERBAS                          | CONVENÇÃO 99/00 (R\$) | CONVENÇÃO 00/01 |
|-----------------------------------------|-----------------------|-----------------|
| Portaria menos de 90 dias               | 320,61                | 343,69          |
| Escriturário menos de 90 dias           | 468,60                | 502,34          |
| Caixa menos de 90 dias                  | 468,60                | 502,34          |
| Portaria mais de 90 dias                | 353,13                | 378,56          |
| Escriturário mais de 90 dias            | 515,68                | 552,81          |
| Caixa mais de 90 dias                   | 515,68                | 552,81          |
| Gratificação de caixa                   | 144,62                | 155,03          |
| Outra verbas caixa (mais de 90 dias)    | 68,39                 | 73,32           |
| Piso sal. total caixa (mais de 90 dias) | 728,69                | 781,16          |
| Gratificação de compensador             | 47,93                 | 51,38           |
| Anuênio (ATS)                           | 8,41                  | 9,02            |
| Tiquete-refeição                        | 8,56                  | 9,18            |
| Cheque-alimentação                      | 135,00                | 145,00          |
| Auxílio-creche/babá/filhos excepcionais | 105,50                | 113,10          |
| Gratificação de função                  | 55%                   | 55%             |
| Ajuda deslocamento noturno              | 29,54                 | 31,67           |
| Auxílio funeral                         | 283,00                | 303,38          |
| Inden. p/ morte em assalto              | 42.200,00             | 45.238,40       |
| Requalificação profis. p/dem.           | 422,00                | 452,00          |

## Com mobilização, funcionários do Banrisul garantem 4%

No último dia 28, data de realização das assembleias que iriam deflagrar a greve para o dia seguinte, a direção do Banrisul apresentou nova proposta ao Comando dos Empregados, que foi aprovada pela maioria dos funcionários nas assembleias realizadas em todo o estado. O acordo definiu um reajuste de 4% - 2% a contar do dia 1/09/2000, e 2% a contar de 01/01/2000; Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de R\$ 2.000,00; reajuste de 6,97% no auxílio-refeição; reajuste de 7,2% na gratificação de caixa, abono de caixa e auxílio creche/babá; e cesta-alimentação de R\$ 213,00 para não comissionados e de R\$ 191,00 para comissionados.

### Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 676 - Caxias do Sul - RS - 95020-310

Fones: (054) 223.2166 / 223.3119 - Fax (054) 221.6747

Correio Eletrônico: seebcxs@visao.com.br

\* Elaborado com informações da CNB e próprias - Charges: Zambi / Selçuk  
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem desta edição: 1.600 exemplares